UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENGIÁS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Diamantino Alves Correia Pereira

ORIGENS E CONSOLIDAÇÃO DA TRADIÇÃO DIDÁTICA
NA GEOGRAFIA ESCOLAR BRASILEIRA

Dissertação apresentada
ao curso de Pós-Graduação
em Geografia. Área de
concentração em Geografia
Humana.

Orientador: Prof.Dr.Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

SÃO PAULO - 1989

A MASSA FINA AINDA VAI COMER DESSE BISCOITO

Oswald de Andrade

SUMARIO

INTRODUÇÃO	1
-a questão metodológica	2
AS "CHOROGRAPHIAS" E O INICIO DA TRADIÇÃO FRANCESA.....	7
- o Brasil e o nascimento da geografia científica	7
- um exemplo de estrutura descritivista na geografia escolar brasileira	12
- Delgado de Carvalho e a moderna geografia de inspiração francesa	15
- Vidal de La Blache, Durkeim e o funcionalismo	21
AROLDO DE AZEVEDO E A REITERAÇÃO DA TRADIÇÃO FRANCESA	24
.as raças em Azevedo (1936).....	32
.a geografia econômica	35
.as modificações após 1964	40
A TRADIÇÃO ACOMPANHANDO AS TENTATIVAS DE RUPTURA	49
-Melhen Adas - ruptura e acomodação	50
."Estudos de Geografia": a geografia ativa tropical..	55
.os "desequilíbrios espaciais" na obra "Estudos de Geografia".....	57
.o subdesenvolvimento de Yves Lacoste.....	59
.Adas e a relação população-recursos.....	61
.Adas e o mundo tropical.....	64
.os recursos naturais.....	65

.a solução do desenvolvimento.....	66
.Adas e a geografia do Brasil.....	67
.a geografia física em "Estudos de Geografia do Brasil.....	70
."população brasileira.....	71
.a geografia econômica.....	72
.o "Panorama Geográfico do Brasil" (1a ed.).....	75
.a população.....	75
.a geografia econômica.....	77
.o "Panorama Geografico do Brasil" (2a ed.).....	78
.o panorama da população brasileira.....	79
.a geografia econômica.....	80
.balanço parcial.....	81
 -J.W.Vesentini e a obra "Sociedade e Espaço".....	82
.Vesentini e o estudo da população.....	88
."Sociedade e Espaço" e a geografia econômica.....	92
.as fontes de energia.....	93
.a geografia física.....	98
.um pequeno balanço do "Meio ambiente do homem".....	105
.a geografia do Brasil.....	106
.a geografia física do Brasil.....	108
.a população no Brasil.....	111
.a geografia econômica brasileira.....	113
.a questão ambiental no Brasil.....	118
.conclusão.....	119
 TEORIA E METODO E A GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL.....	121
-o "reflexo" e a ideologia.....	123

-essência e aparência.....	124
-paisagem e espaço.....	125
-o debate renovador na geografia brasileira.....	127
-a sociedade como sujeito.....	129
-tecendo o espaço concreto.....	130
-conclusão.....	132
NOTAS E CITAÇÕES.....	134
BIBLIOGRAFIA ESPECIFICA (didática).....	143
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	145

INTRODUÇÃO

Ensino e pesquisa. Uma reflexão que exige mais do que o simples ato de colocar a escola no banco dos réus. Sem que seja possível retirar de nossas reflexões os elementos concretos que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem, não consideramos como menos importante, o fato de que a reflexão epistemológica sobre cada um dos ramos do conhecimento seja um elemento ativo no processo de discussão das relações de conflito comuns à própria escola. —

É justamente na reflexão epistemológica que concentramos nossas preocupações. As próprias condições da geografia brasileira hoje, tem impulsionado a efervescência dos questionamentos teórico-metodológicos onde a acusação da sua ausência (Lacoste) transformou-se em ponto de partida para uma construção. De outro lado a geografia configurou-se como uma disciplina de grande importância no processo de formação escolar.

Se existe uma diferença entre a geografia que se produz nas academias e aquela que se ensina nos níveis médios (e aqui Lacoste também já evidenciou), não é menos verdadeiro (e essa dissertação assim o quer provar) que a fonte básica da chamada geografia escolar é a mesma da geografia acadêmica. Se é possível identificar-se com facilidade que a história e a sociologia modernas se inspiram no positivismo de Augusto Comte e seus desdobramentos em Durkheim e Weber, tal constatação não é menos verdadeira para a geografia.

O que veremos mais adiante, baseando-nos diretamente em autores didáticos brasileiros (alguns dos quais podemos conside-

rar os mais importantes desse século), é que cada uma das propostas apresentadas como "didáticas" promove uma simbiose entre o neo-positivismo (nas suas diversas expressões acadêmicas) e as necessidades de uma escola média que prepare seus frequentadores com esse mesmo tipo de raciocínio. Qualquer neutralidade não passa de um subterfúgio e, por assim entendermos, seremos tão "neutros" nessa reflexão quanto o material sobre o qual nos debruçamos. Apenas com uma diferença: não desejamos qualquer neutralidade. Nossa preocupação será sempre, a de esclarecer através das evidências encontradas, a forma pela qual os autores didáticos se apropriaram das categorias científicas na construção de seu discurso geográfico. Buscando a coerência interna de tais discursos, evidenciaremos suas filiações metodológicas e, a partir daí avançaremos por dois caminhos que se intercomplementam: a crítica em torno das disparidades entre o empírico e o discurso e, por fim o alinhavamento de um corpo teórico metodológico que, no nosso entender, pode contribuir para o processo de ruptura da geografia com o neo-positivismo.

A questão metodológica

Como já vimos, repensar o discurso pedagógico da geografia, significa muito mais que o mero questionamento do processo de ensino-aprendizagem, da estrutura da escola, ou ainda das próprias condições de trabalho do professor.

As estruturas teórico-metodológicas geradas na academia repetem-se (de maneira diferenciada, mas não original) nos pró-

prios livros didáticos.

Nossa reflexão, portanto, não pode ter como ponto de partida o próprio material didático sobre o qual nos debruçamos: é preciso que nos posicionemos de forma clara, no sentido de permitir que as nossas ferramentas de análise sejam facilmente identificáveis. Em resumo: o ponto de partida está no próprio método sobre o qual nos referenciamos.

Esse ponto de partida adota como pressuposto que a elaboração de qualquer discurso científico passa por um processo de apropriação, por parte do observador, de um conjunto de variáveis empíricas sobre as quais ele elabora abstrações, construindo no seu pensamento um discurso, uma percepção, um quadro do concreto. O movimento de construção do pensamento pode ou não responder ao conjunto de variáveis imposto pelo empírico, mas o concreto em pensamento, construído a partir do empírico é o próprio ponto de partida (também empírico) para a construção (ou continuação) do próprio ato de pensar.

Assim se constrói o senso comum ou mesmo o pensamento científico. A incapacidade relativa de ambos os discursos em dominar todas as variáveis, além do grau de determinação de cada uma delas, na construção do concreto (síntese de múltiplas determinações), implica no fato de que o pensamento é um ato de construção intimamente relacionado com o processo de construção histórica. Sujeito e objeto se relacionam portanto, num processo de inter-determinação, pois o sujeito pensante e o objeto pensado são ambos movimento e historicidade (temporalidade), cujo posicionamento (espacialidade) está muito distante de ser um problema geométrico! é na verdade uma das variáveis da própria relação e

portanto, integrante da espaço/temporalidade do processo de apreensão do real.

Nesse contexto podemos evidenciar uma das questões fundamentais de nosso trabalho: a relação entre essência e aparência. Se, de um lado, a construção do concreto em pensamento jamais se completa, por outro lado, a cada movimento, o concreto pensado é ponto de partida para a compreensão do real-concreto. Nesse sentido, a cada movimento do pensamento, o concreto pensado, apesar de já detectar um complexo conjunto de determinações, será considerado como o concreto aparente pelo próprio movimento do pensamento. Essência e aparência, portanto, são categorias igualmente identificáveis historicamente.

O movimento de apropriação do real é, concomitantemente, um movimento de transmutação do que se apropria, rumo à essencialidade, numa dinâmica de mútua determinação. O real apropriado já não é mais o mesmo real (é o real sobre o qual se insere uma nova determinação: o conhecimento humano) e aquele que se apropria, passa a ser em essência a relação dialética de mais uma apropriação. Sujeito e objeto, elementos do conhecimento, são uma mesma realidade dialética (contraditória e, portanto, movimento).

Se é correto afirmar que o concreto é a síntese de múltiplas determinações, pode-se inferir daí que o concreto em pensamento é o domínio relativo das próprias determinações e que a diferença entre aparência e essência está na capacidade (historicamente identificável) de se apropriar do concreto. Em outras palavras: o que é essência num dado momento histórico será aparência num outro, em função do conhecimento apropriar-se de um conjunto maior de determinações.

Essa discussão deve nos permitir avançar em direção às questões que proporcionarão o desenvolvimento da temática proposta: a relação entre essência e aparência, do ponto de vista do real concreto e do concreto em pensamento, nas duas categorias fundamentais do conhecimento geográfico: espaço e paisagem.

As determinações existentes para a construção do discurso científico da geografia, tornam a reflexão epistemológica diretamente ligada à construção do chamado "discurso didático" pois, com já afirmamos, tal discurso está intimamente ligado à elaboração de cunho acadêmico, ou seja, o "discurso didático" está longe de ser uma mera simplificação do discurso científico; este é antes de tudo, a fonte inspiradora das concepções que com maior ou menor competência, buscam-se vulgarizar através da escola fundamental ou média.

Como entendemos então, as categorias espaço e paisagem?

Aquí o nosso objetivo é esclarecer minimamente essa questão, para que a leitura dos comentários que faremos na parte central deste trabalho seja facilitada.

Do nosso ponto de vista, o espaço é uma categoria da essencialidade, enquanto que a paisagem identifica a aparência. Assim, o espaço identifica o conjunto de movimentos que constrói o real, ou seja, o conjunto de determinações que nos permite compreender os motivos pelos quais o real se apresenta (como paisagem) na forma observada. Paisagem é, portanto, uma categoria subordinada ao espaço e deve ser entendida como um dos elementos de sua determinação na medida em que, como arranjo visível passa a exercer um papel inercial no conjunto das demais determinações

sem que, no entanto, possamos afirmar que a análise da paisagem seja suficiente para a compreensão do espaço.

Porém, que espaço é esse a que nos referimos? Dizer simplesmente que se trata do espaço geográfico seria uma redundância. Apresentar a categoria na sua forma mais global, enquanto uma propriedade da matéria (assim como o tempo) faria com que a geografia fosse colocada num plano tão amplo, que acabaria por justificar sua tradição enciclopedista. Assim, o rumo que nos parece mais correto é aquele que envolve o estabelecimento da relação sujeito-objeto para a geografia.

As categorias espaço e paisagem podem tomar um uso genérico, da mesma maneira que a relação entre a essência e a aparência, sem que isso venha a definir qualquer ponto de partida para o observador na sua relação com o objeto de observação. Mesmo a matemática, a física, a filosofia, ou qualquer outro tipo de reflexão sistematizada, teriam seu espaço e sua paisagem sem que isso definisse o significado da reflexão de cunho geográfico. É necessário portanto, estabelecer de que conjunto de determinações estamos falando quando nos referimos ao espaço geográfico, que para nós se trata da relação entre a sociedade humana (expressão singular da particularidade homem) e a totalidade natureza. Essa relação, cuja particularidade fundamental está no fato de territorializar-se, compõe um conjunto de determinações específicas, cuja detecção e explicitação é, no nosso entender o papel da geografia. O espaço geográfico é portanto, uma expressão particular de um movimento (igualmente particular) e, sob tais parâmetros iniciaremos nossa análise de alguns aspectos da produção geográfica (didática) no Brasil do século XX.

AS "CHOROGRAPHIAS E O INICIO DA TRADIÇÃO FRANCESA

Quando nos colocamos a tarefa de investigar a leitura que a geografia escolar tem elaborado do espaço brasileiro, optamos por uma variável em que, o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro servirá de contraponto para checarmos particularmente o tipo de imagem que esse processo produziu no interior da geografia didática. Por outro lado, a produção didática, além de apresentar essa vinculação histórica apresenta outras facetas que igualmente influem na sua elaboração.

Assim, a análise teórica epistemológica subjacente a essa produção didática, torna-se de suma importância para que possamos dar conta das matrizes desse conhecimento e a forma de sua internalização no Brasil.

A análise de alguns textos significativos dessa produção didática brasileira, bem como a sua relação com a produção geográfica internacional, caracterizada pela filiação teórica dos autores e a própria inserção no meio acadêmico brasileiro é a forma de desenvolvimento desse trabalho.

Internamente a essa forma de encaminhamento, será objeto de nossa atenção, a estrutura temática que compõe o desenvolvimento desses textos didáticos, assim como a forma pela qual os autores desenvolveram esses temas.

O Brasil e o nascimento da "geografia científica"

Tornou-se comum afirmar-se que a introdução do pensamento geográfico científico no Brasil, teria se dado somente a partir

de 1910 com a publicação da obra de Delgado de Carvalho, que nasceu e criou-se na França, teria colocado o Brasil na rota dos modernos conhecimentos geográficos lá elaborados, apresentando posteriormente, também uma significativa produção didática. (Andrade, 1977:8).

Já Aroldo de Azevedo prefere estabelecer outro parâmetro:

"Os estudos de caráter geográfico anteriores à criação da FFLCH-USP, são estudos puramente descritivos, tipo catálogo ou uma <geografia que se confunde com a topografia e a cartografia>. Nesses estudos, sob o título de <Geographia> ou <Corographia> estendia-se longamente a enumeração dos fenômenos <naturais, humanos, econômicos e políticos>, com uma riqueza de detalhes impressionante e que obrigava os alunos que utilizavam esse material a decorar listas imensas de nomes e números." (Azevedo, 1954:45).

Esse tipo de afirmação leva-nos a perguntar quais seriam as características desse "pensamento geográfico científico", pois isso implica em afirmar que a geografia que se produzia no Brasil em épocas anteriores a Delgado de Carvalho ou à criação da FFLCH-USP, não poderia ser classificada como científica.

A própria citação de Azevedo mostra-nos que um dos principais problemas seria o caráter descritivo empírico que até então a produção didática de geografia apresentava.

Paul Claval, referindo-se à produção geográfica em geral, acabava levantando o mesmo tipo de crítica, pois para ele a falta de cientificismo da geografia seria devido ao fato que a disciplina não apresentava ainda a consciência de sua originalidade e que tinha ficado:

"(...) muito tempo absorvida pela descrição do mundo. (...) procura-se fornecer ao aparelho de Estado o conhecimento certo das províncias sobre o qual assenta o seu poder. Além, é dominante a preocupação com a riqueza das nações ou dos particulares. Os viajantes, os precursores da etnografia são os únicos a responder a uma das curiosidades do público geográfico, mas não procuram propor uma explicação sistemática daquilo que observam. Esforços de sistematização e de interpretação encontram-se, em compensação, a partir do séc. XVIII. Caracterizam a economia espacial. Na altura tem pouco êxito. Os geógrafos descobriram-nos com mais de um século de atraso, tal era o seu estado de espírito estranho à investigação das causas. Bastava desenhar os contornos das províncias ou regiões e dizer como são preenchidas para satisfazer as curiosidades." (Claval, 1987:71-2).

Para esse autor, a consciência da originalidade somente apareceria na segunda metade do século passado em função da utilização das idéias de Darwin sobre a evolução das espécies, que teriam se adaptado às condições naturais. A partir daí, a geografia não teria se preocupado mais com simples descrições dos fenômenos mas iniciaria a busca das causalidades, apesar de num primeiro momento ter a pretensão de dar conta da dinâmica social, invocando as características do meio onde se desenvolve. (Claval, 1987).

Quaini critica esse tipo de abordagem de Claval colocando em dúvida o fato deste colocar em evidência os critérios de sinteticidade, sistematização e institucionalização como pontos de partida para a inauguração da geografia científica (1).

Na verdade, para se poder estabelecer qualquer tentativa de classificação ou periodização da geografia ou de qualquer ciência, não devemos esquecer que a conceituação de ciência apresenta um conteúdo histórico, ou seja, determinado tipo de conhecimento

pode ser considerado científico ou não, dependendo de sua estruturação teórico metodológica, no momento de sua proposição. Proceder de outra forma é abraçar uma abordagem a-histórica.

Ao invés de ficarmos discutindo, portanto, quando nasceu determinada ciência, embutindo nessa discussão de modo explícito os fatores que nos levariam hoje a considerá-la como tal, é mais importante identificarmos que tipo de incorporações teórico metodológicas foram abraçadas e desenhar a partir daí, possíveis periodizações. Neste trabalho privilegiarei essa vertente, apesar de não ser foco direto de minhas atenções a proposição de novas periodizações.

Assim, se o descritivismo é o grande problema que nos impediria classificar a geografia como ciência, torna-se imperioso superá-lo pois esse método, do ponto de vista teórico, coloca a ciência que o utiliza num impasse, dado seu reduzido poder de fogo explicativo (2), sem apresentar contribuições efetivas à evolução do processo de conhecimento. Como afirma Caio Prado Júnior, os precursores desse método foram os profetas do positivismo, amplamente disseminado na geografia, entre os quais podemos citar Auguste Comte que afirma:

"(...) não temos de modo algum a pretensão de expor as causas geradoras dos fenômenos, posto que nada mais fariamos então além de recuar a dificuldade. Pretendemos somente analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras, mediante relações normais de sucessão e de similitude." (Comte, 1973:13).

O "descritivismo" apresenta facetas políticas e ideológicas muito claras, pois geralmente trata-se de um discurso em que a preocupação central é retratar determinados fenômenos (no nosso exemplo, o país Brasil) como se sua organização fosse eterna, imutável e inquestionável, pois não se trata de perguntar por que a realidade configurou-se da forma como é retratada.

Um exemplo de estrutura "descritivista" na geografia escolar brasileira

O livro cujo índice reproduzimos abaixo tem como título "Compendio de Chorographia do Brasil" e teve sua primeira edição em 1916. Era destinado aos alunos do Colégio D. Pedro II, Colégios Militares, Escolas Normais, Liceus de Artes e Ofícios, etc. Possivelmente estejamos nos defrontando nesse caso com o tal de "pensamento geográfico pré ou não científico".

Sumário do livro de Mario da Veiga Cabral

"Situação	Aspecto physico
Configuração	Clima e salubridade
Forma	Estrutura geológica
Pontos extremos	Produções
Dimensões	(I)- Reino mineral
Limites Physicos	(II)- Reino vegetal
Fronteiras	(III)- Reino animal
(I)- com o Uruguay	Superfície
(II)- com a Argentina	População absoluta
(III)- com o Paraguay	População relativa
(IV)- com a Bolívia	Ethnographia
(V)- com o Perú	Línguas
(VI)- com a Colombia	Religiões
(VII)- com a Venezuela	Governo
(VIII)- com a Guyana Ingleza	(I)- Governo da União
(IX)- com a Guyana Hollandeza	(II)- Governo dos Estados
(X)- com a Guyana Francesa	(III)- Governo do Districto Federa
Litoral	(IV)- Governo do território do Acr
Bahias	Divisão administrativa
Enseadas e Angras	Capital e cidades
Cabos	Instrução
Pontas	Agricultura
Estreitos e Canaes	Indústria
Ilhas	Comércio
Idrographia	Portos
Potamographia	Colonização e immigração
(I)- Bacia Amazônica	Economia e finanças
(II)- Bacia do Prata	Estradas de Ferro
(III)- Bacia do São Francisco	Estradas de Rodagem
(IV)- Bacias Orientaes	Navegação
Lagos e lagoas	(I)- Navegação fluvial

(II)- Navegação costeira	Açudagem
(III)- Navegação internacional	Defesa militar
Pharóes	Hora legal
Correios	(I)- Regulamento para execução da lei
Telegraphos	(II)- Quadro das correções a aplicar

segunda parte

Estado do Amazonas	Estado do Espírito Santo
Estado do Pará	Estado do Rio de Janeiro
Estado do Maranhão	Districto Federal
Estado do Piauí	Estado de São Paulo
Estado do Ceará	Estado do Paraná
Estado do Rio Grande do Norte	Estado de Santa Catarina
Estado da Paraíba	Estado do Rio Grande do Sul
Estado de Pernambuco	Estado de Minas Geraes
Estado de Alagoas	Estado de Goyas
Estado de Sergipe	Estado de Matto Grosso
Estado da Bahia	Território do Acre

(Cabral, 1922: 381/3).

A obra de Veiga Cabral está mais ligada à metodologia dos inventários descritivos do que a qualquer tentativa de discussão/formulação de leis mais gerais acerca dos temas abordados.

Porém, a análise das descrições nos revela a existência de uma certa lógica e uma ordenação de temas, mesmo que isso seja apenas baseado em dados dos aspectos sensórios ou empíricos. Assim, no exemplo citado, é fundamental para o autor, antes de se dedicar à descrição das características humanas do território brasileiro, proceder a uma descrição detalhada de seu substrato natural, ou seja, do "palco" onde essas características são vivenciadas, o que passa em primeiro lugar pela localização, forma, dimensões e das fronteiras com cada país limítrofe, para que não parem dúvidas de que o que está sendo descrito existe de fato e leva um nome: Brasil.

Isso é feito ainda de forma caótica, pois não classifica claramente essas atividades, que aparecem sem uma hierarquia de importância definida e desprovida de agrupamento referente às categorias de produção, circulação, política, ideologia, etc. Apresenta, porém uma firme ligação com o empirismo, onde se destaca o aspecto sensório como o principal instrumento de análise, sendo que as relações estabelecidas pelo autor são as mais simples e imediatas possíveis: veja-se por exemplo a sequência "população-ethnographia-línguas-religiões-governo-instrução", onde aparece em princípio a população do ponto de vista de seu número e em seguida suas outras características; o governo que a organiza e preserva; a educação, obrigação sob a responsabilidade do Estado.

Somente a partir disso o autor sente-se apto a dissecar algumas características da natureza brasileira.

Delgado de Carvalho e a moderna geografia de inspiração francesa

No livro "Geographia do Brasil" publicado em 1913, Delgado de Carvalho apresenta uma estrutura temática muito parecida com a de Mario da Veiga Cabral, que observamos anteriormente.

"Parte Geral"

I- Situação geographica	VI- Hidrografia
II- Fronteiras terrestres	VII- Recursos Naturaes
III- Relevo	VIII- População
IV- Littoral	IX- Os Estados
V- Clima	x- Economia nacional

Parte Regional

As regiões naturaes do Brasil

I- Brasil septentrional ou amazônico	IV- Brasil Meridional
- descrição geral	- descrição geral
- " especial	- " especial
II- Brasil norte-oriental	V- Brasil Central
- descrição geral	- descrição geral
- " especial	- " especial
III- Brasil oriental	
- descrição geral	
- " especial	
- (Carvalho, 1923: 11/4).

Na edição de 1923 porém, aparece uma advertência que essa mesma estrutura tinha passado por algumas modificações:

"(...) em função da mudança nos programas do Colégio D. Pedro II em 1923, com a estruturação das regiões naturais e a eliminação da antiga estruturação dos conteúdos por unidades administrativas." (Carvalho, 1923).

Essa preocupação de Delgado de Carvalho, reproduz colocações idênticas de Vidal de La Blache em "Las divisiones fundamentales del territorio frances" demonstrando claramente os origens de seu júbilo pela oportunidade de alteração dos programas escolares do colégio em questão.

"Se puede uno preguntar, ante todo, si es necesario dividir en regiones el país que se quiere estudiar, y si no sería mas sencillo examinar separadamente y uno detrás de otro sus principales aspectos, costas, relieve, hidrografia, ciudades, etc. Es facil mostrar que un sistema así iria directamente contra la finalidad que se propone la geografia. Esta ve en los fenómenos su correlación, su encadenamiento; busca en ese encadenamiento su explicación: no hay que empezar por aislar-los. Puede describir-se de forma inteligible el litoral sin las terras del interior, los acantilados de Normandia sin las mesetas de creta de las que forman parte, los promontorios y los estuarios bretones sin las rocas de la naturaleza y de desigual dureza que constituyen la península? Ocurre lo mismo con la hidrografia y la red fluvial, que dependem estrechamente de la naturaleza del terreno. Por qué aquí las aguas se concentran en canales poco numerosos, mientras que en otras partes se dispersan en innumerables redes y discurren por todas partes? Por qué el mismo rio cambia, durante su curso, de aspecto y de ritmo, unas veces encajado, otras ramificado, claro o turbio, desigual o regular, adoptando, sucesivamente, en resumen, los caracteres de las regiones que atraviesa? El geografo estudia en la hidrografia un de las expresiones en las que se manifiesta una región, y actúa de igual manera con la vegetación, con las viviendas y los habitantes. No debe ocupar-se de estos distintos temas de estudio ni como botánico ni como economista. Pero sabe que estos diferentes rasgos se compone la fisionomia de una región, es decir, ese algo vivo que el geografo debe aspirar a reproducir." (...) "Las divisiones geograficas no pueden proceder más que de la propia geografia." (La Blache, 1982: 244/5).

Carvalho busca situar-se claramente em relação aos debates teórico-metodológicos que se desenrolavam internamente à geogra-

fia de sua época e informar isso ao sua público leitor, tanto que na apresentação de seu livro, quando se refere à polêmica possibilismo & determinismo, assume em relação a ela posições claras, ao negar poder de determinação à natureza e afirmar que sua influência diminui com os "progressos da civilização", propondo como tarefa da geografia o estudo dos gêneros de vida dos grupos sociais nos quadros naturais. A identidade da geografia também é alvo de interesse do autor, que considera que a disciplina deve-se abrir_mão dos estudo da individualidade no campo da geografia humana e considerasse antes as coletividades, pois o que daria unidade para essa ciência seria o grupo e não o homem em sua individualidade.

"Para simplificar a questão, digamos que existem duas grandes correntes em geografia humana: a corrente germânica, chamada determinista por seus adversários, e a corrente francesa, chrismada por si própria de possibilista. Não que isso dizer que a divisão por nacionalidades seja tão marcada. Há deterministas em França, na Escola da <Science Sociale>, por exemplo, onde há verdadeiros <predestinistas> mesmo. Os americanos do norte são, em geral ratzelianos, assim como alguns brasileiros que se ocupam da geographia humana."

(...) "A orientação moderna, a meu ver, deve procurar ser mais sóbria e mais prudente. As seguintes directrizes poderiam ser esboçadas:

1- A vida vegetal e animal rege a ação do homem mas vem apenas condicional-a. As influências do meio physico são mais negativas do que positivas, isto é, são mais imperiosas nas suas limitações da acção humana do que na sua cooacção para agir neste ou naquele sentido. A natureza proíbe frequentemente, às vezes suggere, mas raramente obriga ou compelle. Por isso, as influencias propriamente ditas, seria talvez preferível substituir a noção de relações.

2- As influencias directas na Natureza, por seu lado, tendem a restringir, no que diz respeito ao homem, à Prehistoria. Com os progressos da civilização, os seus imperativos perdem, pouco a pouco, o

seu caracter necessário. A vida vae se tornando mais artificial e o proprio gráu de civilização de um grupo pode ser medido pelo gráu de independência que possui este grupo em relação às forças naturaes, que o homem, em vez de temer, passa a controlar.

Por isso mesmo, o ponto de vista puramente economico não precisa mais ter a capital importancia que lhe attribuia a geographia antiga. E tambem preferível restringir as noções abstratas de quadros racionais, no espaço, no tempo, e estudar antes os gêneros de vida dos grupos nos quadros naturaes. Ahi se acham, num complexo mais ou menos facil de interpretar, mas em summa, de possível observação, todas as resultantes do meio e seus recursos, das feições hereditárias do grupo, de seu gráu de cultura e das oportunidades offerecidas pelo momento histórico.

3- E necessário, em consequencia, limitar o campo dos estudos de geographia humana, principalmente no que diz respeito à biologia e à ethnographia, nos assumptos das quaes tende a se intrometter, para se restringir ao seu assumpto proprio. A não ser assim, virá a se enfraquecer em campo alheio, onde nunca poderá vingar nem progredir.

Para isso, não deixaria de ser recommendável fazer um pouco de abstracção da individualidade humana e considerar antes as coletividades. A unidade, em geographia humana, não é o homem, é o grupo. Só assim poderá ella merecer o seu nome de geographia social." (Carvalho, 1923: V, VII e IX).

Apesar dessa profissão de fé no possibilismo, o autor não consegue escapar da utilização das determinações naturais, quando analisa na etnografia brasileira, os tipos humanos regionais (sertanejo sulista / gaúcho; sertanejo do norte / jagunço).

"O sertanejo sulista é descendente dos mamelucos paulistas, dos aventureiros bandeirantes. O meio determinou suas características. A Serra do Mar, que se levanta como uma barreira natural, protege o local contra os inimigos do exterior. A actividade assim pôde tomar outro rumo, a amenidade do clima do planalto, a fertilidade do sólo facilitam a vida; por outro lado, os rios, afluentes do Paraná, são caminhos naturaes que convidam os homens a desvendar os sertões. <A terra attrae o homem> (Euclides da Cunha) e o homem segue as linhas de

menor resistência, traçadas pelas correntes dos rios. Assim se explica a irradiação do sul, seu espírito de autonomia, sua audácia. Os paulistas povoaram Minas, Goyaz, Matto Grosso, o norte e também o sul.

O gaúcho (rio-grandense e joaquinense) é o homem das planícies extensas onde correm os cavallos leguas e leguas sem obstáculos. A natureza é prodígia: bom clima, culturas prosperas. O gaúcho veste o ponche, a bombacha, armado de rebenque, bebe chimarrão e come churrasco. A vida é larga e farta: o homem é cavalheiresco e espetaculoso porque o seu meio se presta. (...) O gaúcho e o jagunço, diz o Sr. J.B. de Lacerda, não devem ser olhados como *typos ethnicos* do ponto de vista dos caracteres *physicos* das raças. São *typos* em relação às condições especiaes de vida no meio das quaes se acham... A medida em que a civilização fôr penetrando pelos caminhos de ferro, pela navegação dos rios, com as machinas agricolas, etc., esses *typos* de raças particulares tenderão a desaparecer..." (Carvalho, 1931: 132/4).

Em relação a esses dois tipos o autor faz uma mediação, afirmando que o progresso atropelará a sua individualidade, utilizando assim a premissa clássica possibilista. Mas e em relação ao "paulista" citado no texto? Será que houve esquecimento? Ou será que a sua irradiação para o interior e sul do país aconteceu porque o relevo "apontava as linhas de menor resistência"?

Na verdade, essa é uma questão de método que acabou fazendo com que a maior parte dos possibilistas não pudesse levar às últimas consequências as assim chamadas interações com o meio ambiente. Esse método assumia premissas metafísicas e ao ser aplicado na análise da realidade, conjugado com a noção de possibilidade na relação homem-meio, a determinação acaba não aparecendo como ação e reação ao mesmo tempo e assim para alguns tipos de comunidades valeria a determinação e para outros a possibilidade (3).

Podemos afirmar portanto que, de um modo geral, grande parte dos possibilistas apresenta a sua vertente determinista, mesmo porque essas duas noções são muito relativas; como lembra Delgado de Carvalho e além disso, originalmente as concepções não se apresentavam tão demarcadas, com a noção de determinação não suprimindo a de possibilidade (4).

Vidal de La Blache, Durkheim e o Funcionalismo

Na análise da construção teórica de Vidal de La Blache, batizada posteriormente de possibilista por Febvre (1955), notamos a incorporação dos princípios básicos de análise da sociedade, desenvolvidos originalmente por Durkheim, que assentaram as premissas do funcionalismo. Essa incorporação tornou-se um fato, a despeito da querela corporativa sobre qual deveria ser o campo de estudo da recém criada geografia humana, ou da chamada "morfologia social", um ramo da sociologia, como a definia Durkheim (Febvre, 1955).

No interior do arcabouço teórico desenvolvido por Durkheim, alguns elementos pareciam ter sido desenvolvidos sob medida para a geografia. Podemos compará-los com algumas idéias manifestadas por Vidal, já relatadas anteriormente.

Durkheim afirma que os fenômenos sociais devem ser tratados como coisas (5) e que o investigador deve se esforçar para não se envolver com eles, procedendo dessa maneira, uma análise neutra e objetiva da sociedade. Isso poderia ser conseguido na medida em que o observador se despisse de todos os preconceitos e noções anteriores à análise dos fenômenos que deseja estudar (6), pois essas noções poderiam interpor-se à análise das coisas e funcionar como um véu que acabaria por impossibilitar a apreensão do movimento da realidade tal qual ela se apresenta. Reafirmando a necessidade de isenção e objetividade por parte da ciência, Durkheim coloca que, a análise deve partir da esfera do sensório e não dos conceitos (7) e que a subjetividade inerente aos dados sensoriais pode ser corrigida na medida em que tornemos o nosso

alvo de estudo o mais objetivo possível, o que implicaria em expurgá-lo dos fatores que, individual ou fatualmente lhe deram origem.

Desconhecendo os conflitos das diferentes classes no interior da sociedade, Durkheim parte do princípio que quanto mais avançar a Divisão Social do Trabalho e sua Divisão Técnica, maiores contatos e relações deverão ser mantidos entre os membros da sociedade, o que faria aumentar o grau do que ele denomina de solidariedade social. Assim, o aparato jurídico deixa de ser encarado como uma normatização de relações desiguais internas à sociedade e passa a ser encarado como um instrumento de medida dessa solidariedade social, que sendo quebrada por alguns de seus membros, faria com que se movimentasse esse aparato e assim promovesse o seu ajustamento (8).

De fato, o pensamento vidaliano demonstra suas raízes funcionalistas ao apoiar-se no conceito de gênero de vida, como um conjunto articulado de atividades enraizadas historicamente e que expressam a adaptação ou resposta dos grupos sociais ao meio geográfico. a região aparece como uma unidade espacial com relativa autonomia funcional e o todo (espaço geográfico) como um mosaico dessas unidades. Essa perspectiva regional ou corológica, manifesta suas íntimas relações com o funcionalismo ao encarar a história como sendo constituída de processos funcionalmente diferenciados; a teoria da história aparecendo de forma subordinada ao estudo concreto das histórias particulares das sociedades; a realidade como um conjunto articulado de unidades que requerem estudos específicos e desiguais. Na medida em que se considere

essas unidades (regiões) autônomas, o tipo de relação homem-meio que ocorre em uma delas, reflete a particularidade daquele fenômeno, ficando proibidas as generalizações e dando a entender que a totalidade somente poderia ser entendida após o estudo detalhado de suas partes (as regiões) (9).

Vidal, em sua perspectiva de estudar os gêneros de vida, colocava como essencial o conhecimento do terreno habitado pelos povos. Desse ponto de vista as características naturais do terreno teriam originalmente atraído as populações, em função de várias circunstâncias e a partir daí teria havido uma adaptação do homem em sua relação com a natureza. Para entendermos, portanto, o caráter, costumes e as tendências dos habitantes de uma região, o estudo prévio do terreno seria essencial (10).

Essas colocações de Vidal, demonstram-nos que a distância que separa o possibilismo do determinismo não é tão grande e que sua base é a afirmação da estrutura de abordagem dicotômica natureza-homem da geografia, que será "física" e "humana" e que se tornará o modelo de abordagem clássico da disciplina por várias décadas, sendo entronizada na estrutura dos livros didáticos como a única abordagem possível em geografia.

AROLD DE AZEVEDO E A REITERAÇÃO DA TRADIÇÃO FRANCESA

"luminosa geração, cujos reflexos chegaram até o Brasil, notadamente por discípulos verdadeiramente à altura dos Mestres que tiveram - Pierre Defontaines, Pierre Monbeig, Francis Ruellan, Roger Dion, Pierre Gourou, Louis Papy.

Gloriosa geração que modelou os responsáveis pela fundação e sobrevivência da Associação dos Geógrafos Brasileiros e formou membros da chamada Escola Paulista de Geografia.

O presente trabalho representa modesta homenagem a esses Mestres, que aqui plantaram um facho de luz que jamais se apagará.

Tábua cronológica - Frédéric Leplay; Elisée Reclus; Albert Demangeon; Emmanuel De Martonne; Raoul Blanchard; Henri Baulig; Lucien Febvre; Maximilien Sorre; (...) Azevedo, 1950:28).

Como vemos, Aroldo de Azevedo admite explicitamente a grande influência da geografia francesa, particularmente a da geração dos anos 70 (do século passado), não somente sobre sua obra mas também sobre o Departamento de Geografia da USP. Apesar dessa influência declarada, não devemos pensar que o alinhamento à geografia francesa (sobretudo vidaliana) fosse automático, pois Aroldo de Azevedo não se explicitava teoricamente em sua produção didática, embora possamos inferir sua orientação teórica em sua obra. O próprio autor admite que sobre a base francesa, o Departamento de Geografia da USP tinha incorporado contribuições de outras fontes, principalmente oriundas dos EUA, Alemanha e Inglaterra, tendo encontrado seu próprio caminho que deveria ser caracterizado como eclético (11).

Esse ecletismo é manifestado na produção didática de Aroldo de Azevedo, por exemplo, ao historiar o nascimento e evolução da

Geografia Humana, nominando autores que, em escala sucessiva, teriam contribuído para o enriquecimento dos estudos nessa área, tais como: Ratzel, La Blache, Hettner, Ellen Semple, etc., como se a obra de autores tão diferenciados, tivesse apenas se complementado, ao invés de constituir caminhos e propostas teóricas e metodológicas muito diversas. Dessa maneira, tudo se passaria como se a obra de Aroldo de Azevedo fosse a convergência que tinha sido aperfeiçoada por todas aquelas contribuições.

"A Frederico Ratzel, entretando, coube a glória de ter sido o verdadeiro criador da Geografia Humana, por ele denominada 'Antropogeografia'. Seus primeiros trabalhos se limitaram a assuntos geológicos e paleo-ontológicos; mas depois de muitos anos de viagem através da Europa e da América dedicou-se a estudos de geografia humana, publicando a sua primeira obra ('Antropogeografia' ou 'Fundamentos da Aplicação da Geografia à História'), em 1882, nove anos mais tarde completada por um estudo sobre a distribuição geográfica dos povos.

Depois de Ratzel, outros autores tem vindo enriquecer com seus estudos o campo da Geografia Humana: na França, João Brunhes ('La Géographie Humaine'), Vidal de la Blache ('Principes de Géographie Humaine'), Luciano Febvre ('La Terre et l'Évolution Humaine'), Camilo Vallaux, Lespagnol, Desmolin, etc.; na Alemanha, Ernesto Friedrich, Alfredo Hettner, Schlütter, Penck, Fischer, H. Wagner, Norberto Krebs, etc.; na Itália, Orinto Marinelli; nos Estados Unidos, Elena Churchill Semple, etc., etc." (Azevedo, 1934: 60).

Esse texto citado, de 1934, é o primeiro livro didático do autor, "Geografia Humana", ao qual suceder-se-ão mais 29 títulos diferentes, culminando com a edição de "O Mundo que nos rodeia" em 1974, perfazendo um total de 11.216.000 exemplares ao longo de 40 anos.

Esses números reafirmam a importância exercida pelo autor na

divulgação de uma imagem da Geografia para o grande público no Brasil, principalmente se levarmos em conta a realidade da escola na época, que era altamente elitizada, e de acesso restrito a uma camada ínfima da população, fato que somente começou a mudar na década de 60. Se esses números ainda hoje são considerados espetaculares em virtude de sua alta tiragem, na época, eram considerados verdadeiro fenômeno, colocando o autor em posição hegemônica, incontestável por um longo período.

Assim, quando o autor reafirma a influência francesa, principalmente a de Vidal de La Blache, podemos pressupor o seu papel de divulgador dessas concepções de geografia.

Como vimos a influência francesa materializou-se com suas bases teóricas calcadas no positivismo-funcionalismo, cujas implicações já colocamos. Afirmamos também que a estrutura básica de abordagem baseava-se na "tricotomia" natureza-homem-economia.

Entretanto, em sua primeira obra didática não observaremos a reprodução dessa estrutura, pois o programa oficial de Geografia determinava o estudo da natureza (geografia física) na 1ª série, ficando para a 3ª série, o estudo de geografia política e econômica.

É interessante comparar, todavia, aquilo que o programa recomendava e aquilo que foi incluído por Aroldo de Azevedo. Este, afirmava na introdução de seu livro que não tinha assumido o compromisso de seguir o programa oficial ao pé da letra e sim completá-lo com outros temas, tornando-o conseqüentemente mais amplo.

Programa Oficial (1931)

Geografia Política e Econômica

"Populações e raças. Línguas e religiões. As migrações e a civilização. Formação de cidades. As capitais. As estradas, a circulação e os transportes. Fronteiras. Culturas alimentícias (trigo, arroz, milho, café, cacau, chá, açúcar, vinho). Plantas industriais (algodão, borracha, madeiras, fumo). Criação de animais: carnes, peles, couros, lã, seda. Explorações minerais (carvão, petróleo, ferro e outros metais). Utilização das forças naturais.

Geografia Política e Econômica do Brasil

Populações, grupos étnicos, elemento europeu. Colonização. Recenseamentos: Os Estados e o Distrito Federal. Recursos naturais e mananciais de energia. Condições gerais da agricultura: café, açúcar, algodão. O gado. Indústrias extrativas: Borracha, madeira, mate, manganês. Viação férrea e rodoviária. Navegação. Comércio exterior." (Fonseca, 1956: 77).

Item do programa de Azevedo

"Parte IV - Geografia Política

- Geografia Política: conceito objeto e limites.
- Os Estados e suas variadas formas. Estados soberanos, protegidos e vassallos.
- A distribuição política do mundo atual.
- Condições de vida geográfico-econômica dos Estados. Fins político-econômicos dos Estados. Móveis políticos das potências. Fronteiras naturais.
- Formação territorial do Brasil e evolução de suas fronteiras.
- Política mundial durante a época contemporânea: o último século antes da grande guerra e zonas de antagonismo político no antigo continente ao se iniciar a conflagração européia.
- A nova imagem do mundo. Modificações no mapa da Europa e da África. As atuais grandes potências.
- A sociedade das Nações.
- Zonas de antagonismo político no mundo atual." (Azevedo, 1934: 16).

Como podemos observar no programa oficial, os itens especi-

ficamente políticos são "As capitais" e as "Fronteiras" na parte geral e "Os Estados e o Distrito Federal" na parte dedicada ao estudo do Brasil, recebendo esse último item um tratamento meramente burocrático e administrativo. Já a estruturação do conteúdo de Aroldo de Azevedo é muito mais ampla. Quais as razões disso, uma vez que sabemos que o regime instalado a partir de 1930 não primou exatamente pela democratização e politização do ensino brasileiro?

A inspiração francesa para essa preocupação do autor com a geografia política não é difícil de ser encontrada, pois ao contrário do que se pensa, esse segmento da geografia foi muito desenvolvido na França no início do século, mas vinha etiquetado com outros títulos, tais como o de "geografia colonial" ou como a obra citada por Azevedo "La Geographie de l'Histoire - geographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer", tendo como autores Jean Brunhes e Camille Vallaux, publicado em 1921.

O próprio Brunhes admite que na verdade o que se estudava sob esses rótulos era a Geopolítica, disfarce que se justificava em função da desconfiança em relação às suas origens (Ratzel-Alemanha) e sua utilização como ideologia justificadora do expansionismo alemão, isso tudo contribuindo para afastar a reflexão política dos temas comumente abordados pela geografia (12).

Porém, as influências somente frutificam na medida em que existam condições internas para a absorção de determinados tipos de idéias. Essas condições foram criadas pela política educacional do governo após 1930, com a implantação da reforma de Francisco Campos.

Nela, o fortalecimento do poder estatal, que passou a ser implementado na estrutura política brasileira e que viria a se exacerbar com o "Estado Novo" em 1937, assume a forma de um discurso laudatório e informativo a respeito da constituição e do papel histórico do Estado enquanto instituição.

Assim, a geografia é chamada a mostrar o Estado como nascido das necessidades de segurança coletiva, caracterizando-se geograficamente pela soberania sobre determinado território, enfatizando-se que, — as fronteiras, encaradas como "órgãos periféricos do Estado", teriam sua vitalidade extremamente ligada à eficiência dos meios de comunicação.

"Concorrendo com o estudo da história, deve a geografia ter também como objeto a educação política, para a qual contribuirá primeiro, como estudo das condições geográficas da formação do Estado e com a demonstração de que este, nascido como qualquer sociedade política das necessidades de segurança coletiva, se caracteriza, geograficamente, pela soberania territorial e requer, para se manter íntegro, a fixação do grupo social ao solo. Mostrará depois como a vitalidade das fronteiras, órgãos periféricos do Estado, depende da segurança e da rapidez das estradas e dos meios de comunicação.

Continuando o estudo da estrutura do Estado, apreciar-se-á a formação das capitais, bem como a importância que tem, econômica, política e espiritual. Cabe ainda à geografia, mais do qualquer outra matéria, evidenciar como o Estado político se prende, afinal, às relações econômicas da produção" (Fonseca, op.cit.: 72).

O curioso é notar que, apesar de recomendar explicitamente o estudo do Estado, a reforma Francisco Campos, não o tenha incluído explicitamente como tema dos programas.

Afora a inclusão desses temas políticos, a estruturação dos conteúdos segue a mesma linha daquela já apontada quando estuda-

mos algumas obras de Delgado de Carvalho. Porém, ao contrário deste, que fazia questão de posicionar-se claramente acerca de algumas questões teórico-metodológicas, Azevedo passava discretamente por cima desses temas.

O encaminhamento dos conteúdos estruturados reveste-se porém de peculiaridades próprias de cada autor. Assim, é interessante observar a estruturação da parte III, dedicada ao estudo da geografia humana.

O início é marcado pelo homem e sua relação com o meio, onde o autor afirma que as influências do meio sobre o homem podem chegar a determinar o seu próprio meio de vida.

"A simples conformação do relevo, como perfil das costas, a variedade da fauna, etc., podem, também, atuar notavelmente sobre os indivíduos, determinando muitas vezes o seu próprio meio de vida: são as montanhas e os planaltos, convidando-os ao pastoreio; são as planícies, tornando propícia a agricultura; são os litorais rendilhados fazendo nascer o gosto pela navegação; é a abundância da fauna, aquática ou terrestre, atirando-os à pesca como à caça." (Azevedo, 1934:67).

Azevedo afirma em seguida que também é preciso levar em conta a reação do homem contra as condições do meio em que vive, reproduzindo assim, a ambiguidade que a questão homem-meio sofria entre os possibilistas, a que já nos referimos quando analisamos a postura de Delgado de Carvalho frente ao mesmo tema.

Em seguida, o autor aborda os temas Sociedade, Civilização e gêneros de vida, porém, este último aparece somente como subtítulo, não sendo desenvolvido no corpo do texto.

A sequência citada encaminha uma lógica de aparências que se desenrola a partir da - expansão do homem sobre o globo - as formas das habitações humanas - as cidades - a população e seus movimentos e finalmente as raças, religiões e línguas.

As raças em Azevedo (1936)

No seu livro de 1936, Azevedo modifica o encadeamento da abordagem, sem entretanto alterar significativamente os conteúdos. Assim, o encadeamento passa a ser: "raças e povos - línguas e religiões - o homem e o meio - gêneros de vida e graus de civilização - habitações humanas - centros urbanos - a população e seus movimentos e as fronteiras da humanidade".

Ao estudar as "raças e povos", o autor efetua um longo levantamento das teorias raciológicas, inclusive com citações de outros cientistas, onde aparecem os critérios de classificação de raças como a cor da pele, conformação do crânio, qualidade e conformação dos pelos, caracteres da face, estatura, etc. Porém, o autor chega à conclusão de que é impossível classificar os homens segundo o critério de raça no sentido atribuído ao termo pela zoologia. Em função disso ele propõe o estudo dos:

"(...) povos da Terra tendo em vista as partes do mundo e sem tentar relacionar uma com os outros".
(Azevedo, 1941:34).

Qual a razão evocada para isso? Será que o autor já teria incorporado as noções culturalistas dominantes na Europa desde o

início do século? Será que já teria tomado contato com a obra de Gilberto Freire, que introduz (com defazagem temporal) no Brasil, esses conceitos?

A razão apontada por Azevedo era que:

"(...) muito mais completo, de difícil separação, em virtude das mestiçagens e dos cruzamentos que já se processaram através dos tempos." (Azevedo, 1941:34).

Assim, a dificuldade não seria dada pela impropriedade do emprego das noções raciológicas e sim em função dos "cruzamentos e mestiçagens", ou seja, fatores de ordem biológica típicos dos humanos.

Em relação à abordagem raciológica da população, Ortiz (1985:28) afirma que as teorias raciológicas elaboradas na Europa predominaram junto à elite brasileira no período entre 1888-1914. As suas origens remontam a Retzuus em meados do século XIX, que também é o período em que se vulgarizam as idéias a respeito da evolução social que apresentam vínculos imediatos com as premissas raciais.

No fim do século XIX as teorias raciológicas passaram a receber críticas de vários antropólogos, entre os quais se encontrava Boas e é quando a noção de raça cede lugar à de cultura.

No momento em que as teorias raciológicas entraram em declínio na Europa, elas se apresentaram como hegemônicas no Brasil.

Torna-se assim, difícil de sustentar a tese de que haveria a transplantação para o Brasil das idéias em última moda na Europa.

Na verdade, a elite intelectual brasileira, ao se orientar para a escolha de determinados autores, não estava passivamente consumindo teorias estrangeiras. Essas teorias são demandadas a partir de necessidades internas da formação econômico-social brasileira.

Ao aplicar os princípios teóricos que destacamos, ao estudo da população brasileira, Azevedo efetua a sua descrição em função das raças que a compoem e de suas características genéticas.

"Possuindo notável robustez e grande resistência física o negro presta-se admiravelmente aos trabalhos pesados da lavoura e da indústria. Seu gênio é pouco expansivo e sofredor; sua índole é geralmente pacífica e propícia à submissão. Tem tendência para ser supersticioso e a sua dedicação não conhece limites.

(...) Os mulatos são geralmente mais vivos e inteligentes que os negros. Em compensação, possuem menos robustez física e menos disposição para os trabalhos pesados" (Azevedo, 1941:219/221).

Em 1958, na 86a edição (atualizada) da obra "Geografia do Brasil", Azevedo ainda reafirma as noções raciológicas se bem que agora, já com a introdução das noções de cultura e de gênero de vida.

"O povo português é o resultado de longa e variedade mescla de povos, em que se destacaram os celtiberos, os germanos, os árabes e os judeus. Culturalmente, foi dos romanos que receberam mais profunda influência.

(...) O negro brasileiro é geralmente forte. Seu gênio é pouco expansivo, sua índole é pacífica e propícia à submissão. Supersticioso, aprecia a prática de ritos fetichistas.

(...) O negro vive num certo isolamento embora não existam entre nós preconceitos de cor. Dedicase a profissões braçais ou aos serviços domésticos,

slavo na Bahia, onde aparece em todas as profissões" (Azevedo, 1958:81 e 98).

A Geografia econômica

Já no item dedicado ao estudo da Geografia Econômica e Política, na sua obra de 1941, é interessante destacar que tanto na 1ª quanto na 2ª série parte de seu trabalho (respectivamente Geografia Geral e Geografia do Brasil) a atividade industrial sequer é mencionada. Como poderíamos explicar que em 1941, um geógrafo, escrevendo sobre esse tema não lhe dedicasse pelo menos um capítulo?

Poderíamos responder a essa indagação afirmando que o programa oficial assim determinava. Porém, isso não se sustenta, pois o próprio autor não se considerava um escravo do programa, incluindo novos temas sempre que julgasse necessário. Assim, a questão que se coloca é por que o autor não julgou essa inclusão necessária.

No livro de 1958, no capítulo dedicado ao estudo da geografia humana, Azevedo mantém os tópicos referentes à organização político-administrativa, às fronteiras do Estado brasileiro e inclui uma pequena abordagem sobre a alimentação no Brasil.

"O alimento e a habitação

- A alimentação dos brasileiros e o meio
 - Geografia da alimentação no Brasil
 - As habitações brasileiras e o meio
 - Os principais tipos de habitação"
- (Azevedo, 1958:251).

Essa inclusão, porém, não se verificará em suas obras posteriores e aqui Azevedo dará a esse tema um tratamento essencialmente descritivo, onde tenta relacionar, apoiado na obra de Josué de Castro a alimentação brasileira à luz da geografia humana, as regiões e seus respectivos tipos de alimentação, sem tirar maiores consequências dessa questão, tornando o tema desprovido de interesse, a não ser folclórico-enciclopédico de se saber o que se come e onde se come. A questão da fome não é sequer tocada.

No capítulo sobre a economia brasileira, o autor modificou a sua estruturação anterior, colocando em primeiro lugar, os temas relativos aos transportes e somente depois disso abordou a produção e o comércio.

Ao desenrolar o tema sobre a história da economia brasileira, o autor inclui a atividade industrial, se bem que de forma secundária, pois das 111 páginas dedicadas à economia apenas 5 o são à atividade industrial. Azevedo admite que a industrialização está se tornando um fato concreto, apesar de continuar afirmando em outros capítulos que o Brasil ainda é um grande país agrícola e que a indústria e a agricultura tem que caminhar juntos.

"(...) não é mais possível negar que caminhamos a largos passos no caminho da industrialização. Nossas indústrias começaram a se desenvolver depois da guerra de 1914-18. A partir de 1934, tendo por base o parque de São Paulo, um novo surto registrou-se; nossa produção industrial passou a ser superior, em valor, à produção agrícola. Com a última guerra, as necessidades da situação obrigaram-nos a multiplicar nossos esforços, multiplicando nossas indústrias; e não está longe o dia em que teremos a indústria pesada, a exemplo dos centros da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. E fora de dúvida que o Brasil possui, hoje, o maior centro indus-

trial da América do Sul". (Azevedo, 1958:164-165).

Nessa abordagem de Azevedo é curioso notar a justificativa para o avanço da produção industrial que teria sido fruto da "multiplicação de nossos esforços" em função da última guerra.

Assim, dilui-se o fato de que a indústria citada possui um proprietário e ela passa a ser encarada como fruto do trabalho coletivo para o bem comum e, naturalmente, todo brasileiro deve ter orgulho da "nossa" indústria, que transfigura-se não em uma forma de reprodução do capital individualizado na figura do capitalista e sim um símbolo de afirmação patriótica.

No livro de 1963, "A Terra Brasileira", o capítulo introdutório é "Brasil, país do futuro" que vai dar o tom da abordagem em toda a obra: a fé no futuro do Brasil enquanto Nação.

Depois da tradicional colocação acerca das vantagens do quadro natural brasileiro em função da ausência de extremismos, apesar de diversificado, o autor resolve entrar na conflagração político-social que então queimava a sociedade brasileira, porém apenas pela esfera de seus resultados, ou seja, do aparente.

"Outros contrastes foram criados pelo homem, em contato com essa natureza, ao povoar o país, ao ocupar suas terras e ao dedicar-se às diferentes atividades econômicas.

(...) Áreas industriais, repletas de fábricas e de operários, situadas a poucos quilômetros de fazendas e sítios, destinados à cultura ou à criação, conhecendo a técnica moderna ou permanecendo dentro de sistemas antiquados. Regiões em pleno desenvolvimento econômico, não muito longe de regiões subdesenvolvidas. Enfim: o luxo de alguns, a vida dura e difícil para a maioria, a miséria para muitos.

Assim é o Brasil de hoje: um país cheio de contrastes. Mas nada disso nos deve impressionar. Somos jovens, estamos em plena formação, não pude-

mos aproveitar ainda nossas possibilidades. Os contrastes decorrem em grande parte, da vastidão territorial e das diferenças de climas e de solos.

(...) O Brasil é um país do futuro. O que precisa ser evitado é o desequilíbrio que traz a discórdia entre irmãos, as diferenças que podem gerar ódios.

Valorizando o patrimônio territorial que herdamos e garantindo a sobrevivência da civilização que recebemos de nossos antepassados, poderemos resolver tais problemas. Unidos, conseguiremos realizar o grande destino que nos espera." (Azevedo, 1963:19-29).

Como vimos, aqui, o autor insere os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, porém sem maior aprofundamento e os contrastes sociais poderão ser resolvidos pela união, já que seríamos um país jovem e em plena formação, reafirmando assim sua interpretação evolutiva e organicista da história.

Ao tratar da evolução industrial, a concepção de um mundo harmônico vem novamente à tona. Nesse mundo, o Estado seria um elemento neutro, que implementa políticas simplesmente por tê-las deliberado.

"Em 1940, porém, o governo brasileiro deliberou instalar a mais poderosa usina siderúrgica do país, criou a Companhia Siderúrgica Nacional (...)" (Azevedo, 1963:160).

O capital estrangeiro é encarado como um agente que passa a se instalar no Brasil como o intuito de colaborar com a "nossa" industrialização, somando-se com as empresas já instaladas aqui.

"(...) E, a partir da década de 1950, passamos a possuir a indústria automobilística, com a produção não somente de caminhões, mas também de automóveis e de jipes de marcas alemãs e norte-americanas, sobretudo.

(...) O Brasil, desde muito tempo, não precisa importar medicamentos do estrangeiro; fabrica-os através da importante indústria farmacêutica, aqui representada pelos mais afamados laboratórios do Mundo, que vieram juntar-se aos laboratórios nacionais. Nossa produção permite, mesmo, que possamos destinar uma parte à exportação." (Azevedo, 1963:162).

Como se vê, ao captar o movimento da economia, particularmente o da industrialização, apenas pelos aspectos mais evidentes, ou seja, pelos elementos do sensório, a outra interpretação possível levaria inevitavelmente a resultados econômicos empíricos que implicam em um aumento da "nossa produção industrial". Nenhuma explicação: Qual o porque disso? Por que se instalou a indústria automobilística no Brasil? E a farmacêutica? Por que o Estado decidiu construir Volta Redonda?

Talvez esses não fossem temas pertinentes à geografia, pois aprofundavam aspectos de política e economia e fariam desaparecer o caráter de neutralidade perante os conflitos sócio-econômicos da época.

Mais ainda, preocupado em destacar o papel da vida agrária, Azevedo não admite que o Brasil seja um país industrial.

"(...) O Brasil encontra-se, realmente, em plena industrialização e o valor da produção industrial ultrapassou já o da produção agropecuária.

Mas o Brasil ainda não pode ser considerado um país industrial.(...)" (Azevedo, 1963:162).

Porém, não precisaríamos nos preocupar, pois "somos" um país jovem e assim que envelhecermos seremos tal e qual esses países antigos - os "desenvolvidos", é claro.

"São problemas que temos que enfrentar e que, pouco a pouco, haveremos de resolver. Porque o Brasil é ainda muito jovem e precisa percorrer longo caminho, antes de tornar-se uma grande potência mundial. Tal como aconteceu com outros países, que hoje estão na vanguarda da economia mundial." (Azevedo, 1963:163).

As modificações após 1964

O livro de 1964, "O Mundo em que Vivemos" apresenta uma inovação do ponto de vista da estrutura, pois antecipando a sequência natureza-homem-economia, aparecem e são valorizadas as noções sobre a Terra como o "nosso planeta", cujo conteúdo nos permitirá pensá-lo em seus movimentos mas, sem a presença do homem, com a divisão em zonas, as coordenadas geográficas e finalizando, na ênfase da representação da Terra e, particularmente, na importância da cartografia e dos mapas como instrumento particular dos geógrafos, o que conferiria aos temas estudados pela geografia, um papel mais pragmático.

"A Terra, nosso planeta"

A Terra é redonda
Dimensões da Terra
A Terra não está parada
Dias e noites. Estações do ano
A esfera terrestre
As Zonas da Terra
As coordenadas geográficas

Representação da Terra

O problema da orientação
Mapas ou cartas geográficas
Tipos de mapas
As projeções cartográficas
Importância dos mapas"
(Azevedo, 1968:227).

Essa preocupação pode ser encontrada em todo o livro, com o

autor fornecendo os dados técnicos da representação de diferentes fenômenos, como por exemplo, as redes de drenagem, os tipos de vales representação do relevo, etc.

"Naturalmente, as formas de relevo surgidas da combinação de todos esses agentes, internos e externos, precisam ser representadas nos mapas ou cartas geográficas.

Nos de pequena escala, o colorido e o sombreado resolvem o problema: a cor castanha (a que podem ser acrescentadas sombras) é utilizada, em geral, para as montanhas; a cor verde costuma ser reservada para as áreas planas e de menor altitude.

Quando, porém o mapa é construído em escala grande (1:100.000, 1:50.000, 1:20.000, etc.), dois sistemas são geralmente utilizados: (a) o das linhas curvas de nível, no qual os pontos de mesma altitude são unidos por linhas curvas, em geral, com intervalos de 25 ou 50 metros; (b) o das hachuras ou normais, no qual os declives são representados por pequenos traços, perpendiculares às curvas de nível, ficando em branco as terras baixas ao nível do mar.

Se a área é relativamente restrita, o relevo pode ser representado por blocos-diagramas, desenhados em perspectiva e, por mapas em relevo construídos em massa ou material plástico.

Os mapas ou cartas que representam o relevo são denominados hipsométricos." (Azevedo, 1968:116-117).

A valorização desses aspectos técnicos específicos da geografia representa a resposta, dentro dos parâmetros da geografia tradicional, a um maior pragmatismo exigido das ciências e da geografia, em particular. Assim, apesar do uso de mapas pela geografia ser imemorial, a divulgação e popularização das técnicas de sua confecção e a afirmação de sua importância representam dados relativamente novos, nessa época.

De resto, a estrutura de abordagem temática é repetitiva e

dentro dela, por exemplo, o socialismo ainda não existia e a URSS era apresentada como um dos países possuidores de concentrações industriais, com a peculiaridade das indústrias pertencerem ao governo.

Assim, num passe de mágica reducionista, o Estado transfigura-se em governo e o porque do controle estatal das indústrias não é explicitado. Aprofundando mais ainda a sua linha de análise a-histórica e tecnicista, o autor, em seguida, passa a elencar uma série de características das grandes indústrias como se elas tivessem vida autônoma, distanciadas da dinâmica social onde elas estão inseridas, seja essa dinâmica do tipo socialista ou capitalista.

Para terminar, a avaliação política do mundo feita pelo autor em 1964, fala por si só:

"Hoje, vivemos num mundo só, como se pertencêssemos a uma única "família", sem levar em conta a cor da pele, a língua, a religião, a forma de governo.

- Em busca da Harmonia Universal

- Compreendendo essa verdade - que, afinal, resulta de imperiosa necessidade, muito se tem feito em busca da desejada Harmonia Universal, cujo fundamento só pode ser o sincero desejo de paz e o respeito mútuo entre os povos da Terra." (Azevedo, 1968:202).

Depois disso aparece uma volumosa lista dos órgãos responsáveis por essa obra de harmonia, umas de natureza política, outras de caráter econômico. Desse modo, fundem-se no mesmo objetivo a ONU e seus órgãos, a OEA, a CEE, a CECA, etc.

Num mundo como o de 1964 quem poderia levar a sério tamanha

ingenuidade?

Finalmente, o livro de Azevedo, "Geografia do Brasil" publicado em 1969, revisto e ampliado em 1973, pode ser considerado como a derradeira obra do autor sobre a realidade brasileira e, portanto, requer uma análise e comparação com o que vimos comentando sobre a sua obra que, nessa data, já se estendia por 40 anos.

Do ponto de vista da estrutura, aqui temos a sequência natureza-homem-economia em seu aspecto mais radical, com os aspectos políticos banidos definitivamente, substituindo assim a antiga forma reducional do estudo do político via estudo do governo. A divisão de tarefas a partir da implantação das disciplinas OSPB e EMC livrou a geografia desse fardo e então a análise da geografia do Brasil pôde se fazer de forma mais neutra.

No 1º capítulo, a "situação geográfica", o autor reedita a tradição dos livros didáticos de geografia desde o início do século, afirmando que a natureza brasileira é pródiga e não apresenta rigores que não possam ser facilmente superados.

Em seguida temos, a geopolítica do Brasil Atlântico e a dinâmica das fronteiras, levando à conclusão do Brasil potência.

"(...) Nossas fronteiras terrestres equivalem-se em extensão às fronteiras marítimas, o que permite prognosticar para o Brasil um papel também destacado como potência continental.

Por tudo isso, não nos parece utópica a afirmação de que o Brasil será uma das grandes potências do século XXI." (Azevedo, 1973:18).

Para fechar esse capítulo temos a afirmação da nossa tropi-

calidade e o grande destaque de que apesar disso temos mais de 50% da população de cor branca e de descendentes de europeus.

O estudo da natureza segue um ritmo praticamente homogêneo em quase todos os seus itens, onde na ordem, aparecem os agentes de determinada dinâmica; a sua classificação e a sua descrição, segundo a matriz do primeiro item, que versa sobre os climas brasileiros.

Neste, são estudadas as temperaturas, as massas de ar, as chuvas e as classificações climáticas, onde o autor descreve as várias existentes e propõe a sua, no final. O que é interessante é que a classificação proposta por Azevedo não é colocada como contraposição a nenhuma das outras citadas, mas como uma fusão das elaboradas pelos outros autores.

"Da combinação das características climáticas atrás estudadas e do confronto das diferentes classificações citadas pode-se concluir que, no Brasil, existem pelo menos três grandes regiões climáticas: 1) a equatorial; 2) a tropical; 3) a subtropical." (Azevedo, 1973:30).

Da mesma forma, o autor não estabelecia nenhuma contradição entre as classificações de De Martonne, de Köppen, de Delgado de Carvalho e de Lísia Bernardes. Dessa maneira, restava aos alunos simplesmente decorar todas e não ficar sabendo qual a razão de sua diversidade.

No item sobre as bases geológicas, o autor desenvolve o método já clássico em seus livros anteriores, que é o de historiar determinado fenômeno, fazendo na verdade uma cronologia

linear, onde se encaixam os fenômenos mais diversos. Nesse caso, o autor destaca uma série de nomes responsáveis pela "evolução dos conhecimentos geológicos" sem, no entanto, destacar seu conteúdo.

É importante nesse item, o fato do autor estabelecer uma correlação entre a estrutura geológica e a presença de recursos minerais, apesar de não fazer um estudo aprofundado, como será feito posteriormente por outros autores.

Em "A Vida Humana", o objeto de estudo é a população enquanto quantidade, o seu crescimento, o seu deslocamento (as migrações) e a sua qualidade (brancos-mestiços-amarelos). A unidade continua com a história da conquista do território, constituída pelo desenrolar dos ciclos econômicos, desembocando na articulação café-indústria que é representada pelo título "O Brasil em marcha", para o desenvolvimento, é claro. Para coroar a lógica das aparências o tema seguinte é o estudo das cidades.

O estudo das quantidades populacionais é feito via densidades desiguais, ou seja, descreve-se a distribuição da população pelas diversas áreas do território. Em seguida, temos as "estruturas", ou seja, a distribuição da população segundo os critérios de sexo, idade, cor, nacionalidade, religião, grau de instrução, setores da economia (primário-secundário-terciário) e domicílio (urbano-rural). É claro que a distribuição por classes sociais sequer é cogitada.

A explicação para o elevado crescimento demográfico assim como para o reduzido tempo de vida médio do brasileiro é interessante.

"Essa "explosão" demográfica iniciada na segunda metade do século XIX e acentuada nos últimos 25 anos, é o resultado da combinação de dois fatores, que evidentemente se conjugam: 1) o crescimento vegetativo; 2) as correntes migratórias.

O crescimento vegetativo

Sem a menor dúvida, é o crescimento vegetativo o fator que melhor explica o constante aumento de nossa população." (Azevedo, 1973:104)

"Em virtude da precariedade das condições socio-econômicas da maioria da população, mas também como reflexo das características climáticas de certas áreas do país, a duração média de vida ou vida média dos brasileiros ainda é muito baixa." (Azevedo, 1973:106).

De um lado, a população cresce porque nasce mais gente do que morre e de outro, até o clima é responsabilizado. A lógica das aparências permanece alta.

O estudo das raças é feito descrevendo-se a origem de cada tipo e sua "contribuição" para o "nacional", via cultura, tipo de habitação, enriquecimento do "nosso" vocabulário, pratos típicos, etc.

A naturalização do humano, característica do positivismo, continua presente no estudo do urbano.

"As cidades tem seu ciclo vital, que vai da juventude à velhice, mas que, (tal como acontece com o relevo) pode vir a ser interrompido, fazendo-as rejuvenescer. Tudo depende do jogo de duas grandes forças: a natureza e o homem (...)." (Azevedo, 1973:162).

Finalmente, na unidade dedicada ao estudo da economia, o Brasil, em 1973, ainda é "um grande país agrário" e:
"(...) a paisagem agrária (...) é também mais.

expressivamente brasileira, porque possui raízes profundas, que procedem de um passado remoto (...)." (Azevedo, 1973:171).

Por conseguinte, agricultura e indústria devem desenvolver-se harmonicamente, posto que, além da tradição (histórica) os "imperativos geográficos" (a natureza), na concepção do autor, assim orientam.

A mão-de-obra agrícola caracteriza-se para o autor pela sua escassez desde os tempos coloniais e a adoção do trabalho escravo é explicada pela inadaptação dos portugueses e seus descendentes, aqui fixados, ao clima brasileiro.

Nessa unidade, o autor introduz ainda o item sobre a estrutura fundiária mas, o faz superficialmente, para concluir que

"A gravidade do problema da vida agrária brasileira não decorre, por conseguinte, da má divisão da propriedade; os maiores latifúndios correspondem às largas extensões despovoadas da Amazônia e do Centro-Oeste. Reside particularmente no regime de exploração de terras." (Azevedo, 1973:178).

A "vida industrial", neologismo positivista, desenvolve-se através da via histórica e cronológica dos fatos que contribuíram para a sua evolução, a diversificação industrial e a sua distribuição pelo território.

Os problemas localizam-se no suprimento das fontes de energia, transportes para integração territorial, insuficiência de capitais, de produção de máquinas e de mercado interno.

E curioso notar que, apenas em um item, ocupando apenas uma página, o autor justifique as prioridades do II PND (da forma

consciente ou não), modelo de desenvolvimento que buscava capitais no exterior para suprir a pretensa "insuficiência" da poupança externa e ainda a exportação para compensar o modesto mercado interno.

Em seguida, da mesma forma que descreveu anteriormente os vários produtos agrícolas, os do extrativismo florestal e os produtos minerais, o autor enumera uma ampla relação de indústrias, classificadas por ramos, concluindo o capítulo com o ufanismo que caracterizava o discurso oficial do Estado, no período.

"Esse é o panorama geral da vida industrial do Brasil, no momento em que rapidamente se industrializa e se prepara para deixar, em definitivo, a posição que ainda ocupa dentro do chamado "Terceiro Mundo" - expressão eufêmica empregada para disfarçar a dureza da palavra subdesenvolvimento." (Azevedo, 1973:248).

A TRADIÇÃO ACOMPANHANDO AS TENTATIVAS DE RUPTURA

Da época de Azevedo até hoje, muitos autores colocaram seus trabalhos didáticos de geografia em circulação. É o caso, por exemplo de Manoel Correia de Andrade e Hilton Sette, Guiomar G. de Azevedo, David Marcio, Nilo Bernardes, Igor A.G. Moreira, Zoraide V. Beltrame e muitos outros.

Não considero, porém, que seus trabalhos tenham apresentado alterações significativas na estrutura apresentada por Aroldo de Azevedo, que tenham efetivamente ultrapassado o campo da atualização e do alinhamento político, existindo entre esses os oportunistas repetitivos e simplificadores de cunho meramente comercial.

Por isso decidi concentrar meu trabalho na análise de dois autores que julgo terem apresentado algum tipo de proposta de superação da estrutura tradicional, cujas limitações nos ajudaram a refletir sobre o modo de superá-las. São eles Melhen Adas e José Willian Vesentini.

Melhen Adas - ruptura e reacomodação

Estrutura temática do livro "Estudos de Geografia"

"Olhando o Mapa-Mundi - os desequilíbrios espaciais

- os espaços geográficos;
- desequilíbrios espaciais;
- os espaços geográficos diferenciam-se em desenvolvidos e subdesenvolvidos;
- indicadores ou características dos espaços geográficos subdesenvolvidos.

.A População

- onde se situa o estudo da população entre as várias disciplinas e particularmente a geografia;
- a preocupação com o crescimento da população - histórico e as teorias demográficas;
- política demográfica brasileira;
- o crescimento demográfico mundial;
- causas do crescimento demográfico;
- o crescimento demográfico e as imigrações para o Brasil;
- o imigrante: aspectos demográficos, sociais e econômicos.

.O Mundo Tropical

- a formação da imagem dos trópicos;
- o mundo tropical: conceituação e delimitação;
- o solo, o clima e a agricultura itinerante;
- a necessidade de desenvolvimento de uma tecnologia.

.Os Recursos Naturais: sua dissipação e o conservacionismo

- a ameaça que nos espreita;
- os países ricos e pobres e os recursos minerais;
- recurso natural, riqueza e conservacionismo;
- o Brasil e os recursos naturais;
- o carvão mineral, o petróleo e o conservacionismo;
- escala geológica do tempo.

.Recursos Humanos e Desenvolvimento

- relações entre a melhor qualificação das ações do homem e o desenvolvimento;
- planos de desenvolvimento econômico no Brasil;
- valorização dos recursos humanos e o espaço

geográfico;

- por que a geografia deve se interessar pelo estudo da valorização dos recursos humanos."

(Adas, Melhem - "Estudos de Geografia", São Paulo, Moderna, 1974)

Como podemos observar na citação acima, a estrutura proposta por Adas em seu primeiro trabalho didático nada tinha a ver com a estrutura clássica que já apontamos para os livros escolares de geografia.---

Assim, aparece no capítulo 1, a discussão a respeito das características dos espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos; no capítulo 2, o estudo da população é desenvolvido com algumas inovações, tais como, a tentativa de situar o seu estudo dentro da geografia, o estudo das teorias demográficas, incluindo a marxista e as causas do crescimento demográfico; o capítulo 3 é dedicado a provar que o mundo tropical não é insalubre e que seus problemas poderiam ser superados dependendo de algumas condições, tais como, o desenvolvimento de uma tecnologia; no capítulo 4, Adas estuda os recursos minerais e conjuntamente as condições de sua formação, ou seja, ao mesmo tempo em que discute os aspectos econômicos dos recursos, passa em revista a formação geológica, executando na prática a quebra do dualismo geografia física-geografia humana; no capítulo 5 é estudado o tema do desenvolvimento e a ação do homem, para Adas, via planejamento estatal com a população transfigurando-se em "recursos humanos".

Como vimos, a estruturação desse trabalho marca realmente uma ruptura dentro da tradição geográfica escolar, ao selecionar no campo da geografia, alguns temas que, segundo o juízo do

autor, seriam importantes serem discutidos, em função de sua atualidade.

O segundo trabalho didático de Adas, publicado em 1976, "Estudos de Geografia do Brasil", não seguiu, no entanto, a linha de ruptura estrutural apresentada em sua primeira obra, representando, ao contrário, o marco de um retrocesso que se ampliará de edição para edição. Vejamos.

Estrutura temática do livro "Estudos de Geografia do Brasil"

"O Espaço Mundial e o Espaço Brasileiro (características físicas e históricas)

- a distribuição das terras e das águas e suas implicações físicas e históricas;
- características gerais do espaço brasileiro;
- uma estrutura geológica velha, um relevo de altitudes baixas e a dinâmica das massas de ar no Brasil.

.A População Brasileira

- o crescimento da população do Brasil;
- crescimento populacional e políticas demográficas;
- a mobilidade espacial e a distribuição territorial da população no Brasil;
- a estrutura da população do Brasil.

.A Evolução Econômica, a Agricultura e a Pecuária no Brasil

- evolução econômica do Brasil (breve histórico);
- a agricultura no Brasil;
- os principais produtos da agricultura brasileira;
- a pecuária no Brasil.

.A Atividade Industrial e os Transportes no Brasil

- as indústrias no Brasil;
- a indústria extrativa mineral no Brasil;
- indústrias de transformação (siderúrgica e automobilística);
- os transportes no Brasil."

(Adas, Melhem - "Estudos de Geografia do Brasil", São

Paulo, Moderna, 1976).

Como vemos, a estrutura clássica está de volta, com o desenvolvimento da sequência geografia física-humana-econômica, antecedida de uma introdução onde, Adas desenvolve o tema da expansão das civilizações européias e determinados aspectos geopolíticos do território brasileiro.

Do ponto de vista da estrutura, não fica nada pendente em relação àquela desenvolvida por Azevedo em sua última obra de 1974; o que vamos observar são algumas alterações na maneira de desenvolvimento dos mesmos temas, análise, da qual nos encarregaremos mais adiante.

Em 1980, o "Estudos de Geografia do Brasil" é revisto e ampliado e transforma-se no "Panorama Geográfico do Brasil" e apresenta algumas alterações em sua estrutura.

Estrutura temática do livro "Panorama Geográfico do Brasil" (1ª edição)

".A Situação Geográfica do Brasil e o Espaço Natural

- a extensão territorial e a posição geográfica;
- o litoral, as ilhas oceânicas e o atlântico sul;
- as bases geológicas e as grandes unidades do relevo do território brasileiro;
- as características da rede fluvial e as principais bacias hidrográficas;
- as condições climáticas do Brasil e o significado da tropicalidade;
- as paisagens vegetais.

.A População Brasileira

- a formação da população brasileira: a diversificação étnica e cultural;
- a importância crescente da população brasileira no conjunto da população mundial;
- distribuição da população e seus contrastes: o

- povoamento e as migrações internas;
- a estrutura da população brasileira;
- as correntes imigratórias para o Brasil;
- a população rural e urbana, o processo de urbanização e os problemas das áreas metropolitanas.

.O aproveitamento econômico do espaço brasileiro

- o extrativismo vegetal no Brasil;
 - a agricultura brasileira;
 - a criação de gado no Brasil;
 - do extrativismo primitivo às atividades mineradoras modernas;
 - as fontes de energia no Brasil;
 - a importância das atividades industriais e sua distribuição espacial;
 - a integração territorial brasileira e a importância dos sistemas de transportes;
 - as relações comerciais com o exterior."
- (Adas, Melhen - "Panorama Geográfico do Brasil", São Paulo, Moderna, 1980)

Logo de início podemos observar que a avaliação geopolítica do espaço brasileiro é praticamente eliminada, restando a clássica introdução, versando sobre os temas da extensão territorial e a posição geográfica.

Nessa mesma unidade notamos uma significativa ampliação do espaço destinado ao estudo dos temas de geografia física, que concomitantemente passaram a apresentar um maior detalhamento, contemplando todas as sub-áreas desse setor.

Na unidade 2, sobre o estudo da população, além de algumas modificações no posicionamento de alguns temas, é retirado o estudo das teorias demográficas e amplia-se o tema da urbanização com o estudo da desigualdade da urbanização regional, da hierarquia urbana e das áreas metropolitanas brasileiras.

Na unidade 3, sobre o povoamento econômico do espaço brasileiro, Adas retira o histórico que na verdade constituía-se dos ciclos econômicos pelos quais tinha passado o Brasil, desemo-

cando na cafeicultura; amplia o conteúdo relativo à mineração e à atividade industrial, além de acrescentar à unidade um estudo sobre o comércio exterior brasileiro.

Já na segunda edição do "Panorama Geográfico do Brasil" em 1985, as alterações do ponto de vista estrutural são mínimas, restringindo-se basicamente à reintrodução do estudo das teorias demográficas no estudo da população e à retirada do tema relativo ao comércio exterior no estudo da geografia econômica.

"Estudos de Geografia": a geografia ativa tropical.

Esse primeiro livro de Adas está marcado por forte influência ou até mesmo inspiração da obra "Geografia Ativa" de Pierre George e discípulos.

Tanto o desenvolvimento dos temas como a similariedade das posições, levam-nos facilmente a essas conclusões.

Vejamos.

Adas pretende mostrar a geografia como uma ciência humana e cita explicitamente George ao tentar explicitar a relação dos fatores naturais com os sociais. Assim, a geografia servir-se-ia dos:

"dados naturais como fatores de organização da vida econômica e social" (Adas, 1974).

naquilo que eles possam auxiliar na explicação do social. Afirma ainda que:

"entendemos a geografia como ciência humana, e assim sendo ela, ao lado de outras disciplinas trata dos mesmos fenômenos, isto é, os sociais, pois existe uma complementação entre todas elas na

apreensão da realidade. Contudo, distingue-se (Geografia) das demais pois é uma ciência de relações (apesar de todas as outras também o serem), mas de relações também entre os fenômenos naturais e sociais." (Adas, 1974).

Adas pretende ainda questionar o núcleo da geografia vidaliana ao afirmar que o estudo das relações da sociedade com o meio não deveria ser entendido como um fim em si mesmo, mas apenas como uma das variáveis de análise do geógrafo, onde o social comandaria:

"(...) todos os tipos de comportamentos e de relações dos homens com o meio e dos homens entre si." (Adas, 1974).

E de George o texto "problemas, doutrina e método" publicado na obra "A Geografia Ativa". Nele, o autor estava preocupado em combater teoricamente o advento do que era denominado de "geografia aplicada": a ciência geográfica levada à partição em um sem número de especialidades que a desfigurariam como um todo.

Assim, ao definir o objeto e os métodos da geografia, George começa afirmando que a geografia é uma ciência humana, identifica o geógrafo como o historiador do atual:

"O objetivo da geografia ativa é perceber as tendências e as perspectivas de evolução a curto prazo, medir em intensidade e em projeção espacial as relações entre as tendências de desenvolvimento e seus antagonistas, definir e avaliar a eficácia dos freios e dos obstáculos. E por aí que a geografia pode desembocar na aplicação." (George, 1966: 30).

Porém, para George, a:

"(...) aplicação das disciplinas de análise, não é

da alçada do geógrafo."

Isso naturalmente coloca sua geografia ativa num dilema já que ela é concebida na forma de uma "geografia global e sintética" e a partir do momento em que se pusesse a analisar os fatos e realidades, se descaracterizaria. George resolve esse dilema ao propor que a geografia se apresente nas suas:

"(...)situações, isto é, sob a forma da geografia regional, da geografia regional dinâmica." (George, 1966: 32).

Por isso, podemos ver que os resultados não guardam muita distância daquelas concepções de La Blache, apesar da região ser apresentada aqui de uma maneira mais dinâmica. Mesmo assim, o entendimento desses espaços regionais como entidades únicas, leva George e seus seguidores a não conseguirem romper, para compor o "social" da região, com a necessidade de estoriar o fenômeno que estão estudando, privilegiando o seu desenvolvimento na linha do tempo, confundindo então, história com cronologia.

Os "desequilíbrios espaciais" na obra "Estudos de Geografia"

Para Adas, espaço confunde-se com lugar, "ocupação da terra" com "organização do espaço" e considera que o espaço ocupado por sociedades tribais é "não organizado". Consideração possibilitada pelo fato de tomar (consciente ou inconscientemente) como protótipo de espaço organizado a espacialização de outros modos de produção, ou mais especificamente o capitalista como faz Adas.

Com a finalidade de introduzir a discussão acerca da questão

da desigualdade, Adas começa por uma citação de George afirmando que:

"(...)a mais inelutável das razões da desigualdade entre os homens é hoje a sua sua origem geográfica, isto é, o lugar onde nascem."(George, 1969: 10).

Mas esses lugares apresentam desigualdades que podem ser evidenciadas através de fatores como a existência da fome ou da subordinação político-econômica. Em seguida, Adas afirma que não são os fatores naturais os responsáveis por essas desigualdades como teriam acreditado os deterministas, colocando que isso está na dependência de fatores como a existência da fome ou da subordinação político-econômica. Logo após, Adas coloca que a solução para essa problemática da desigualdade encontra-se no campo educacional pois:

"A melhor qualificação humana em termos de melhor suficiência intelectual e técnica, passa a constituir-se num dos fundamentos da problemática da desigualdade social e econômica entre os povos."(Adas, 1974: 5).

Depois, Adas traça o roteiro da desigualdade, caracterizando-a como a oposição entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Com isso, fica sublimada a diferenciação básica dos espaços em função do modo de produção, fator decisivo na organização da sociedade, pois o que passa a interessar são os desiguais níveis de desenvolvimento.

Sob essa ótica, torna-se importante caracterizar os elementos que tornariam reconhecíveis tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento.

"Renda Per Cápita"? Adas conclui que esse indicador é muito

frágil em função da existência de vários países "subdesenvolvidos" com alta renda per capita. Como solução, parte para a busca de outros indicadores que possam esclarecer melhor o problema.

Entram aí as características do espaço agrícola, onde os países subdesenvolvidos destacar-se iam por:

"Predominância da população ativa na agricultura; da produção primária; e da baixa produtividade agrícola." (Adas, 1974: 9).

Além disso, temos a presença da fome, o baixo nível de industrialização, a terciarização da população e o grande crescimento demográfico.

Como podemos notar, portanto, a opção de análise foi a de nomear os fatores característicos do subdesenvolvimento, em detrimento da busca dos fatores de sua determinação. Mas esse caminho não foi escolhido por acaso.

O subdesenvolvimento de Yves Lacoste

Lacoste também principia sua análise do subdesenvolvimento enumerando as 14 características que, segundo sua visão, lhe seriam próprias:

"Insuficiência alimentar; deficiência na agricultura; baixa renda nacional média e baixos níveis de vida; industrialização reduzida; fraco consumo de energia mecânica; situação de subordinação econômica; setor comercial hipertrofiado; estruturas sociais ultrapassadas; fraco desenvolvimento das classes médias; frágil integração nacional; importância do subemprego; deficiente nível de instrução; intensa natalidade; estado sanitário imperfeito - em vias de

melhorar." (Lacoste, 1970: 10/28).

Lacoste justifica a escolha desses critérios afirmando que:

"Os elementos que constituirão a definição da situação de subdesenvolvimento não poderão ser escolhidos a priori, devem proceder da generalização dos fatos concretos observados nos países do Terceiro Mundo." (Lacoste, 1968: 172)

Podemos notar que o autor recusa a adoção de critérios prévios à análise sendo que à realidade concreta caberia o papel de orientar a sistematização, resvalando assim para o empirismo que discutimos anteriormente.

Em seguida o autor coloca a sua definição afirmando que:

"Fundamentalmente, o estado de subdesenvolvimento de um país pode se definir como uma situação caracterizada por uma distorção durável (ou uma tendência à distorção) entre o crescimento demográfico relativamente intenso e um aumento relativamente fraco dos recursos de que dispõe efetivamente a população." (Lacoste, 1968: 174).

O ponto central do discurso é portanto a dialética população-recursos, onde a abordagem a-histórica coloca tanto a população crescendo independentemente de sua articulação com o modo de produção, quanto os recursos como insuficientes "naturalmente". A esse respeito Harvey coloca o seguinte:

"(...) Existe gente demais no mundo porque os fins particulares que temos em vista (junto com a forma de organização social que temos) e as matérias disponíveis na natureza, que temos vontade e meios de usar, não são suficientes para nos abastecer com aquelas coisas com as quais estamos acostumados." (Harvey, 1981: 26).

Colocadas as coisas dessa maneira, os fatores focados (e

portanto passíveis de serem alterados) deixam de ser apenas o crescimento populacional e a insuficiência de recursos, mas passam a poder incluir tanto os "fins" quanto a "organização social".

Adas e a relação população-recursos

A influência da "Geografia Ativa", particularmente de Pierre George e Yves Lacoste manifesta-se nesse trabalho de Adas tanto no desenvolvimento dos temas, quanto na sua escolha. Tanto é assim que em seguida a caracterização do subdesenvolvimento, o autor passa a desenvolver justamente os temas sobre população e depois sobre os recursos, entremeado com o estudo e questionamento das versões que caracterizam o processo de subdesenvolvimento como decorrente dos fatores naturais, particularmente dos fatores climáticos na unidade intitulada "o mundo tropical". A discussão desse tema não descaracteriza a influência pois os autores citados também apresentam essa preocupação amiúde em seus trabalhos. Veja-se por exemplo esta passagem:

"Se se examinar um mapa-mundi, torna-se evidente que todos os países desenvolvidos se encontram na zona temperada e que a maioria dos países subdesenvolvidos está, ao contrário, nas regiões subtropicais. Tal repartição não pode ser encarada como simples coincidência e vários autores têm julgado que as causas originais do subdesenvolvimento prendem-se às particularidades naturais permanentes dessas regiões. (...) Entretanto, esses fatores negativos permanentes não impediram, no passado, o nascimento, em regiões hoje subdesenvolvidas, de brilhantes civilizações(...) Não parece, portanto,

possível invocar o efeito das causas naturais permanentes para compreender o atraso atual de regiões que, no passado, ocuparam os primeiros lugares do progresso." (Lacoste, 1970: 49/50).

Na introdução da unidade que contém o estudo da população, Adas esclarece qual o papel da geografia quando estuda tal tema. Afirma então que ao estudar os aspectos sociais ou históricos, a geografia pode se confundir com outras ciências humanas e conclui que a particularidade da geografia encontra-se na correlação entre os aspectos naturais e sociais das populações, como podemos observar no texto a seguir:

"O geógrafo, e no caso, quando o seu interesse está voltado para o estudo da população e sua dinâmica, faz o levantamento de situações globais, isto é, envolvendo tanto o nível social como o natural (como elementos auxiliares) através das correlações existentes entre eles. Assim sendo, constitui preocupação para o geógrafo da população, a dinâmica populacional, entendida como os processos naturais, históricos ou sociais que modelam e interferem na evolução das coletividades humanas através de seus fracassos e êxitos." (Adas, 1974: 35)

Na abordagem da população encaminhada a seguir por Adas, em primeiro lugar são desenvolvidas algumas teorias da população, inclusive a marxista. O autor não se posiciona claramente em relação à maioria delas, com excessão das críticas formuladas à concepção neomalthusiana.

Em seguida o autor caracteriza a realidade do mundo de hoje como a de uma aceleração do crescimento populacional, reproduzindo assim um tipo de abordagem que se tornou clássica a partir da obra "Panorama do Mundo Atual" de Pierre George, particularmente o seu capítulo 1, "a explosão demográfica e seus corolários".

(George, 1970: 9/28).

Ao desenvolver o estudo sobre as causas do crescimento demográfico, o autor na verdade reproduz as posições de Yves Lacoste, onde aparece a queda da taxa de mortalidade como um dos elementos importantes, apesar dessa redução não ser devida à melhoria das condições de vida da população e sim ao avanço da medicina. Além disso tem destaque ainda os casamentos em faixas de idade precoce e o custo de formação do indivíduo.

As causas citadas do crescimento demográfico apontam para um caminho onde a relação entre esse fator e a estrutura social é extremamente fragil, principalmente quando se mencionam fatores de ordem psicológica e sociológica tais como a realização na paternidade ou aspectos culturais e religiosos. O que não se pergunta, nesses casos, é por que a realidade configurou-se dessa maneira.

Nesse sentido, o fator que executa mais de perto essa relação é o do "custo de criação do indivíduo" que identifica uma ligação entre esse custo e o nível de vida das camadas da população, onde o menor nível apresentaria um menor custo, o que traria maior vantagem econômica por representarem um acréscimo na renda da família em função de sua inserção precoce no mercado de trabalho (formal ou informal).

Como nas abordagens de cunho demográfico o que rege o crescimento populacional é o crescimento natural e o saldo migratório, Adas passa a desenvolver um breve histórico das imigrações para o Brasil, chegando a conclusão que o fator explicativo do crescimento demográfico brasileiro hoje é o crescimento natural.

Adas e o mundo tropical

A mensagem contida no capítulo que leva o título acima é relativamente simples: a) mostrar que a imagem que os tropicos possuem perante o mundo temperado, de serem locais insalubres não tem fundamento científico; b) apresentar uma conceituação aceitável de mundo tropical; c) mostrar alguns problemas da agricultura tropical e d) apresentar soluções para a sua resolução.

No que diz respeito à conceituação, Adas considera que seria necessária maior precisão, concordando com a proposta de Pierre Gourou, que no entanto não passa de uma categorização climática mais rigorosa (Adas, 1974: 95).

A relação entre o solo, clima e agricultura estão na base de um dos problemas típicos do mundo tropical apontados por Adas, sendo que no solo, sobretudo a erosão e a laterização, seriam causados sobretudo pela agricultura primitiva que não apresentaria compatibilidade com a relativa fragilidade dos solos tropicais.

Esse tipo de abordagem omite o fato de que a agricultura avançada (sob a ótica capitalista), em qualquer parte do mundo, está em flagrante contradição com o ritmo da natureza e ao tentar adequá-la, modifica seus ritmos e causa grandes desequilíbrios. E só atentar para a realidade das grandes monoculturas e o seu significado para o rompimento do ecossistema e reprodução das pragas. No mundo tropical isso não deixa de ser verdade e assim

sendo, por que privilegiar a análise sobre a agricultura primitiva?

Adas aponta o desenvolvimento tecnológico como solução para esses problemas específicos do mundo tropical:

"(...)a solidariedade dos países tropicais se faz necessária, como uma união de esforços para ir em busca de uma tecnologia criativa e não imitativa ou mesmo adaptativa." (Adas, 1974: 101).

Parece que reduzir a questão dos desequilíbrios ecológicos a uma mera questão de adaptação tecnológica é simplificar demasiadamente a análise de um processo muito mais abrangente, como já demonstramos.

Os recursos naturais

"O homem atuando na superfície terrestre, tem demonstrado, através dos tempos, e muitas vezes, uma total desarmonia em relação às condições naturais do mundo em que vive. (...) O homem no seu relacionamento com o espaço, esquece muitas vezes ou não sabe, da necessidade de dosar convenientemente a sua ação sobre o meio natural. Em decorrência, muitos desequilíbrios são percebidos. (Adas, 1974: 117)

Na citação acima temos a síntese do posicionamento de Adas em relação à questão dos recursos naturais. Nele, a desarmonia aparece debitada ao "homem". Quem é afinal esse homem e em que universo ele está inserido? Que fatores orientariam os atos desse "homem", uma vez que ele aparece como um ser abstrato e isolado?

. Dessa maneira os desequilíbrios somente podem ser debitados na conta da irracionalidade humana, ou seja, pretensamente somos todos culpados, não existindo ninguém que deva ser punido, além da recomendação para que o tal "homem" retifique sua conduta.

Se esse "homem", porém, aparecesse vinculado a uma determinada sociedade como a capitalista, por exemplo, que é dividida em classes e onde o trabalho é alienado pela burguesia, a relação homem-natureza também o será já que o contato dá-se a partir do trabalho. Dessa maneira, torna-se possível a determinação dos fatores que animam esse processo: não mais a irracionalidade humana mas sim a racionalidade capitalista.

Na continuidade desse capítulo é analisada a questão dos recursos naturais no Brasil. Aqui Adas inova metodologicamente ao vincular o estudo dos recursos (esfera econômica, portanto de competência da geografia humana) com a dinâmica geológica. Os recursos estudados são principalmewnte o petróleo e o carvão mineral.

A solução do desenvolvimento

"Muitos estudos passaram a mostrar que o desenvolvimento econômico não depende apenas de duas variáveis -capital e trabalho- mas depende, também, de um outro fator, o fator humano. Deve ser entendido o fator humano no quadro da economia de um país, como sendo a capacidade profissional e técnica de sua população, além da própria organização em que está moldada." (Adas, 1974: 156)

Diante dessa colocação acredito que o autor comete um equi-

voco na sua análise e a consequência disso é que ele passa a andar em círculos sem conseguir atacar a questão de frente. Isso porque tanto o capital quanto o trabalho são criações do "humano" sendo a "capacidade profissional e técnica" um atributo dos dois agentes e além do mais o que poderá ser a "organização em que esta moldada" a população se não o modo de produção em última instância.

Desse modo a análise de Adas cai no vazio, mesmo porque ele a encaminha no sentido de destacar a importância da qualificação técnica através do processo educacional e científico. Porém esses fatores são antes consequência de uma determinada organização e funcionamento da sociedade do que a sua causa. Assim sendo a raiz da questão permanece intocada.

O equívoco continua com o roteiro escolhido pelo autor na continuação do capítulo. Nele, Adas aborda a questão do desenvolvimento, mas o faz através de uma estorização dos planos econômicos implementados pelo Estado brasileiro. Consciente ou inconscientemente, o autor funde desenvolvimento com o Estado que assim aparece como um agente autônomo cujo objetivo seria o de promover esse desenvolvimento econômico.

Adas e a geografia do Brasil

Em seu segundo trabalho didático, Adas rompe com a estrutura que tinha adotado no trabalho anterior, cujo conteúdo acabamos de analisar. Desse modo, a primeira unidade de seu novo trabalho, começa por estabelecer a base onde se desenrola a história, ou

seja, a base física. Porém, Adas pretende mostrar que o peso desses fatores físicos tem se alterado historicamente.

De início são caracterizados os continentes e em seguida é mostrado o processo pelo qual esses continentes teriam se separado, pela migração das placas, através das diferentes eras geológicas. Em seguida, o autor localiza qual teria sido o "horizonte geográfico" de diversas civilizações e afirma que as terras brasileiras assim como o conjunto do continente americano e africano (ao sul do Saara) somente teriam entrado:

"(...)no horizonte geográfico da civilização a partir dos séculos XV e XVI". (o grifo é meu).
(Adas, 1976: 15).

A "civilização" a que Adas se refere é a européia, mas como ele não explicita sua referência, pressupõe-se que nessas terras isso não existia, reproduzindo assim uma nítida visão eurocêntrica.

No capítulo 2, reproduzindo a tradição de Aroldo de Azevedo, Adas aborda as características do território brasileiro, porém todo recheado de considerações geopolíticas inspiradas explicitamente principalmente em Golbery do Couto e Silva.

E nesse sentido que aparecem algumas menções à relação entre as fronteiras marítimas e terrestres; a extensão da costa e o "perímetro envolvente" do território, assim como a caracterização da continentalidade.

Em seguida, o autor estabelece relações entre a forma do território e seus climas, para depois analisar a realidade das

relações do Estado brasileiro com os seus vizinhos, na melhor tradição geopolítica. O primeiro alvo é o leste: África; separada pelo oceano Atlântico, Adas vê nela a materialização de suas posições a respeito do "mundo tropical" que reafirma agora:

"Há a necessidade de se desenvolver 'remédios caseiros' para 'males caseiros', desde que se reconheça que a Geografia Física e a Geografia Humana dos países tropicais diferem daquela encontrada em outras porções dos espaços geográficos mundiais." (Adas, 1976: 39).

Para essa tarefa, o pragmatismo geográfico é oferecido no sentido de proporcionar:

"(...)um conhecimento da realidade africana para servir de apoio a uma política de aproximação e de desenvolvimento conjunto(...)" (Adas, 1976: 39)

A seguir são analisadas as relações com os países fronteiriços da América do Sul e a conclusão é que esses países relacionam-se mais com o restante do mundo do que entre si, em outras palavras, estão voltados de costas uns para os outros. Tanto isso seria verdade, que é justamente nas áreas centrais do subcontinente que se registram os maiores vazios demográficos e as maiores dificuldades de acesso, em função da precariedade do sistema de transportes. Porém,

"(...)os países sul-americanos tomaram a iniciativa de integrar esses grandes espaços deserdados de ações eficazes.

As obras rodoviárias, como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, Perimetral Norte,

Além da projetada Hidrovia de Contorno, exercerão um papel significativo na integração dessas áreas.

Estimulados por essas obras ou iniciativas, os países Andinos poderão descer os Andes, isto é, ocupar a porção oriental dessa cordilheira. Poder-se-á estabelecer u'a maior integração do território sul-americano." (Adas, 1976: 42/43)

O que caracteriza todo esse capítulo, inclusive a citação acima é que o autor faz o discurso do Estado brasileiro, envolvido na época com a ideologia da integração nacional e com os grandes projetos impacto, representados pela maioria das obras citadas. Além disso, é no mínimo ingenuidade política afirmar que a integração fronteiriça passará a se dar somente porque um país (e não os países sul-americanos, como foi mencionado) realizaram algumas obras viárias.

A geografia física em "Estudos de Geografia do Brasil"

O capítulo referente ao estudo da geografia física nesse capítulo restringe-se basicamente à geologia/relevo e ao clima.

No estudo da geologia brasileira, o autor destaca a estrutura geológica e sua relação com a ocorrência dos recursos minerais, tanto em áreas cristalinas, quanto sedimentares; nesta os recursos estudados são o carvão mineral e o petróleo.

Trata-se portanto de uma aplicação prática daquilo que Adas já tinha formulado em seu livro anterior.

O estudo do clima também apresenta uma inovação que é a ênfase na climatologia dinâmica, baseada sobretudo no entendimen-

to do deslocamento das massas de ar e sua influência na configuração do clima. A classificação climática aparece apenas como decorrência dessa dinâmica, no final do capítulo.

Ao todo, a esse capítulo sobre geografia física foram dedicadas apenas 31 páginas, tratando-se, portanto de um tema desenvolvido de forma bastante condensada.

"população brasileira"

Nessa unidade, Adas passará a repetir com bastante frequência o método de historiar o fenômeno estudado e em seguida apresentar seus fatores determinantes.

E isso que acontece com o capítulo destinado ao estudo do crescimento da população brasileira, à imigração e à distribuição territorial da população, que é estudada após a reconstituição da "marcha do povoamento" e conquista do território.

A inovação metodológica, nessa unidade reside na aplicação ao Brasil dos fatores citados em teoria no seu livro anterior e da reprodução do estudo das teorias populacionais, somente que agora já sem contar com a teoria marxista.

Já o capítulo sobre a estrutura da população e composição étnica, reproduz quase fielmente a abordagem de Aroldo de Azevedo. Chama atenção inclusive, o conteúdo do último item: "A miscigenação no Brasil e na América Inglesa", onde Adas cita Bastide manifestando posições claramente racistas e a ele não se contrapõe, limitando-se a repetir o refrão do branqueamento da população brasileira, como já fizera anteriormente Azevedo (13).

A geografia econômica

A terceira e quarta unidades colocam em estudo os temas da geografia econômica. O início é um histórico, composto basicamente dos ciclos econômicos, desembocando no café e seu papel na industrialização brasileira.

Nesse capítulo, a intenção de buscar uma síntese do período levou Adas a utilizar largamente os quadros esquemáticos. Com isso, fatores secundários ganharam imerecido realce e os determinantes acabaram diluídos (14).

Depois desse breve histórico sobre a evolução da economia brasileira, o autor começa a análise da geografia econômica pelas atividades agropecuárias.

Na introdução desse capítulo, Adas ainda afirma que, apesar do grande desenvolvimento industrial constatado pelo censo de 1970, o Brasil:

"(...)ainda é um país onde a maior parte da população depende, para a sua sobrevivência, das atividades rurais." (Adas, 1976: 204).

O simples fato da maioria da população estar localizada na área rural não pode ser considerado indício suficiente para afirmarmos essa predominância da agropecuária, principalmente se levarmos em conta o intenso processo de industrialização da agricultura pelo qual o país tinha passado nos anos anteriores.

Além disso, o próprio autor cita dados do censo de 1970, onde afirma-se que apenas 44,02% da população habitava as áreas rurais. Isso demonstra, portanto, que sua afirmação não se sustenta e que não é dessa maneira que devemos mostrar para o estudante que a agropecuária continua sendo importante, pois daí provém a maior parte dos produtos alimentares.

O que é importante destacar, porém, é que a agricultura, num país capitalista, não existe apenas porque é importante e sim porque também permite a acumulação de capital. A falta desse esclarecimento sobre a lógica das atividades econômicas sob o modo de produção considerado, faz com que a análise não se aprofunde perdendo-se em detalhes, muitas vezes superficiais, aos quais se acrescenta uma pitada de visão crítica sobre a realidade estudada, sem fornecer porém as razões de sua configuração.

E isso que faz com que a afirmação de que os produtos destinados à exportação apresentam melhores condições técnicas e de infraestrutura, apareça como uma simples reclamação e não um fato que podemos considerar lógico numa agricultura capitalista.

Porém, apesar de realçar determinados aspectos técnicos e descritivos na sua análise da agropecuária, ("Os principais produtos da agricultura brasileira" e "A pecuária no Brasil") o autor fornece elementos para uma visão mais crítica, como por exemplo, ao analisar a estrutura fundiária no Brasil, através dos dados censitários, mostrando a concentração da propriedade da terra assim como a irrisória participação das grandes propriedades no oferecimento de emprego, num capítulo que poderia ser mais aprofundado, mas que mesmo assim não acabou passando a mesma visão de

"paraíso agrícola" característico de outros autores, principalmente Azevedo.

O estudo da atividade industrial no Brasil é introduzido pelo item "conceito e tipos de indústrias", onde o autor opta por uma categorização essencialmente técnica. Assim, a indústria deixa de lado o seu conteúdo histórico de potencializar a acumulação de capital e passa a ter o seu conteúdo definido a partir da divisão técnica do trabalho:

"(...)o ato de transformar, com ajuda de um certo trabalho, objetos brutos em objetos que tenham uma utilidade" (Blanchard, R., apud Adas, 1976: 249).

No que diz respeito à classificação industrial, apesar de mencionar a classificação segundo o papel desempenhado na economia, o autor acaba optando no desenvolvimento do capítulo pela classificação técnica em indústrias extrativas e de transformação.

No capítulo que estuda a indústria extrativa mineral, os produtos estudados são o carvão mineral, o petróleo e por incrível que pareça, a energia elétrica. Neles, a estratégia de abordagem é idêntica, traçando-se primeiramente um histórico do produto e em seguida são fornecidos alguns dados sobre a sua exploração.

As indústrias de transformação estudadas são a siderúrgica e a automobilística. Na primeira, é dado um panorama das principais usinas e na segunda, um reduzido histórico de sua implantação, acompanhado por algumas estatísticas de produção.

Na parte dedicada ao estudo dos transportes, também é dado um panorama desse setor, acrescido de uma comparação de custos entre os diversos meios de transporte.

O "Panorama Geográfico do Brasil" (primeira edição)

Em 1980, Adas reformula o seu "Estudos de Geografia do Brasil", que aparece agora com o nome de "Panorama Geográfico do Brasil". Algumas modificações foram introduzidas.

Na unidade I, "a situação geográfica do Brasil e o espaço natural", a antiga introdução foi drasticamente reduzida, principalmente as considerações geopolíticas. Quem ganhou espaço foi a geografia física, que ampliou bastante seu espaço, de 31 para 86 páginas, e agora aparece compartimentada segundo os moldes tradicionais da seguinte forma: litoral; geologia; hidrografia; clima e vegetação. É bom lembrar que em seu livro anterior Adas considerava fundamental somente o estudo da geologia e do clima.

A população no "Panorama Geográfico do Brasil"

A unidade de estudo da população foi reordenada nessa edição. Assim, passa a abrir o tema, a "Diversificação étnica e cultural" da população brasileira, que ganha assim grande destaque, tendo em vista que na edição anterior, constituía-se apenas em um item do capítulo sobre a "estrutura da população do Bra-

sil".

Nela, Adas retoma o tema da fusão racial dos três tipos étnicos (índio, branco e negro) acrescido agora do "mongolóide" asiático.

Retoma ainda sua citação de Roger Bastide sobre a miscigenação no Brasil, acrescentando porém o seguinte comentário:

"(...)apesar da miscigenação no Brasil ter ocorrido de forma mais intensa, esse fato não exclui a existência de certas formas de preconceito de que são vítimas várias camadas da população. Felizmente o problema não chegou ao nível da questão racial dos E.U.A., verdadeira contradição dentro do sistema democrático desse país, onde também são vítimas as minorias étnicas (o indígena, o portoriquenho e outros).

Entretanto, sabemos que o problema existe no Brasil, apesar de muitos desejarem mascará-lo. Cumpre assim, a todos nós, buscar soluções objetivas de tal modo que a igualdade de oportunidades não seja privilégio de alguns em detrimento de outros." (Adas, 1980: 116)

Como podemos notar, Adas esclareceu seu posicionamento acerca do racismo no Brasil, onde, se ainda o considera mais "suave" do que na "América inglesa", pelo menos não manifesta sua concordância plena com o posicionamento mistificador e idealista de Roger Bastide.

Adas introduz nesse capítulo a discussão acerca da diversidade cultural, porém articula-a com as etnias e assim, como as etnias seriam múltiplas, a cultura idem. O autor afirma ainda que:

"(...)não se deve subestimar as relações do homem e o meio natural como fator de desenvolvimento de certos modos de alimentação, vestuário e tipos de

atividades de subsistência e, portanto, de elementos culturais.

Assim sendo, percebe-se, nas diferentes áreas do Brasil, um processo de adaptação do homem ao meio natural." (Adas, 1980: 117).

Como vemos, o autor privilegia a relação homem-natureza como o fator gerador de traços culturais e dessa maneira, já que não há referência à vida concreta dessas populações, a noção de cultura é empobrecida, transformando-se quase sempre em folclore.

A geografia econômica no "Panorama Geográfico do Brasil"

No tratamento desse tema, também é feita uma reordenação onde se nota um reforço do que denominamos anteriormente de "fetichismo do produto" e também de critérios tecnicistas no trato das questões econômicas.

Isso fica claro, quando percebemos que as modificações introduzidas retiraram o extrativismo, a mineração e as fontes de energia do conjunto do estudo da indústria. Desse modo, não sabemos o que passa a dar unidade a esses temas, pois hierarquicamente elas passam a ter o mesmo peso que a agricultura e a indústria (15).

Ainda em relação ao livro anterior, foi retirado o histórico da economia brasileira que introduzia essa unidade, foram feitas algumas atualizações, como é o caso da introdução dos itens "a crise do petróleo e as alternativas" e as "usinas nucleares".

E acrescentado ainda um capítulo sobre o comércio exterior, naturalmente em função da importância que esse tema passou a ter

em virtude do modelo econômico. Porém, ao invés de relacionar as exportações com esse modelo, Adas opta por uma abordagem descritiva, citando as "trading companies" e os "corredores de exportação", sendo este um projeto governamental que passa a ser implementado simplesmente porque assim foi decidido. Já vimos que não é assim que funciona a sociedade.

"Panorama Geográfico do Brasil" (segunda edição)

Essa segunda edição (revista e ampliada) é datada de 1985. A estrutura da obra permanece basicamente a mesma, com a introdução de alguns temas e aprofundamento de alguns outros já existentes na edição anterior.

Assim, no capítulo sobre a extensão territorial do Brasil, que via de regra é caracterizado pelo ufanismo da "terra sem males", Adas acrescenta, como apêndice uma reflexão:

"Não podemos cair no erro, diante da grande extensão territorial do Brasil, dos seus grandes recursos e belezas naturais, de assumir um sentimento ou posição de orgulho desmedido. Tal atitude somente serviria para mascarar a realidade em que nos encontramos, deixando em segundo plano o que é mais importante - a situação social e econômica dos que vivem nesse imenso território, isto é, a população brasileira.

(...) Para comprovar tal situação, basta verificarmos alguns dados da realidade brasileira. (...) grande desigualdade de rendimento entre as classes sociais; (...) violenta e vergonhosa desigualdade de esperança de vida entre as classes sociais de baixa e alta renda; (...) elevada taxa de mortalidade infantil.

(...) Sim, somos um país de dimensões continentais, de grande potencial de espaço e que não conseguimos

organizar esse espaço em benefício de todos." (Adas, 1985: 11/12).

A estratégia de Adas nessa unidade de estudo do "quadro natural" é manter a estrutura tradicional, com sua abordagem sobretudo descritiva, com o acréscimo de alguns textos complementares ao final do capítulo. Estes teriam a tarefa de introduzir as questões mais atuais ou polêmicas à discussão. E o caso do texto "a agonia dos rios", sobre a poluição dos rios inserido no final do capítulo sobre hidrografia e também dos textos "a floresta vai acabar?" e "que forças, além das atuais, poderiam influir, no futuro, sobre o desmatamento da amazônia?", introduzido no capítulo sobre vegetação.

A inserção dessas discussões, naturalmente pode ser considerada como um fator positivo. Porém, não inseri-las no corpo do capítulo, é como confessar que o método, ou mesmo a própria geografia não tem condições de dar conta de realidades, que são, antes de tudo, dinâmicas.

Isso não quer dizer que não se deva inserir textos de discussão complementar nos livros didáticos. Porém, a questão central é a decisão sobre o que complementar e o que é principal, ou seja, devemos decidir sobre a afirmação da tradição geográfica ou a valorização dos temas de estudo da geografia inseridos na realidade em que ocorrem.

O panorama da população brasileira

Essa unidade não apresenta grandes alterações em relação à

edição anterior. A única de grande porte é a reintrodução do capítulo sobre as teorias demográficas, que tinha sido retirado na edição anterior. Só que, por incrível que pareça, nessa última versão, o capítulo se apresenta de forma muito mais superficial do que quando veio a público pela primeira vez, em 1974, no livro "Estudos de Geografia" a que já nos referimos.

A geografia econômica no "Panorama Geográfico do Brasil"
(segunda edição)

No capítulo 2 "a agricultura brasileira", é introduzido o item "as relações de trabalho ou de produção" no seu final, quando o autor descreve os tipos de relações de trabalho existentes em:

"(...)quatro tipos básicos de organização da produção:

- .o latifúndio
- .a unidade familiar produtora de mercadorias
- .a unidade familiar de subsistência
- .a empresa agropecuária capitalista"

(Adas, 1985: 184/69)

No capítulo 6, "as fontes de energia no Brasil" é introduzido um item sobre o "Proálcool.

Finalmente, é retirado o capítulo que versava sobre as relações comerciais com o exterior, não sendo o tema discutido em nenhum outro lugar.

Balanço parcial

Como pudemos observar nessa análise comparativa de parte da obra de Melhen Adas (destinada ao segundo grau), o autor não rompe com a abordagem tradicional da geografia, na tradição direta de Aroldo de Azevedo e Vidal de La Blache. Porém, a herança vidaliana é passada através da "geografia ativa" de Pierre George e discípulos, o que acarreta a introdução de novos temas de discussão e um posicionamento mais claro no que diz respeito à negação do "determinismo geográfico" e afirmação da geografia como ciência humana.

Desse modo, a Geografia continua sendo a ciência de síntese que teria como particularidade estudar tanto os aspectos da natureza quanto os humanos. Nestes, a ampliação da temática seria garantida pela estratégia da interdisciplinaridade.

A sensibilidade do autor aos questionamentos pode ser exemplificada a partir das modificações que foram sendo introduzidas em seu trabalho, tais como o acréscimo do tema para discussão no capítulo sobre a extensão territorial do Brasil, o esclarecimento do posicionamento acerca da questão do racismo, a reintrodução do capítulo sobre as teorias demográficas, etc.

J.W.Vesentini e a obra "Sociedade e Espaço"

O livro "Sociedade e Espaço" foi lançado em 1983 e destina-se ao ensino de segundo grau. Vesentini também concebe a geografia como uma ciência humana:

"(...) espaço geográfico como espaço social, fruto da humanização da natureza, este livro começa pelas relações econômicas e termina com o meio ambiente(...) O meio ambiente não é determinado pelos elementos naturais, mas sim pelas relações econômicas e sociais. (Vesentini, 1983: 3)

Como vemos, em função dessas concepções, o autor resolveu inverter a estrutura tradicional e tratar da geografia física (natureza) como resultado e determinada pela ação humana: dessa forma esses temas aparecerão nos últimos capítulos, com a estrutura temática ficando assim configurada:

- uma geografia política do mundo atual
 - aspectos da população mundial
 - fontes de energia e indústria
 - o meio ambiente do homem"
- (Vesentini, 1983: 5/8).

A primeira unidade dedica-se a considerar as diferenças entre os países, ou seja, são estabelecidos os parâmetros (basicamente classificatórios) que serão trabalhados no corpo da unidade e do livro.

A primeira classificação a aparecer é a divisão do mundo em continentes:

"Do ponto de vista físico ou geológico, as partes emersas da superfície terrestre dividem-se em quatro grandes 'mundos' ou continentes: o Velho Mundo (compreendendo a Europa, a África e a Ásia), o continente americano (América do Norte, Central e do Sul), a Oceania (Austrália, Nova Zelândia e inúmeras ilhas) e o continente antártico." (Vesentini, 1983: 10).

Podemos perceber uma contradição, pois se afirmamos que a configuração dos continentes deve-se à ação da geologia, não será através desses mesmos parâmetros que poderemos caracterizar África, Ásia e Europa como "velho mundo" como afirma o autor. Na nona edição desse livro, em 1987, o autor amplia essa introdução, quando então esclarece essa questão e explica porque não considera adequada a análise geográfica que a tome por base, justificando assim a adoção de outra classificação:

"(...)a outra é a divisão do espaço mundial em três conjuntos político-econômicos principais -os países capitalistas desenvolvidos, os países de economia planificada ou 'socialistas' e os países subdesenvolvidos ou Terceiro Mundo. (...)toma como ponto de partida a sociedade. É uma divisão do espaço mundial com base em elementos político-econômicos(...)" (Vesentini, 1987: 2/3).

Porém essa classificação adotada pelo autor, acaba misturando em um só lugar parâmetros de análise diferentes, pois ao dividirmos os países em capitalistas e socialistas, o nosso parâmetro será o modo de produção, mas ao introduzirmos a questão do desenvolvimento ou subdesenvolvimento, estaremos colocando aí um elemento estranho, podendo partir para teorizações que indicam a polarização atual do mundo, não mais entre capitalismo e socia-

lismo mas sim entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. No atual estágio monopolista do capitalismo, essa concepção mascara a realidade de fragmentação-mundialização do capitalismo.

Para Vesentini, porém, o socialismo aparece sempre entre aspas. Ele explica porque:

"(...) esse conceito (...) deveria ser aplicado (...) apenas quando não mais existissem de fato classes sociais e quando houvesse uma grande abundância de bens à disposição de todos, com igualdade quase total entre as pessoas e extrema liberdade individual. Além disso, numa sociedade verdadeiramente socialista o Estado seria totalmente controlado pelos trabalhadores e iria progressivamente perdendo sua força.

(...) se aceitarmos essas definições (...), não poderemos afirmar que exista hoje em dia qualquer nação socialista (...)." (Vesentini, 1987: 23).

Se a existência ou não do socialismo hoje está na dependência do significado que os clássicos davam ao termo, a leitura destes por Vesentini é no mínimo discutível pois se neles encontramos passagens que aparentemente confirmam sua versão, em muitas outras encontramos esse tema desenvolvido de maneira bem mais aprofundada, que a contestam. Vejamos:

"O proletariado apodera-se do poder do Estado e transforma, antes de mais, os meios de produção em propriedade do Estado. Desta maneira, destrói-se a si próprio como proletariado, suprime todas as diferenças e antagonismo de classe e com isso o Estado como Estado." (Engels, 1971: 97).

Porém, o próprio Engels esclarece essa questão mais adiante quando afirma que:

"Quando o Estado se transformar, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo. Quando já não existir nenhuma classe social para manter oprimida; quando desaparecerem, juntamente com o domínio de classe e com a luta pela existência individual gerada pela atual anarquia existente na produção, os choques e os excessos resultantes dessa luta, nada mais haverá para reprimir; portanto não haverá qualquer necessidade dessa força especial de repressão, o Estado." (Engels, 1971: 98)

Como vemos, a extinção do Estado é, no entender de Engels, um ideal a atingir que não pode se confundir com uma destruição imediata, pois esse processo requer algumas pré-condições (citadas acima), cuja inobservância implicaria em entregar de volta o poder nas mãos da antiga classe dominante. E isso que Marx quer enfatizar quando afirma que:

"(...)Entre a sociedade capitalista e a comunista, fica o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. Aquele corresponde também um período de transição política cujo Estado não pode ser outra coisa que não a ditadura revolucionária do proletariado (...)" (Marx, Karl. apud Lenine, 1980: 280/v.2).

A questão da democracia é essencial para o socialismo, pois a possibilidade do término da exploração do homem pelo homem, seria dada pela socialização dos meios de produção, num primeiro momento nas mãos do Estado, em nome da sociedade. O grau de democratização é que vai nos informar o quão efetivo é esse "em nome da sociedade".

Porém a inserção de capítulo sobre a democracia somente nos capítulos referentes aos países socialistas, como faz Vesentini,

representa antes de tudo uma inculcação ideológica das virtudes da democracia burguesa. Isso porque para a caracterização do que seja capitalismo, não é exigido nenhum pré-requisito "democrático", colocando-se a coisa no âmbito da estruturação econômica, mesmo quando o assunto é política, como é o caso da abordagem da questão do Estado:

"(...) o Estado passou a intervir na economia. Essa intervenção se dá tanto através do controle de muitos ramos nos quais outrora havia apenas empresas particulares, como também através do planejamento econômico." (Vesentini, 1987: 14).

Concluindo: A não discussão da "democracia burguesa" nos itens sobre os países capitalistas e o tratamento do tema da democracia quando se discute os países socialistas ou o socialismo, acarreta, por omissão, que assumimos o significado deste por aquele, uma vez que a inculcação ideológica massacrante da "mídia" nos passa a imagem dos países capitalistas desenvolvidos como democráticos, sem adjetivos. Já o subdesenvolvimento é visto por Vesentini através de seus sintomas e não a partir de seu processo gerador, tal como fizeram Lacoste e Adas. O que muda agora são os sintomas:

- Subordinação econômica e grandes desigualdades sociais;
 - Endividamento externo;
 - Relações comerciais desfavoráveis;
 - Forte influência de empresas estrangeiras;
 - Grandes desigualdades sociais."
- (Vesentini, 1987: 8/9)

As origens históricas dos países subdesenvolvidos estariam ligadas ao fato de terem ou não sido colônias de exploração, uma vez que as "colônias de povoamento" não teriam sido verdadeiras colônias e portanto não teriam sido exploradas.

O autor não inclui países socialistas (entre aspas) no conjunto dos países subdesenvolvidos:

"Não há contradição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Pelo contrário, eles são interdependentes, interligados: um desses 'mundos' não existiria sem o outro. (...) Esses dois conjuntos de países fazem parte de um mesmo todo, um mesmo sistema mundial: o sistema capitalista (...)" (Vesentini, 1987: 29).

A justificativa desse fato é dada em função das diferenças que existiriam entre os países socialistas "mais pobres" e os seus congêneres capitalistas. Citando Lacoste, essas "diferenças são na verdade apenas uma, e ainda por cima, uma suposição:

"(...) Parece que uma das contradições mais graves, a do desemprego, foi resolvida". (Lacoste, Yves. "Geografia do Subdesenvolvimento", apud Vesentini, 1987: 26).

Nessa primeira unidade é introduzida, na edição de 1987, um capítulo denominado "Geopolítica e geoestratégia". Nele, Vesentini afirma o aparecimento das duas superpotências (EUA e URSS) com o fim da segunda guerra mundial e a instalação da "guerra fria". Com ela teriam lucrado as duas superpotências, pois:

"(...)Tenta-se evitar uma terceira ou quarta opção, pressionando as nações a adotarem ou o modelo eco-

nômico-social norte-americano ou o modelo soviético." (Vesentini, 1987: 41).

Discute-se ainda a indústria armamentista e seu papel na economia das duas superpotências, principalmente no desenvolvimento de novas tecnologias, afirmando que os gastos bélicos pesam muito mais para a URSS do que para os EUA, pois a economia soviética:

"(...)é atrasada, quase subdesenvolvida; assim o encargo representado pelos gastos militares penaliza bastante a sociedade." (Vesentini, 1987: 45).

Na verdade esse capítulo apresenta, a rigor, apenas os dois temas citados: guerra fria e armamentismo e uma digressão sobre as guerras locais e a guerra global. O filão que poderia ser proporcionado pela discussão do tema geopolítica e geoestratégia, tais como as políticas das duas superpotências, a geopolítica da contradição entre EUA-Europa-Japão na luta pela hegemonia mundial e mesmo as políticas regionais de certos países, é muito pouco desenvolvido.

Vesentini e o estudo da população

A unidade II ficou assim configurada:

- o crescimento demográfico e seus fatores;
 - superpopulação relativa e neomalthusianismo;
 - a população e as atividades econômicas;
 - a estrutura etária e a sexual;
 - raças e racismo;
 - a população urbana e rural.
- (Vesentini, 1987)

Como vemos, nessa unidade, o autor assume a estrutura tradicional de abordagem da população da geografia, que já analisamos anteriormente em Azevedo e Adas. Algumas alterações são introduzidas no desenvolvimento do conteúdo, porém sem romper com a análise predominantemente demográfica e mesmo de cunho a-histórico. Vejamos.

Entre as edições de 1983 e 1987, não é feita nenhuma alteração significativa, além de atualização de dados estatísticos. Em função disso, passaremos a tomar como base a última edição.

Ao tratar do crescimento demográfico, o autor reproduz a progressão linear da população, mostrando que desde o século I até hoje ela já teria se multiplicado várias vezes, chegando atualmente a aproximadamente 5 bilhões de pessoas. A conclusão que se chega é que a velocidade do crescimento demográfico aumentou, afirmando-se que é maior nas áreas de fraca industrialização, tendo como fator principal, o "custo de formação do indivíduo, de que já falamos anteriormente quando estudamos o mesmo tema em Adas.

O questionamento ao neomalthusianismo é feito apelando-se para o conceito de "superpopulação relativa", o que definiria ou não se determinada área é superpovoada, não seria o número absoluto de sua população, mas sim a relação desse número com a forma de organização social e o acesso aos recursos.

Ao discorrer sobre a relação entre a oferta de empregos e o crescimento populacional, o autor afirma que:

"(...) numa sociedade em que a maior parte da

renda se concentra nas mãos de uma minoria (que a desperdiça em gastos de luxo), de fato ocorrerão poucos investimentos produtivos e consequentemente pouca oferta de empregos." (Vesentini, 1987: 62).

Apesar de explicar em apêndice o que são investimentos produtivos (16), isso é feito teoricamente não dando conta do significado mais profundo e mesmo da polêmica que envolve essa questão.

Investimento produtivo, numa sociedade capitalista, é aquele que permite a acumulação de capital e a movimentação da economia. Nesse sentido, o capitalismo no Brasil tem podido desenvolver-se, apesar da violenta concentração de renda que o tem acompanhado, pois os tais "gastos de luxo" sendo efetuados, requerem a produção das mercadorias correspondentes tornando necessário que se façam os investimentos, ou seja, roupas caríssimas, moradias sofisticadas, iates, etc., como exemplifica Vesentini, devem ser considerados investimentos produtivos do ponto de vista do capital, pois movimentam toda uma atividade industrial com repercussões em vários ramos e setores, ocupam mão-de-obra que ao receber seu salário podem consumir outros produtos, movimentando outras indústrias, a agricultura ou mesmo é poupado, repercutindo assim no sistema financeiro.

No capítulo dedicado ao estudo da "estrutura sexual", o autor insere a discussão a respeito da discriminação da mulher, da sua exploração como "objeto" e também o problema da dupla jornada de trabalho da mulher trabalhadora.

No capítulo sobre "raças e racismo", o autor considera que o termo raças apresenta vinculações sobretudo com princípios bio-

lógicos e portanto isso torna difícil a sua utilização no estudo da população. Por isso considera o termo "etnias" mais apropriado pois levaria em consideração o fator cultural, apesar de o considerar muito vago, mas mesmo assim melhor que o anterior. Em seguida discute a questão do racismo como um fenômeno desprovido de base científica.

A conclusão que podemos tirar desse capítulo é portanto que, etnia é um conceito melhor do que raça, apesar de ser insuficiente e que o racismo é um fenômeno questionável. O que fica em aberto é o fato de não se apontar nenhuma alternativa para a insuficiência do estudo da população baseado nesses dois conceitos.

Segundo a tradição, é no capítulo sobre a "população urbana e rural" que se estuda o processo de urbanização, geralmente de forma superficial. Para o autor, urbanização é o crescimento da população na cidade ser maior do que no campo:

"Mas a urbanização não consiste somente no crescimento das cidades. Para que ela ocorra, é necessário que o crescimento da cidade seja maior do que o do campo (...)" (Vesentini, 1987: 86).

Dessa forma a urbanização é definida apenas quantitativamente. Porém esse processo seria diferenciado: no países desenvolvidos teria sido:

"(...) 'normal', pois foi acompanhado de grande oferta de empregos urbanos." (Vesentini, 1987: 86).

Já nos subdesenvolvidos, isso teria acontecido de maneira

diferenciada pois:

"(...) essa urbanização não é 'normal', já que não é acompanhada de igual ritmo de industrialização." (Vesentini, 1987: 87).

Seria essa contradição que provocaria toda uma série de efeitos paisagísticos nas cidades desses países, tais como a existência de favelas, cortiços, desigualdades sociais, etc. .

Nessa análise passa-se uma visão de que esse processo teria ocorrido "sem contradições nos países desenvolvidos, quando a realidade não é bem essa e além disso, a existência de favelas, etc., tem causas mais profundas pois que o próprio êxodo rural é consequência e não causa.

"Sociedade e Espaço" e a geografia econômica

A unidade III é destinada ao estudo de temas da geografia econômica, sendo que o autor destaca entre eles as fontes de energia e a indústria. O comércio já havia sido estudado na unidade I, mas permanecem duas omissões graves: agricultura e transportes. A única menção que temos à agricultura é uma pequena nota que aparece como legenda de uma fotografia que mostra um campo de trigo sendo colhido por máquinas:

"Com o desenvolvimento do capitalismo e a revolução industrial, a agricultura deixa de depender basicamente dos elementos naturais (solo, chuvas, etc.) e passa cada vez mais a submeter-se ao domínio da indústria e da tecnologia. Assim, o campo passa a ser comandado pela cidade." (Vesentini,

E claro que cada vez mais a indústria e portanto a cidade assume posição de destaque no processo produtivo, tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas. Porém, as atividades agrícolas apresentam certas particularidades (tanto econômicas quanto políticas) que tornam indispensáveis o seu estudo para que possamos entender o funcionamento das sociedades. Uma das questões básicas a esclarecer, por exemplo, é o peso que joga a renda da terra na produção do espaço.

Já as redes de transportes apresentam-nos a geometria do espaço, ao ligarem os diferentes pontos com a função básica de fazer circular mercadorias e pessoas e assim possibilitar a realização do capital num ritmo mais acelerado.

As fontes de energia no "Espaço e Sociedade"

Antes de mais nada é definido o que sejam as fontes de energia:

"Entende-se por energia a capacidade de realizar trabalho. Fontes de energia, dessa forma, são determinadas fontes que podem produzir, ou multiplicar, o trabalho. Por exemplo: os músculos, o sol, o fogo, os ventos etc.

Através do trabalho, os homens não apenas sobrevivem na superfície terrestre (...) mas também dominam a transformam a natureza (...)" (Vesentini, 1987: 94).

Como vemos, para o autor tudo trabalha; desde os elementos

da natureza até o homem. Porém essa concepção confunde o trabalho abstrato e genérico com o trabalho humano que é essencialmente uma relação social. Além disso, ao naturalizar uma relação social importantíssima para o capital, diluem-se as particularidades do trabalho humano, pois tudo trabalhou sempre, desde que o universo existe (17).

Em seguida é desenvolvido um panorama das principais fontes de energia, buscando-se definir sua situação atual. São elas: petróleo, carvão, hidreletricidade, energia nuclear e fontes alternativas.

O estudo da atividade industrial, por sua vez é feito com base na classificação dos países mostrada na primeira unidade. Assim, são estudados os aspectos da industrialização nos "países de industrialização clássica" (os desenvolvidos); nos de "industrialização planificada (os socialistas) e nos de "industrialização tardia" e finalizando essa unidade, o Brasil é caracterizado como "país industrializado do Terceiro Mundo".

O autor desenvolve o estudo da atividade industrial nos "países de industrialização clássica" fazendo um pequeno histórico de sua evolução, com base nas categorias "artesanato, manufatura e indústria). Vincula o aparecimento do Estado Nacional ao desenvolvimento industrial e em seguida traça o panorama da liderança do mundo capitalista, logo de imediato à Segunda Guerra Mundial com a hegemonia incontestada dos EUA e no decorrer das décadas de 60 e 70 uma disputa mais acirrada, com o fortalecimento da Europa (principalmente em função da formação e consolidação do MCE) e Japão.

Temos aqui uma questão de método: na unidade I, foram estudados os três conjuntos de países, cuja crítica fizemos anteriormente. Agora quando se estuda a industrialização, opta-se por inseri-la nesse conjunto. Acontece que, no desenvolvimento do tema, o autor, acaba praticando um tipo de fetichismo que acaba dando uma imagem distorcida do desenvolvimento histórico:

"(...) com a Revolução industrial, surgiu a necessidade de proteger o mercado nacional da concorrência dos produtos fabricados em outros locais. Nesse século, todavia, a burguesia já havia se tornado a classe mais poderosa economicamente e, com a indústria moderna, ela consolida a unidade espacial Estado-nação (ou país)." (Vesentini, 1987: 120).

É claro que podemos considerar a indústria como a própria personificação do capitalismo, podendo mesmo vincular a existência do capitalismo ao desenvolvimento da atividade industrial. Porém um não se resume no outro, ou seja, o processo de desenvolvimento do capitalismo, requereu a configuração atual da indústria, porém é muito mais amplo.

No estudo dos países de industrialização planejada o autor traça um panorama da atividade industrial nos diversos países socialistas a partir de sua caracterização como fruto da planificação, pois:

"(...) sua motivação básica não é o lucro e sim, pelo menos teoricamente, a satisfação das necessidades sociais." (Vesentini, 1987: 124).

Já a industrialização dos países "subdesenvolvidos" seria

diferente pois:

"(...) é conhecida pelo nome de retardatária ou tardia, pois tais países estão se industrializando muito tempo depois da Revolução Industrial (...) Além disso, o processo pelo qual passa o Terceiro Mundo apresenta características diferentes tanto da industrialização original (Revolução Industrial), como da industrialização planificada.

A industrialização do mundo subdesenvolvido é de tipo substitutivo, ou seja, (...) substituição de importações (...)" (Vesentini, 1987: 131/2).

A revolução industrial foi um fenômeno pontual e mundial ao mesmo tempo, pois se teve como sede a Inglaterra, outros países europeus e os EUA, afetou o mundo como um todo. Assim, o Brasil e muitos outros países podem ser considerados participantes desse processo. Porém, a industrialização interna começou a tomar corpo já na etapa monopolista do capitalismo e portanto vai apresentar características diferentes do processo que ocorreu em outros países, ainda na fase concorrencial. O essencial, portanto, não é a defasagem temporal do processo, e sim o seu conteúdo.

Igualmente, caracterizar a industrialização do "mundo subdesenvolvido" como substitutiva de importações é apegar-se unicamente à sua manifestação mais aparente. Na verdade temos aí uma subversão da lógica, pois se num determinado momento passa-se a fabricar internamente alguma mercadoria que anteriormente era importada, necessariamente passa a ocorrer um processo de substituição de importação.

Porém, o capitalismo tem a sua dinâmica determinada pelo processo de acumulação do capital. Industrialização significa que alguém deve estar investindo capital nesse setor, com a finali-

dade de reproduzi-lo; é isso que mobiliza o capitalista a investir num determinado setor. Se o produto que vai ser fabricado era anteriormente importado ou não, é um fato secundário, ou seja, é necessário que existam internamente as condições propícias à acumulação do capital e é isso que deve ser investigado prioritariamente.

Nesse capítulo, a caracterização desse tipo de industrialização é feita a partir de um pequeno histórico da evolução da Divisão Internacional do Trabalho e sua configuração desde o tempo da colonização até a fase monopolista atual com destaque para o peso das empresas multinacionais. Esse processo de mundialização do aparato produtivo, teria então como consequência o aparecimento de alguns países que apesar de subdesenvolvidos, na concepção do autor, podem ser considerados industrializados, porém:

"(...) Até hoje, mesmo nos países subdesenvolvidos mais industrializados, nota-se uma fraqueza na sua indústria de base (bens de produção). As nações do Terceiro Mundo, apesar de já fabricarem automóveis, eletrodomésticos e aparelhos de televisão, ainda importam aço, tratores, locomotivas, máquinas e outros bens produzidos pelas indústrias pesadas, além de tecnologia avançada." (Vesentini, 1987: 133).

A conclusão do estudo da atividade industrial versa sobre a industrialização brasileira (Brasil: país industrializado do Terceiro Mundo) que analizaremos posteriormente, juntamente com o segundo livro didático do autor: "Brasil - Sociedade e Espaço".

A geografia física no "Sociedade e Espaço"

A unidade IV, dedicada ao estudo dos temas de geografia física é denominada "O meio ambiente do homem" e ficou estruturada da seguinte maneira:

- "- Meio ambiente e paisagem natural;
 - As grandes paisagens naturais do globo terrestre;
 - A degradação do meio ambiente;
 - A conservação dos recursos naturais."
- (Vesentini, 1987).

Como vemos, o estudo da geografia física aparece deslocado (em relação às abordagens tradicionais da geografia) para a parte final do trabalho, em função da concepção do autor (que já citamos anteriormente) de que o espaço natural deve ser entendido a partir da compreensão do funcionamento da sociedade. Além disso, o autor tem a intenção ainda de:

"(...) resolver um problema antigo dos livros deste gênero: o de integrar as partes de Geografia humana e Geografia física, evitando assim que os capítulos apareçam como temas estanques." (Vesentini, 1983: 3).

Buscando atingir esses objetivos, Vesentini desenvolve nessa unidade o conteúdo de algumas categorias básicas para a sua análise. Em primeiro lugar define o que seria meio ambiente:

"Todos os elementos que constituem o lugar, o espaço onde o homem vive, formam o seu meio ambiente (ou paisagem geográfica)." (Vesentini, 1987: 153).

Em seguida define o que seria meio (ou paisagem) natural ou social, em função de seu processo genético, ou seja:

"(...) Podemos então dividir o meio ambiente do homem em meio natural ou paisagem natural - que abrange os elementos produzidos pela natureza - e meio social ou cultural (...) Essa divisão é apenas didática (...) não correspondendo exatamente à realidade, pois nos dias atuais é difícil encontrar elementos que sejam de fato apenas naturais (...)" (Vesentini, 1987: 154).

Apesar da ressalva, o que permanece e dá o título para os capítulos, ou seja, é assumido efetivamente é o fato da existência, no mundo de hoje, de paisagens naturais. Se isso é atualmente cada vez mais difícil de caracterizar, devemos afiar nossos instrumentos teóricos para enquadrar essa realidade com o mínimo de distorções. Nesse sentido, não importa exatamente qual o tipo de dinâmica produz o que, e sim qual o fator hegemônico, que o próprio autor admite, é o social. Assim sendo, não existem paisagens naturais pois são todas sociais e o que é a sociedade se não a natureza humanizada?

O item que aparece logo a seguir é denominado "Os elementos da paisagem natural", onde, de forma extremamente resumida o autor discorre sobre os temas tradicionais da geografia física: clima; estrutura geológica; relevo; solo; vegetação e hidrografia.

O conteúdo desses itens é o seguinte: clima - distinção entre as noções de "clima" e "tempo" e afirmação das "massas de ar" como os elementos dinâmicos do clima; estrutura geológica -

descrição sumária dos três tipos principais: dobramentos modernos, escudos cristalinos e terrenos sedimentares; relevo - descrição das formas de relevo e enumeração dos fatores de sua dinâmica: internos e externos; solo - conceituação e discussão da relatividade da noção de "fertilidade"; hidrografia - classificação em subterrânea, superficial e marítima e os rios como de planície ou de planalto; vegetação - afirma que a vegetação está estreitamente ligada com o clima e que a original está muito destruída. A seguir cita uma série de produtos:

"(...) a batata, originária da América do Sul, é hoje popular na Europa; o trigo, originário da Europa, é agora encontrado em todas as áreas temperadas e subtropicais; a soja, originária da China, é atualmente comum no continente americano; o café, originário do norte da África, é produzido hoje em várias regiões daquele continente e da América. (...)" (Vesentini, 1987: 161).

Como podemos notar, o autor ao invés de discorrer sobre a vegetação, falou na verdade sobre a origem de vários produtos agrícolas, que são vegetais, é claro, mas não são vegetação, mesmo na concepção do próprio autor, na mesma página mais acima:

"Quando nos referimos à vegetação ou flora, de uma área, normalmente levamos em conta as plantas originais ou naturais, e não as que são plantadas pelo homem. Neste último caso, falamos em agricultura. (...)" (Vesentini, 1987: 161).

"A paisagem natural em seu conjunto é identificada a partir da inter-relação entre esses aspectos, porém:

"Deixando de lado a ação do homem, assim como os grandes fenômenos geológicos como o vulcanismo ou os dobramentos, atualmente bastante raros ou fracos, pode-se afirmar que o clima e o relevo são os elementos fundamentais no meio natural, os que mais exercem influência sobre os demais." (Vesentini, 1987: 164).

Somente se analisarmos o meio natural do ponto de vista da paisagem, poderemos chegar à conclusão acima, pois do ponto de vista da dinâmica, os fenômenos geológicos tem uma importância fundamental na construção do relevo.

Justamente por estabelecer sua análise a partir da paisagem, o único caminho possível para o autor é discriminar as mais importantes e passar a descrevê-las, pois nelas teríamos a concretização de todos esses elementos, lembrando assim a concepção da geografia regional, como o local apropriado para a geografia afirmar sua vocação: a síntese.

Desse modo o autor estabelece cinco principais tipos de paisagens "naturais": áreas tropicais; temperadas; desertos; altas montanhas e as zonas polares. Vejamos o desenvolvimento de seu conteúdo.

As zonas polares - Descrição dos elementos físicos (18), possibilidades de exploração econômica e a questão política da posse da área pelos diversos países interessados.

Os desertos - Na descrição dos elementos naturais, o autor faz uma afirmação pelo menos discutível quando escreve que:

"O relevo dos desertos é normalmente arenoso. (...) (Vesentini, 1987: 171).

Caracterizar relevo como arenoso é um fato realmente "sui generis", pois contraria inclusive a própria conceituação do autor mostrada algumas páginas atrás, onde o relevo:

"Consiste nas formas da superfície, no modelado de uma região." (...) (Vesentini, 1987: 159).

O autor mostra ainda os desertos como áreas com pequena densidade demográfica, porém com possibilidades de ocupação a partir da ação humana, como já acontece em alguns lugares, tais como o Neguev em Israel, o Colorado nos EUA, e algumas áreas desérticas da URSS. E esclarecida ainda a questão da desertificação decorrente da atividade humana.

As altas montanhas - Caracterização do meio natural e citação de alguns lugares onde o povoamento é intenso, como no México, Peru e Chile.

As regiões temperadas - Descrição do meio natural e afirmação que essas áreas são as mais ocupadas pelo homem. Questionamento sobre a concepção dessas regiões como as mais propícias para o desenvolvimento da civilização.

As áreas tropicais - Na descrição do meio natural o fenômeno da laterização é enfatizado. Isso seria provocado pelo desmatamento:

"(...) muito comum em certas partes dos trópicos, especialmente nas áreas onde se pratica a agricultura itinerante (...) conhecida no Brasil pelo nome de roça (...)" (Vesentini, 1987: 181)

A categoria "agricultura itinerante" foi introduzida nos livros didáticos brasileiros por Melhen Adas, que por sua vez retirou-a de Yves Lacoste no "Geografia do Subdesenvolvimento". Acontece que essa "itinerância" pressupõe a existência de espaços vazios, ou seja, sem proprietários e se isso existe hoje em determinados países, no Brasil é cada vez mais raro. Assim, sair ou abandonar determinada terra é uma coisa relativamente "fácil" apenas em determinadas áreas de fronteira agrícola, hoje já extremamente limitada, não sendo uma realidade para a maior parte do território. Em resumo, não podemos identificar agricultura de "roça" com agricultura "itinerante", mas sim com a produção camponesa. E se a nossa intenção é caracterizar esse tipo de atividade como sendo pobre de recursos e utilizando técnicas rudimentares, devemos aprofundar nossa análise pois a produção camponesa subordinada à grande empresa, não possui essas características.

Os capítulos seguintes são: "A degradação do meio ambiente" e "A conservação dos recursos naturais". Neles a relação homem-natureza é abordada a partir das consequências das atividades humanas sobre o meio natural.

Parte-se da poluição que é encarada como:

"(...) qualquer degradação (...) das condições ambientais, do habitat de uma coletividade humana. (...)" (Vesentini, 1987: 186).

Entendida dessa forma, a poluição teria como marco de sua intensificação a revolução industrial, pois a sociedade capitalista, é baseada na acumulação de capital, e:

"(...) O importante nesse processo não é o que é bom ou justo e sim o que trará maiores lucros a curto prazo. (...)" (Vesentini, 1987: 186/7).

Os países "socialistas", segundo o autor, não conseguiram superar esses problemas pois:

"(...) continua a haver uma classe dominante - a tecnocracia ou 'burguesia de Estado' -, que administra a economia com vistas aos seus interesses particulares (...) a grande preocupação é a produtividade, a utilidade econômica de tudo, inclusive dos elementos da natureza. (...)" (Vesentini, 1987: 188).

Já nos países do "Terceiro Mundo", a poluição tenderia a aumentar, pois com a multinacionalização da produção, as empresas:

"(...) não encontram rigorosas leis de proteção ao meio ambiente e, portanto, não são obrigadas a instalar filtros (...) que iriam aumentar as despesas ou, às vezes, diminuir seus lucros." (Vesentini, 1987: 189).

A seguir o autor especifica determinados tipos de poluição, tais como a dos rios e oceanos; a atmosférica e "Os problemas ambientais dos grandes centros urbanos".

Os recursos naturais, por sua vez são definidos como:

"(...) todos os bens fornecidos pela natureza ao homem, como o ar, a água e os solos." (Vesentini, 1987: 195).

Podem ser renováveis ou não renováveis. Esses recursos tem sido explorados intensamente, colocando-se portanto a questão do conservacionismo, que seria:

"(...) o nome que se dá à moderna preocupação do homem em utilizar adequadamente os recursos naturais, de modo a evitar desperdícios (...) conservar não significa guardar, mas sim utilizar racionalmente. Isso quer dizer que a utilização dos recursos naturais deve ser feita em benefício do maior número de pessoas e pelo maior período de tempo possível." (Vesentini, 1987: 197).

Um pequeno balanço do "Meio ambiente do homem"

Como pudemos observar, apesar das intenções declaradas do autor, a abordagem da natureza continuou estanque, o seu conteúdo foi minimizado, quando se tratava de explicitar a dinâmica do que o autor denomina "elementos da paisagem natural", ou seja, o clima, estrutura geológica etc.

Isso se manifesta claramente quando a busca de uma abordagem concisa acaba provocando um empobrecimento do conteúdo, como por exemplo no caso do item sobre o estudo da estrutura geológica, onde é feita apenas a classificação dessas estruturas, sem se buscar desenvolver a sua dinâmica, ou seja, mostrar que estão em permanente movimento.

Além disso, o autor partiu dos próprios elementos da natureza para tentar explicitá-la, ou seja, partiu-se da compartimentação de várias "paisagens naturais" e a partir delas buscou-se estabelecer a ligação com a sociedade, quando o autor levantava

questões de cunho político e econômico em relação a elas. Aparentemente a fusão estava feita, porém na verdade o único resultado que temos com a aplicação dessa metodologia é a justaposição.

Portanto, para que consigamos fazer aquilo que o próprio autor se referiu, ou seja, que o espaço natural seja compreendido a partir da compreensão da sociedade, é preciso que a abordagem da natureza seja desenvolvida de maneira tal que reproduza a forma pela qual a sociedade com ela se relaciona, tenta subordiná-la e mesmo a desequilibra.

A Geografia do Brasil segundo J.W.Vesentini

No livro "Brasil- Sociedade e Espaço" o autor concretiza os elementos que tinha desenvolvido teoricamente, só que agora no espaço brasileiro.

O texto não é estruturado em unidades, mas compõe-se de uma sucessão de capítulos. Os capítulos 1 e 2 podem ser considerados como introdução da obra, já que tratam de temas que ou serão desenvolvidos posteriormente ou de noções prévias: são eles: "Brasil: país subdesenvolvido industrializado" e "O território brasileiro: conquista e povoamento".

A definição do país como "subdesenvolvido industrializado" implica, segundo o autor, que se trate de um país capitalista, dependente e pertencente ao Terceiro Mundo, apesar de industrializado. Anteriormente, já tivemos oportunidade de criticar essas categorias; restringir-nos-emos agora a abordar somente as especi-

ficidades do caso brasileiro desenvolvidas pelo autor.

Após essa classificação, o autor mostra brevemente o que seria a "modernização da sociedade brasileira" comparando-a com a que ocorre na maioria dos países subdesenvolvidos e afirmando-a diferente daqueles países que passaram pelo processo da revolução industrial. Esse processo teria provocado a transformação do país de agrário para urbano e industrial e um dos principais problemas da sociedade brasileira seria a extrema concentração de renda.

Em seguida é desenvolvido o tema das "relações comerciais e financeiras com o exterior" onde é abordado o tema da dívida externa, fazendo-se um pequeno histórico de seu crescimento, que teria resultado:

"(...) do tipo de crescimento econômico adotado pelo Brasil, que tem por base os capitais estrangeiros. Boa parte dela provém de empréstimos para empresas aqui instaladas feitos por bancos internacionais, ou de tecnologia externa trazida pelas multinacionais, ou ainda de obras de grande porte feitas pelo Estado (...)" (Vesentini, 1986: 17).

Logo após é caracterizado o papel do FMI na negociação da dívida e a exportação de manufaturados em processo de ascensão no comércio externo brasileiro, apesar de grande parte das mercadorias assim denominadas serem na verdade produtos semi elaborados.

Nesse primeiro capítulo a análise do Brasil é colocada sobretudo ao nível da esfera da circulação, como por exemplo a referência à distribuição de renda como um dos maiores problemas da sociedade brasileira, quando é na verdade reflexo de determinado funcionamento da sociedade, ou seja, ela é produzida em

algum espaço da sociedade.

O outro sintoma dessa opção de abordagem é o desenvolvimento dos temas referentes à dívida externa e comércio exterior sem vinculação com o estudo da produção, quando sabemos que produção e circulação são momentos interrelacionados do ciclo produtivo, sendo a circulação o momento da realização do valor, que deve ser anteriormente produzido. Em síntese, não considero ser possível entender a esfera da circulação sem entendimento prévio da produção.

No capítulo 2 temos a descrição da distribuição da população brasileira e da organização político administrativa do Brasil com a inserção da discussão acerca da "federação" ou "União". Em seguida é historiado o povoamento do território brasileiro.

A Geografia Física no "Brasil- Sociedade e Espaço"

Os capítulos 3 e 4 dedicam-se ao estudo dos temas da geografia física. Com isso vemos que o autor abandona até mesmo o sua estratégia anterior de colocar o estudo da natureza após o estudo do funcionamento da sociedade, simbolizando a ascendência desta sobre aquela. O estudo analisando a relação entre a sociedade e a natureza aparece apenas no capítulo final, sob a rubrica de "A questão ambiental no Brasil". Vejamos agora o desenvolvimento dos capítulos iniciais.

No capítulo 3 temos a descrição dos "elementos" da natureza:

"Os tipos de climas"- Define-se clima e aponta-se a dinâmica atmosférica baseada na ação das massas de ar como os fatores mais

importantes do estudo dos climas. A seguir, são descritas as massas de ar que atuam sobre o território brasileiro; é mostrada a classificação climática de Arthur Strahler adaptada ao Brasil e a partir daí o autor descreve as características climáticas de cada um dos itens que compõem essa classificação, que foi escolhida, pois:

"(...) tem por base a influência das massas de ar nessas áreas diferenciadas. Ela não trabalha, portanto com as médias de chuvas e temperaturas, mas com a gênese de cada clima, com a explicação de sua dinâmica.(...)" (Vesentini, 1986: 49).

"A estrutura geológica"- Caracterização da história geológica do planeta com a inserção da escala geológica do tempo, a classificação dos três tipos de rochas e de estruturas geológicas e aplicação resumidamente desta, ao Brasil.

"O relevo"- Conceituação, afirmação de sua origem a partir dos agentes internos e externos e em função disso a caracterização do território como possuidor de relevo com altitudes modestas, com predominância dos planaltos sobre as planícies. São apresentadas as classificações de relevo de Aroldo de Azevedo e de Aziz Nacib Ab'Saber, afirmando-se a preferência por essa última, pois:

"(...) leva em conta principalmente a fisiologia da paisagem, ou seja, a ação do processo erosivo atual e a história geológica de cada uma das unidades do relevo." (Vesentini, 1986: 60).

A seguir é feita uma descrição sumaríssima das paisagens que

compõem a classificação considerada mais precisa.

"Os solos"- Conceituação de solo e de fertilidade, apontamento da "terra roxa" e do "massapé" como solos naturalmente férteis e da laterização e erosão como alguns dos principais problemas que afetam os solos tropicais.

"A vegetação original"- Descrição das principais paisagens vegetais brasileiras.

"A hidrografia"- Caracterização dos principais traços da hidrografia brasileira como rica em rios; regime pluvial; perene e aproveitamento principalmente para geração energética e menos para transporte. Descrição das principais bacias.

No capítulo 4 temos a caracterização dos principais "domínios naturais" brasileiros, definidos principalmente a partir da relação entre o clima e relevo. Os "domínios" relacionados são os seguintes: amazônico; caatinga; cerrado; araucária; pradaria; mar de morros e faixas de transição. O método utilizado é o da descrição dos elementos naturais de cada "domínio", que é sempre finalizado com um breve comentário a respeito da sua situação atual em função da ocupação humana.

Como vimos, a opção de abordagem foi essencialmente descritiva, e além disso a natureza acabou aparecendo desarticulada do movimento da sociedade, a não ser por alguns breves comentários a respeito de sua destruição que não chegaram a alterar a ênfase dada à descrição.

A população no "Brasil- Sociedade e Espaço"

Os capítulos de 5 a 8 são dedicados ao estudo da população e são assim intitulados:

- "- o crescimento demográfico brasileiro;
 - a estrutura da população brasileira;
 - as etnias no Brasil;
 - os movimentos populacionais."
- (Vesentini, 1986: 4/5).

Como podemos notar pelo próprio encadeamento dos títulos, a abordagem da população segue a ordenação tradicional da geografia. Nela os temas desenvolvidos são essencialmente os mesmos já inseridos no livro anterior, somente que desenvolvidos agora em relação ao Brasil. Justamente por isso alguns temas são acrescentados, por se tratar de uma abordagem mais específica que é a do espaço brasileiro.

Um deles é a respeito da distribuição de renda no Brasil.

Esta teria passado por um processo de concentração com o declínio dos salários reais. Os motivos apontados pelo autor são os seguintes: restrição ao direito de greve nas décadas de 60 e 70; sindicatos enfraquecidos; aumento da rotatividade da força de trabalho com a criação do FGTS e fim da estabilidade; predominância dos impostos indiretos na arrecadação fiscal e sistema de assistência social precário. (Vesentini, 1986: 113/5).

Os fatos mencionados pelo autor realmente existiram e concordamos que eles tenham sido os instrumentos utilizados pela classe dominante, de posse do poder de Estado, no processo de

concentração de renda. Porém, falta explicitar o movimento real da sociedade que acaba produzindo esses instrumentos. E como explicitar esse movimento sem nos referirmos à luta e correlação de forças entre as classes sociais nesse período?

O tema: "Os movimentos populacionais" que não tinha sido discutido no livro anterior (Sociedade e Espaço), é agora inserido. Os "movimentos da população no espaço", como é denominado pelo autor, teria diversas causas e a principal seria a econômica. Da mesma maneira existiriam diversos tipos de movimentos da população, e após conceituá-los o autor os explicita. São eles os seguintes: imigração; migrações internas ou inter-regionais; migração rural-urbana e migrações pendulares.

O alcance da discussão desse tema é limitado pela concepção de "espaço" que é sinônimo de "lugar" para o autor. Assim os movimentos da população são apenas os que são executados de um lugar para outro, na maioria das vezes com motivos econômicos. concebendo, por outro lado, o espaço como produto da dinâmica social, mas não exterior a ela, podemos afirmar que:

"(...) o espaço é a sociedade territorialmente ordenada." (Moreira, 1987: 165).

Dessa maneira, "movimento da população" pode ter seu significado ampliado não se prendendo mais ao deslocamento de um lugar para outro, mas também à sua movimentação no tecido social, como por exemplo a greve que interrompe o ciclo produtivo ou a passeata que dificulta o trânsito e portanto a realização do valor.

A geografia econômica no "Brasil- Sociedade e Espaço

Os capítulos dedicados ao estudo das atividades econômicas no Brasil são os seguintes:

- "- A atividade industrial no Brasil;
 - as atividades primárias;
 - as fontes de energia."
- (Vesentini, 1986: 5/6).

No desenvolvimento do capítulo sobre a atividade industrial, o autor cita teoricamente os diversos tipos de indústrias existentes e ao entrar mais especificamente no estudo da industrialização brasileira, é feita em primeiro lugar a sua classificação em função da origem do capital, admitindo-se então três tipos de empresas: privadas nacionais; estrangeiras ou multinacionais e estatais ou públicas. Afirma-se que a economia brasileira passa por um processo de monopolização e também por um incremento da participação do Estado na economia.

A industrialização é definida como:

"(...) um momento do desenvolvimento do capitalismo, da atividade fabril baseada na relação de trabalho assalariada. (...)" (Vesentini, 1986: 179).

Para o autor, a origem da indústria brasileira está diretamente vinculada ao café:

"(...) Foi a partir da lavoura cafeeira que se originaram os capitais inicialmente aplicados na indústria.

Mas, para que os fazendeiros ou comerciantes de

café resolvessem investir na indústria, deixando de aplicar seus capitais na expansão da lavoura cafeeira (...) era preciso algumas condições favoráveis. Essas condições surgiram com as crises nas exportações de café e com o crescimento do mercado consumidor de bens industrializados, que inicialmente eram importados da Europa." (Vesentini, 1986: 181).

Sem dúvida, podemos considerar que existe uma relação estreita entre o desenvolvimento da lavoura cafeeira e a industrialização em São Paulo. Porém, ao que vários estudos indicam, essa relação não é tão direta como aponta o autor. Na verdade, podemos aceitar a existência de uma relação contraditória entre a economia cafeeira e a industrialização (19), na medida em que consideremos tanto um quanto outro, apenas como aspectos particulares do desenvolvimento capitalista no Brasil, no qual a posição dominante exercida pelo setor cafeeiro, acabava por induzir medidas de política econômica que, tomadas com a intenção de preservar os níveis de acumulação do capital cafeeiro, repercutiam forçosamente sobre a indústria e as outras atividades econômicas. Como exemplo disso, podemos citar a implantação do trabalho livre, a construção das estradas de ferro em São Paulo etc. Martins é enfático ao se posicionar sobre essa relação existente entre café e indústria:

"(...) a indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais, como o café, mas sim nos interstícios dessas relações, à margem e contra o circuito de trocas estabelecido pelos importadores. (...)" (Martins, 1979: 106).

Vesentini caracteriza ainda a industrialização brasileira

como "substitutiva de importações", categoria que já criticamos anteriormente e afirma que, a partir da segunda metade do século XX, a industrialização passou a contar com a presença dos capitais estatais e estrangeiros e a diversificar-se setorialmente, chegando aos bens intermediários e de capital. (Vesentini, 1986: 181/2).

Esses dados são considerados suficientes para afirmar-se agora, a localização industrial predominantemente em São Paulo:

"A atividade industrial aproveitou-se, portanto, de uma série de condições favoráveis criadas em São Paulo pelo café: mercado consumidor, mão-de-obra, eletricidade, transportes, excelente sistema bancário - instalado inicialmente para financiar a lavoura cafeeira." (Vesentini, 1986: 183).

Como o autor não desenvolveu o processo que acabou levando à concentração, é tentado a explicitá-la por esses fatores. O que fica obscuro com esse tipo de análise é por que a indústria também não aproveitou as "condições favoráveis" que tinham existido, por exemplo, na economia açucareira nordestina ou na mineração em Minas Gerais, ou mesmo, quais os motivos da decadência do Rio de Janeiro, apesar de ser também área de café.

Na sequência do desenvolvimento do tema, o autor afirma que a industrialização afetou bastante a "organização do espaço geográfico, que de áreas isoladas com contato e relações predominantemente com o exterior, tornaram-se integradas com o desenvolvimento industrial, passando assim a existir uma orientação "centro-periferia", onde o Sudeste corresponderia aos países desenvolvidos e o resto aos subdesenvolvidos. O tipo de relação exis-

tente entre esse centro e periferia não é explicitado claramente, preferindo o autor inserir dois textos, um afirmando a dualidade e outro o desenvolvimento desigual e combinado. (Vesentini, 1986: 185/191).

Na continuidade desse tema são abordados "os contrastes regionais no Brasil" que teriam sido agravados a partir da década de 50, com o crescimento acelerado do Sudeste e com a destruição que essa expansão teria provocado em outras regiões, particularmente no Nordeste. Esse processo teria gerado o nascimento de intensa discussão acerca dessas disparidades de desenvolvimento e teria acarretado a implementação pelo Estado, de vários órgãos para cuidar dessa questão, em várias áreas do país, fato que coincidiu com o fortalecimento do poder central (federal) em detrimento do poder dos estados e municípios.

Assim, a divisão regional oficial do Brasil, elaborada pelo IBGE é criticada, pois:

"(...) baseia-se em critérios político-administrativos, não sendo muito rigorosa do ponto de vista científico. Os limites de cada região, segundo esse critério, coincidem com as fronteiras estaduais, ao passo que a realidade nem sempre obedece às separações administrativas.(...)" (Vesentini, 1986: 198).

Sem grandes explicações, o autor nomeia outra categoria (os complexos regionais), subdivide o território com base nela e passa a descrevê-los. Não existe nenhum esclarecimento acerca dos critérios para a sua delimitação a não ser que se trata de:

"Outra forma ainda de se dividir regionalmente o

espaço brasileiro para melhor estudá-lo é aquela que reconhece três grandes complexos regionais no país: a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Sul. (...) possuem características importantes em comum no seu interior. E os limites de cada complexo regional (...) não coincidem com as fronteiras estaduais." (Vesentini, 1986: 199).

Como vemos, os critérios de determinação dos "complexos regionais" são extremamente frágeis, consistindo no máximo em uma menção acerca da existência de "características importantes em comum". Esse critério ensejará o tipo de desenvolvimento do tema, pois a maneira de comprovar ou não a existência deles, é descrever cada "complexo": eis novamente a geografia no caminho que o próprio autor afirma querer evitar.

Ainda no campo da geografia econômica, o autor passa a estudar as atividades por ele denominadas de primárias: a agricultura, a pecuária e o extrativismo.

Assim, a agropecuária seria subordinada à atividade industrial e existiria a subutilização da terra. A estrutura fundiária é caracterizada a partir de legislação do "Estatuto da Terra", que define o que é latifúndio ou minifúndio. Desse "estatuto", somente é extraída a classificação fundiária; a política implementada pelo Estado a partir dele, normalmente não é tocada. Enfim, mostra-se a realidade incontestável da concentração fundiária e que isso acaba gerando muitos conflitos pela posse de terras e que a "reforma agrária" é uma coisa que não é implantada. Em seguida descrevem-se os tipos de relações de trabalho existentes na agricultura brasileira e finalizando o capítulo, aparece um item denominado "A agricultura"; título insólito, pois o que se estava até agora discutindo, era o que afinal?

Então descobrimos que agricultura é o estudo descritivo dos diversos produtos agrícolas, que é desenvolvido a seguir.

A questão ambiental no "Brasil- Sociedade e Espaço

Nesse último capítulo o autor busca desenvolver uma análise integrada da natureza e da sociedade. Como vimos, a abordagem tradicional da geografia em relação ao meio natural foi colocada nos capítulos 3 e 4. A opção do autor em seu primeiro livro tinha sido a de colocar toda essa discussão, mesmo sem superar a abordagem dicotômica entre sociedade e natureza, na parte final.

Na introdução do capítulo, o autor relaciona o aparecimento dos problemas ambientais com a revolução industrial e com a estrutura da sociedade capitalista, como já tinha feito na introdução de seu primeiro livro.

Além disso, o capitalismo brasileiro ainda seria "selvagem"; a industrialização, tardia; os sindicatos e as sociedades ambientalistas, fracos. Isso teria facilitado a vida das empresas que, na busca do lucro rápido, agrediram a natureza e acabaram:

"(...) deteriorando a qualidade de vida da grande maioria dos habitantes do país." (Vesentini, 1986: 253).

Porém, o capitalismo é apenas capitalismo, ou seja, tem como base a acumulação do capital. Se sua tarefa foi facilitada, isso não aconteceu porque ele seria selvagem ou dependente, mas sim porque a correlação de forças interna à sociedade fez com que, os

limites à ação do capital sejam precários ou inexistentes.

No encaminhamento da discussão do tema, o autor passa a descrever os diversos tipos de poluição: atmosférica; dos grandes centros urbanos; do meio rural e a questão ambiental resultante da atual ocupação da Amazônia.

Conclusão

Como pudemos perceber com a análise de diversos autores de livros didáticos, a estrutura de abordagem dos temas permaneceu intocada, mesmo por parte daqueles autores que se propuseram um rompimento ou modernização.

Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo não tinham essa pretensão pois em sua época a discussão teórico-metodológica não era uma realidade, preferindo os geógrafos partir para o tratamento do empírico e não se libertar dele: a influência francesa é assimilada e muito pouco discutida.

No terreno da produção didática, num primeiro momento, Adas rompe com a estruturação costumeira da geografia e propõe-se a mostrá-la como uma ciência humana. Combate o determinismo, afirma que a sociedade é uma fator cada vez mais importante, mas cai na contingência do possibilismo.

Porém, na continuidade de sua obra, Adas abdica da ruptura e volta à estrutura tradicional. O que resta é uma abordagem mais atualizada dos temas e a adoção de uma linguagem de oposição, mas que não mexe na tradição da análise centrada na paisagem e na aparência, sem dela se libertar.

Vesentini também busca a modernização da abordagem didática

e introduz temas de discussão referentes à esfera da política, há muito alijados da geografia e de seus livros didáticos. Porém, ao enfrentar a questão da dicotomia entre a geografia física e a geografia humana, a falta de uma visão mais clara, faz com que ora opte por colocar esse tema no final da abordagem da sociedade, ora no seu começo, deixando para o final somente o item referente ao estudo da "questão ambiental", não resolvendo a questão da dicotomia e reproduzindo a estrutura "natureza-homem-economia" herdada do positivismo e incorporada à tradição da geografia, ou no máximo transformando-a em "homem-economia-natureza".

TEORIA E METODO E A GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL

Teoria e Método e a Geografia Escolar no Brasil

Sempre que nos debruçamos sobre uma realidade, sempre que buscamos o concreto, deparamo-nos com a necessidade de precisão de alguns conceitos que, por sua vez, não se apresentam isolados mas sim:

"(...) como um conjunto intimamente entrelaçado e dotado de um dinamismo ininterrupto que modifica constantemente e complica aquele entrelaçamento."
(Prado Júnior, 1980: 77).

Passamos a entender, então que esse conjunto de conceitos forma uma teoria e que a sua aplicação na prática pressupõe a existência do método, mesmo que dele não tenhamos consciência.

Teoria, método e prática são portanto as três categorias que serão as ferramentas com as quais buscaremos o "conhecimento". Com essa afirmação porém, ainda não saímos do campo da generalidade. Reflitamos sobre o que entendemos por "conhecimento", sem a pretensão, porém, de elencar as diversas concepções, num catálogo bibliográfico que escaparia aos objetivos estabelecidos para essa dissertação.

Já afirmamos anteriormente que o conhecimento não pode ser reduzido ao imediatamente perceptível pelos nossos sentidos, pois essa concepção faria com que não arredássemos o pé do empirismo. Assim, para que possamos atingir graus mais elevados de reflexão, devemos aprofundar nossa análise.

Referirmo-nos à ação do pensamento no processo de apreensão da realidade implica em clarificarmos a maneira pela qual a

realidade o penetra e vice-versa.

Na célebre passagem de Marx na "Introdução à crítica da economia política" temos a reflexão acerca desse tema com a afirmação de que

"(...) O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (...) O todo tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível (...) O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico (da economia política), o sujeito -a sociedade- deve figurar sempre na representação como pressuposição. (...) O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto. (...) (Marx, 1974: 122/3).

O concreto é encarado por Marx como síntese que aparece no processo do pensamento como resultado. Assim, apesar de poder ser encarado como o ponto de partida efetivo, essa reprodução do concreto pelo pensamento não pode ser encarada como a sua gênese. Isso implica em afirmarmos que a realidade existe independentemente do nosso pensamento sobre ela, ao contrário dos idealistas que afirmam conceber o real apenas como resultado das operações do pensamento. Existiram portanto apenas as sensações derivadas do contato entre a mente humana e a realidade.

Apesar da mente humana captar o real de forma diversa e

contraditória, isso não pode servir de desculpa para que o processo do conhecimento dependa absolutamente da contingência.

O "reflexo" e a ideologia

Para que o homem tome consciência do mundo e possa transformar o concreto sentido em concreto pensado, ou seja, (re)-produzir a realidade observada através de seu pensamento, deve munir-se de apetrechos teóricos, tais como leis, conceitos, categorias, etc. (20). Essa consciência do mundo não é o mundo concretamente, mas sim apenas o seu reflexo no conhecimento humano. Não devemos pensar, porém, esse "reflexo" funcionando mecanicamente, tal qual um espelho, pois que a mente humana, para poder fazer essa reflexão, é obrigada a recorrer à criação de abstrações, formando assim a "imagem científica do mundo", descolando-se portanto do empirismo e outras correntes que pregam o ir à realidade "desarmado" para não deturpá-la. (21).

O empirismo apresenta como uma de suas pretensões a neutralidade científica ao defender a idéia de ir à prática sem pré-conceitos. Porém acreditamos que essa neutralidade é impossível quer se trate das ciências chamadas humanas, exatas, biológicas, etc, pois o observador, na medida em que interage com o seu objeto de pesquisa deixa de ser ele só e passa a ser um todo e o seu trabalho é fortemente condicionado pelas condições sociais e históricas em que vive; pela representação da realidade em função de sua classe social (22). Se o conhecimento somente pode ser produzido a partir de todas essas interferências, a busca da

neutralidade só pode ser considerada a busca do desconhecimento, uma vez que a representação do mundo com a qual passaríamos a nos deparar não se identificaria com a realidade objetiva. A ideologia, portanto, é a categoria que se faz presente quando refletimos sobre a teoria do "reflexo" não só quando afirmamos que a ideologia é a imagem invertida ou deformada da realidade, mas também quando admitimos dialeticamente, que essa categoria está intimamente ligada ao processo do conhecimento. O que seria a visão de mundo influenciada pelas condições de classe, senão uma visão ideológica? E seria possível uma visão isenta?

Essência e aparência

Para que possamos completar a nossa reflexão sobre a questão do conhecimento, é necessária ainda uma maior precisão acerca das categorias "essência" e "aparência" e sua relação com as categorias utilizadas frequentemente na geografia.

Essa discussão pode ser feita englobando o outro par dialético: forma e conteúdo. É usual que o senso comum e os cientistas de visão dualista encarem esses pares como se um de seus elementos estivesse em oposição ao outro. É também perfeitamente compreensível, que numa sociedade em que o "status quo" sobrevaloriza sobretudo a aparência, os diversos movimentos contestatórios afirmem-se através de seu oposto, ou seja, a essência e o conteúdo é que passam a ser importantes.

E realmente são, somente que em relação dialética com seu par, pois que a aparência nada mais é que uma manifestação da sua

essência, da mesma maneira que o conteúdo manifesta-se através da forma (23). E um não se reduz ao outro; esse é o segredo para não segmentarmos a realidade.

Paisagem e espaço

Espaço e Tempo devem ser considerados como realidades objetivas, não o sendo porém a sua representação pela mente humana. Lenin afirma (24) que espaço e tempo não podem ser encarados como a forma dos fenômenos, mas sim como a condição de sua existência, uma vez que sendo o mundo constituído de matéria em movimento, esta somente poderia mover-se no espaço e no tempo. Como categorias filosóficas portanto, espaço e tempo somente podem ser encarados como propriedades da matéria em movimento.

Se espaço e tempo são realidades objetivas, o mesmo não acontece porém com as representações humanas a seu respeito que são essencialmente mutáveis em cada sociedade. Na Roma antiga; na Europa medieval; na Inglaterra da revolução industrial; nas cidades do capitalismo avançado de hoje, seguramente tempo e espaço possuíam um significado muito diferenciado, pois na verdade cada sociedade os inventam a cada momento e em cada lugar.

Por isso DaMatta considera que o entendimento do tempo e espaço como conceitos dotados de conteúdo homogêneo dificulta o entendimento da realidade concreta e afirma que a própria realidade, através dos múltiplos sentidos dados ao tempo e espaço, justifica o seu entendimento como categorias sociológicas, pois o seu entendimento estaria na dependência do entendimento do funcionamento de cada sociedade em particular (25). A imagem (repre-

sentação) do indígena e do caboclo como seres preguiçosos é a concepção de tempo do urbano industrial aplicada em outras realidades mecanicamente, da mesma forma que da cidade se afirma que uma floresta "daquele tamanho" é muita coisa para aquele pequeno punhado de seringueiros ou de índios Yanomani, por exemplo.

A sociedade apresenta portanto a sua espaço-temporalidade e a configuração espacial que assume não pode ser desvendada analisando-se a mera expressão empírica desse aspecto em particular. Fazendo isso estaríamos irremediavelmente presos à forma e ao imediato, sem nos desvencilharmos do empirismo. A única forma de desvendarmos a espacialidade é desvendarmos as leis de funcionamento da sociedade que geram a espacialidade em questão (26).

A primeira imagem que tomamos contato, a parcela visível e aparente do espaço, pode ser considerada então como a paisagem que passa a ser então a forma da sociedade com a qual tomamos contato imediato, a sua aparência. Justamente por isso, essa categoria passa a ser de fundamental importância para a nossa representação espacial, pois afirmamos anteriormente a unidade contraditória entre aparência-essência/forma-conteúdo. A paisagem não deixa de ser importante apenas porque é o aparente, muito pelo contrário, pois essa aparência pode ser decifrada através da investigação da dinâmica que a gera e aí estaríamos pulando do conceito de paisagem para o de espaço e finalizando a nossa cadeia de determinações constituídas pela sociedade (27).

A "geografia tradicional" ao fixar-se na descrição e na paisagem perdeu a oportunidade de aprofundar o seu entendimento do mundo, pois entendeu a imagem (a aparência) como o concre-

to (28).

Já vimos anteriormente vários exemplos dessa realidade, sendo esse o motivo pelo qual se acusa a "geografia tradicional" de superficial, pois não dá conta da complexidade dos fenômenos aparentes. Mesmo alguns autores que trilharam o caminho da superação e crítica dessa geografia, por não romperem com o método de análise, continuaram presos às aparências, mostrando para seus leitores o relevo, o clima e outros aspectos da natureza como a base da sociedade. Uma natureza, porém da qual o homem não faz parte, da mesma maneira que apresentam o homem (junto com um monte de homens: a população) desprovido de relacionamento quer com a natureza quer com a estrutura econômica da sociedade. E isso que quer dizer a manutenção da estrutura natureza-homem-economia.

O debate renovador na geografia brasileira

A renovação da geografia no Brasil acabou seguindo uma linha em que a discussão de seu objeto de estudo, assim como a incorporação do pensamento marxista foram privilegiados, apesar da imensa variedade de maneiras de entender esses dois fenômenos, como elenca, por exemplo, Ruy Moreira:

"(...)num primeiro momento, o espaço é uma categoria da estrutura (a instância: 'Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método', Milton Santos (...)); uma categoria da descrição (o arranjo espacial: 'A Geografia serve para desvendar máscaras sociais', Ruy Moreira (...)); uma categoria do valor (...) de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias; uma categoria filosófica ('Espaço e Tempo: compreensão materialista e dialética',

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (...); e 'O espaço como categoria de análise', Wanderley Messias da Costa (...); etc. A seguir, num segundo momento, o espaço tende à ser considerado ora mais como um composto de categorias que uma categoria é ele mesmo, ora subalternizado e mesmo substituído pela categoria do território." (Moreira, 1989: 18).

Se o espaço é essa diversidade, de maneira geral a sua reflexão dirigiu-se no sentido de discuti-lo enquanto objeto de estudo da geografia, ou afirmando-o enquanto tal ou contestando-o.

Nesse sentido surgiram as críticas em relação à noção de "espaço-palco" que a apontam como estática e aparece a noção de "espaço-produto", ou seja, o espaço produzido pela sociedade e que parte da constatação de que cada tipo de sociedade, impõe um determinado tipo de espacialidade. O espaço passa a ser pois historicizado.

Mas se falamos do objeto temos também que falar do sujeito, já que um não pode existir divorciado do outro, pois quando admitimos a noção de construção do espaço isso implica que alguém ou algo deve se incumbir dessa tarefa. Não levar em conta essa observação significa cair no "fetichismo do espaço" a que se refere James Anderson, que seria:

"(...) o modo de pensar particular dos geógrafos. As relações entre os grupos ou classes sociais são apresentadas como relações entre áreas, obscurecendo (...) as divisões sociais no interior das áreas. (...) não se pode escolher entre 'espacial' e 'social', é preciso ter a ambos." (Anderson, 1977: 46).

Mais que isso, é preciso que afirmemos a primazia do social

e o transformemos no nosso verdadeiro objeto de estudo. Assim, na medida em que encaramos a sociedade como matéria em movimento animada por múltiplas determinações, a espacialidade não é um fenômeno exterior à sociedade, portanto não se trata de optar por um ou por outro, mas sim considerar a existência de uma simbiose e identificar a sociedade como espaço-temporalidade.

A sociedade como sujeito

Além da sociedade não ser constituída de homens iguais, a sua concretude não pode ser revelada pela simples soma desses homens. Isso acontece porque o homem não é um ser autônomo e independente pois as "múltiplas determinações" ou a "unidade do diverso" implicam em pensá-lo inserido, independentemente de sua vontade, num conjunto de relações determinadas historicamente (29). Mesmo essa "vontade" não pode ser encarada como uma entidade abstrata mas sim vinculada ao conjunto das determinações da sociedade onde a "vontade" aparece como uma relação dialética entre sociedade e indivíduo.

A concepção do homem e de suas ações, sem levar em consideração as suas relações imediatas com o todo social de que faz parte, tem suas bases assentadas na concepção mecanicista do mundo, a "máquina do mundo newtoniana", onde o universo se movimentaria como um mecanismo, orientado por leis imutáveis que poderiam ser descritas matematicamente pelas "equações do movimento". Dessa maneira, o conhecimento das diferentes peças que compõem a "máquina" poderia nos fornecer a visão do todo. No

final do século XVII, John Locke introduz no estudo da sociedade o método newtoniano e passa a estudá-la "em termos de seu componente básico, o ser humano" (30).

Marx, por sua vez considera o estudo da população de forma isolada de uma concretude apenas aparente, uma vez desprezado o universo de relações de que faz parte (31).

Dessa forma, podemos afirmar que o nosso sujeito não é a soma dos homens: a população, mas sim a sociedade em sua dinâmica. Esta é dada pelo processo do trabalho, quando na luta pela sua (re)-produção, o homem relaciona-se com a natureza, com a finalidade dela extrair os meios de sua existência.

Mas nas diferentes sociedades, essa relação homem-natureza possui conteúdo heterogêneo, em função do diferente significado que nelas se dá para o trabalho. Na sociedade capitalista, por exemplo, o trabalho é subordinado ao capital pois os meios de produção não são propriedade do trabalhador, cuja atividade está subordinada à acumulação do capital.

Assim, para acontecer a relação homem-natureza é necessário que os homens estabeleçam entre si complexas relações, historicamente determinadas que (historicamente também) constroem o seu espaço.

Tecendo o espaço concreto

O espaço é pois construído pelo trabalho humano que guarda sua especificidade de uma sociedade para outra. Independentemente disso, o estudo dessa espacialidade, para poder representar mais

proximamente o concreto, deve ser feito de forma que possamos reproduzir com algum grau de precisão o funcionamento da sociedade e destacar daí a sua espacialidade, ou seja, definir a relação entre as determinações.

Como se estrutura a sociedade?

"(...)Marx concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída por 'níveis' ou 'instâncias' articuladas por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica ('unidade' de forças produtivas e relações de produção), e a superestrutura, que compreende dois 'níveis' ou 'instâncias': a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc...)" (Althusser, 1980: 54).

Infra-estrutura da sociedade = base econômica; demais instâncias = superestrutura. Para podermos "dar vida" a esse "congelamento" da sociedade é necessário que definamos a questão da determinação.

Não devemos entendê-la mecanicamente ou dualmente. Isso quer dizer que podemos admitir a determinação em última instância à base econômica da sociedade. em última instância quer dizer que o substrato material da sociedade é a base sobre a qual se ergue o restante do edifício. Porém, o entendimento dialético dessa determinação (em última instância, insisto), implica em que possamos aceitar a influência da superestrutura sobre a infraestrutura, num movimento contínuo e recíproco de "influenciações". Na medida em que esse movimento se entrecruza no tecer da rede de influências, um elemento passa a ser o outro e assim um fenômeno social econômico é também político, jurídico, etc., e vice-versa.

A espacialidade desse processo possui a mesma dinâmica em

que se um é, ao mesmo tempo o outro, isso não quer dizer que cada um desses elementos seja desprovido de sua singularidade; afirmar isso seria caminhar no rumo da confusão. O espaço para Milton Santos, por exemplo, é "total e indivisível". Porém, os:

"(...) espaços 'de produção', 'de circulação', 'de distribuição', de 'consumo' podem ser analiticamente distinguíveis e analiticamente enxergados, como se dispusessem de uma existência autônoma. Na verdade, porém, seu valor real não é dado de forma independente, mas como um resultado da conjunção de ações, nem sempre perceptíveis a olho nú, pertinentes a cada qual das instâncias produtivas. A análise apenas efetua a separação lógica, a fim de permitir um melhor conhecimento do real. (...) "
(Santos, 1985: 64).

Além disso poderíamos decompor a espacialidade das instâncias da superestrutura, de modo a poder completar o nosso quadro com a maior aproximação com o concreto possível. No final poderíamos reproduzir o movimento do real transitando pelo espaço da produção (que é pontual e onde se situa a produção da mais valia); pelo espaço da circulação (que solda a pontualidade da produção e onde a mais valia se transforma em lucro) e pelo que poderíamos chamar de espaço das idéias, na verdade o espaço da superestrutura, onde as idéias da sociedade são adaptadas para que ela possa funcionar do jeito que funciona, através da política, religião, direito, educação, etc.

Conclusão

Nossa preocupação em desenvolver o debate teórico-metodológico e aplicá-lo na geografia escolar, analisando a maneira dos

diversos autores incorporarem o jogo das categorias, é motivado pelo fato de a produção didática manter a confusão entre aparência e essência, apegar-se ora ao objeto ora ao sujeito, mas não estabelecer uma relação dialética entre ambos e no jogo das determinações, proceder de tal maneira que não permite a aproximação com a realidade concreta.

A nossa pretensão é portanto contribuir para o debate em torno dessas questões que consideramos essenciais, para que a polêmica possa vir à tona, ampliando assim o conjunto das determinações.

NOTAS E CITAÇÕES

NOTAS E CITAÇÕES

- (1) "(...) É legítimo reduzir (de maneira não confessada) o problema da origem de uma atitude e de uma problemática científicas ao problema do nascimento de uma disciplina reconhecida como tal e, portanto, reduzir uma complexa periodização ao momento em que a disciplina se institucionaliza? É isto justamente no momento em que a geografia humana é reconhecida como ciência positiva e positivista, dotada de um progresso contínuo (?) e de espírito sintético e sistemático? É legítimo privilegiar o dado da sinteticidade e da sistematização? É legítimo ver esse resultado como esboço linear e necessário das fases chamadas de preparação e como ponto de partida da história da geografia humana? Não é anti-histórico explicar e simplificar desse modo o decurso histórico do pensamento geográfico, não ver a existência de possíveis alternativas e de filões não exauridos e não sistematizados na disciplina institucionalizada e 'normal'?" (Quaini, 1983: 34/5).
- (2) "O conhecimento não se satisfaz e não progride com a simples constatação imediata do real, isto é, dos fatos objetivos e concretos diretamente percebidos pelos nossos sentidos, e o estabelecimento das chamadas 'leis empíricas', simples expressão de sucessões e concomitâncias. Esse foi mais ou menos o ponto de vista dos materialistas do séc. XVIII, dos empiristas, dos 'legalistas' e do positivismo em geral, no correr do século passado. Trata-se de uma solução atraente e muito simples, para não dizer simplista, do problema epistemológico, e que dá conta efetivamente de certos estágios ou níveis elementares do conhecimento. Mas doutro lado, contraria frontalmente o que podemos observar com relação ao progresso do conhecimento em geral. (...) Não se trata portanto para a ciência de simplesmente "retratar" o Universo, mas sim de armar o pensamento dos homens e abrir novas perspectivas para a ação deles." (Prado Jr.: 17 e 27)
- (3) "Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos de investigação isolados, fixos, rígidos, focalizados um após o outro, de per si, como algo dado e perene. Pensa só em antíteses, sem meio termo possível; para ele, das duas uma: ou sim, sim; ou não, não; o que for além disso sobra. (...) Para ele, uma coisa existe ou não existe; um objeto não pode ser ao mesmo tempo o que é e outro diferente. (...) absorvido pelos objetos concretos não consegue perceber a sua concatenação (...) obcecado pelas árvores, não consegue ver o bosque. (...) todo ser orgânico é, a qualquer instante, ele mesmo e outro; a todo instante, assimila matérias absorvidas do exterior e elimina outras de seu interior (...)" (Engels, 197

- (4) "Quando Vidal de La Blache escreve que 'não existem necessidades, mas em toda a parte existem possibilidades' trata-se de uma verdade banal. O reino do possível não é o mesmo do aleatório, mas o da conjunção de determinações que juntas se realizam em um dado tempo e lugar. Não se trata aqui de 'fatalidades', nem no chamado possibilismo nem no determinismo, se a palavra é tomada com a conotação que os possibilistas lhe deram. A verdade é que, fora da geografia, antes, durante e depois desse debate, as palavras determinação e determinismo puderam ser utilizadas sem corruptela. Essa querela serviu apenas para retardar a evolução da geografia; e a noção de possibilismo, por isso mesmo, jamais conseguiu desenvolver-se de maneira satisfatória." (Santos, 1978: 26).
- (5) "(...) os fenômenos sociais são objetos e devem ser tratados como tais. (...) Devemos, portanto, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, desligados dos sujeitos conscientes que, eventualmente, possam ter as suas representações; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, porquanto é nessa qualidade que elas se nos apresentam." (Durkheim, 1973: 402)
- (6) "(...) A ciência vai das idéias às coisas e não das coisas às idéias. (...) E claro que um método como este não poderia conduzir a resultados objetivos. Estas noções ou conceitos, seja qual for o nome que lhes queiramos dar, não são substitutos legítimos das coisas. Produtos da experiência vulgar, eles têm como objetivo pôr as nossas ações em harmonia com o mundo que nos rodeia; são formados pela prática e para ela. Ora, a representação pode ser capaz de desempenhar utilmente o seu papel sendo, ao mesmo tempo, teoricamente falsa. (...) estas noções só se ajustam à prática de um modo aproximado e apenas na generalidade dos casos. Quantas vezes se tornam perigosamente inadequadas! Não é, portanto, elaborando-as, seja de que modo for, que se conseguirá descobrir as leis da realidade. Não são mais do que um véu que se interpõe entre as coisas e nós e que as mascara tanto melhor quanto mais acreditarmos na sua transparência." (Durkheim, 1973: 396/7).
- (7) "Dado que o exterior das coisas nos é dado pela sensação, poderemos dizer, em resumo: a ciência, para ser objetiva, deve partir da sensação e não dos conceitos que se formaram sobre ela. E aos dados sensíveis que ela deve pedir os elementos das suas definições iniciais. (...) Mas a sensação é facilmente subjetiva. (...) Uma sensação é tanto mais objetiva quanto mais definido estiver o objeto a que diz respeito; porque a condição de toda a objetividade é a existência de um ponto de referência, constante e idêntico, com o qual a representação pode ser relacionada e que permite eliminar tudo o que ela tiver de variável, logo, de subjetivo." (Dur-

kheim, 1973: 410).

- (8) "(...) onde a solidariedade social existe, malgrado o seu carater imaterial, ela não permaneça no estado de pura potência, mas manifesta sua presença por efeitos sensíveis. (...) Quanto mais os membros de uma sociedade são solidários, tanto mais mantêm relações diversas, seja una com os outros, seja com o grupo tomado coletivamente: pois, se seus encontros fossem raros, dependeriam uns dos outros apenas de uma maneira intermitente e fraca. Por outro lado, o número dessa relações é necessariamente proporcional àquele das regras jurídicas que as determinam. Com efeito, a vida social, em todas as partes em que ela existe de uma maneira durável, tende inevitavelmente a tomar uma forma definida e a organizar-se; o direito não é outra coisa senão esta organização mesma, no que ela tem de mais estável e mais preciso. A vida geral da sociedade não pode se desenvolver num ponto sem que a vida jurídica se estenda ao mesmo tempo e na mesma proporção. Portanto, podemos estar certos de encontrar refletidas no direito todas as variedades essenciais da solidariedade social." (Durkheim, 1973: 334).
- (9) "Una vez que se acepta, en consonancia con la perspectiva funcionalista, que el espacio geográfico puede ser entendido como un conjunto de entidades regionales, se afirma que es precisamente la observación y la descripción de esas unidades lo que debe constituir el objetivo primordial del conocimiento geográfico. Observación y descripción que quedan facilitadas - eludiendo así los complejos problemas de definición y de delimitación - al afirmar también, como hace Vidal de La Blache y como suelen hacerlo sus numerosos seguidores, que las regiones aparecen como datos naturalmente establecidos - indiscutiblemente objetivos - que solo esperan una lectura ajustada y respetuosa por parte del investigador. (...) De esa forma se articula, en resumen, una modalidad de conocimiento geográfico prioritariamente dirigido hacia la descripción particularizada de regiones, a la vez que el entendimiento causal de esas unidades regionales se centra ante todo en el estudio de la dinámica histórica en ellas manifestada por las relaciones entre medio natural y actuaciones humanas: lo ecológico queda de esa forma subsumido en lo regional." (Mendoza, 1982: 64/6).
- (10) "La história de un pueblo es inseparable del território que habita. Sólo se puede representar al pueblo griego en torno a los mares helénicos, al inglés en su isla, al americano en los amplios espacios de los Estados Unidos. (...) Las relaciones entre el terreno y el hombre están impregnadas, en Francia, de un carácter original de antigüedad, de continuidad. Los poblamientos humanos parecen haberse estabilizado muy tempranamente; el hombre se ha detenido aquí porque ha encontrado, junto a los medios de subsistencia, los mate-

riales de sus construcciones y de sus industrias. Durante largos siglos ha llevado así una vida local, que se ha impregnado lentamente de las esencias de la tierra. Se ha producido una adaptación, gracias a costumbres transmitidas y mantenidas en los lugares donde habiam nacido. (...) El hombre ha sido durante mucho tiempo, en nuestro país, el discípulo fiel del terreno. El estudio de ese terreno contribuirá, portanto, a ilustrarnos sobre el carácter, las costumbres y las tendencias de los habitantes. Para conseguir resultados precisos este estudio debe ser razonado; es decir, debe relacionar el aspecto que presenta el terreno actual con su composición y su pasado geológico. No temamos dañar así la impresón que se desprende de la líneas del paisaje, del contorno de los horizontes, del aspecto exterior de las cosas. Todo lo contrario. La inteligencia de las causas permite saborear mejor su disposición y su armonia." (La Blache, 1982: 250/1).

(11) "Na fonte mais pura tivemos, pois, a felicidade*de beber os ensinamentos e a orientação metodológica. Com tal bagagem e conhecendo o que se tem feito noutros países, particularmente nos Estados Unidos e da própria Europa, acabou o Departamento de Geografia por tomar rumos próprios que, em face da natureza dos problemas brasileiros, deve ser forçosamente orientada de maneira eclética." (Azevedo, 1952: 50).

(12) "Na França, onde se estabeleciam grandes diferenças entre a geografia política e a geopolítica, mesmo aquele ramo da geografia humana era apenas tolerado. Tanto que muitos autores importantes, ao escreverem obras de geografia política, procuravam denominar seus estudos de outra forma: 'geografia da história', 'geografia social', 'geografia colonial', 'a política dos Estados e sua geografia', etc. Por exemplo, um geógrafo que foi co-autor numa obra clássica intitulada Geografia da História, somente algumas décadas após e num livro posterior, admitiu que essa expressão é apenas um sinônimo para 'geografia política'. (...) isso devido a suas origens alemãs - e, ainda por cima, com o vilipendiado Ratzel, transformado por Vidal de La Blache no criador de uma 'escola determinista' de geografia -, como por estudar aspectos do político (Estado, cidade-capital, fronteiras, etc.), algo considerado 'além da reflexão do cientista' para essa disciplina que, afinal, caracteriza-a-se por 'naturalizar' o Estado-nação. A modalidade da geografia considerada 'nobre' (ou 'mais geográfica') por excelência era a geografia agrária, que permitia descrever os 'gêneros de vida', as formas do 'habitat' ou o estudo de alguma 'comunidade' tradicional onde se pudesse aplicar aquele paradigma simbolizável pela expressão 'A Terra e o Homem'." (Vesentini, 1986: 53/188).

- (13) "Enquanto os anglo-saxões vêem nos indivíduos unidades iguais umas às outras, e sua sociedade se funda em relações quase matemáticas, a democracia portuguesa lida com seres de carne e osso, sem dúvida de cores e posições sociais diferentes, mas encarados como homens e não como simples unidades. Talvez esta democracia racial decorra do caráter do português, que se misturou com todas as raças do mundo. Talvez decorra também de seu catolicismo." (Bastide, Roger. "Brasil - Terra de Contrastes" Apud Adas, 1976: 182).

O comentário de Adas é o seguinte:

"Vê-se, assim, que Roger Bastide fala em fraternização das raças e das civilizações no Brasil, enquanto que na América inglesa o rumo foi outro.

A mestiçagem iniciada nos tempos coloniais processa-se ainda nos dias atuais. Isso tem levado vários autores a afirmarem que a população brasileira apresenta uma tendência ao branqueamento.

Além da grande mestiçagem que se processou e se processa - e que é um dos fatores explicativos da tendência ao branqueamento da população do Brasil - existe o fato de que há mais de um século o Brasil não recebe contingentes populacionais negros.

Esse fato levou Pierre Deffontaines a dizer que o Brasil é o país tropical de maior população branca." (Adas, 1976:182/183)

- (14) Vejamos, por exemplo, o esquema sobre os "fatores de sucesso da cultura e da indústria canavieira no nordeste":

- 1- Clima quente e úmido.
 - 2- Solo de massapé.
 - 3- Facilidades de transportes oferecidos pelos cursos d'água que se dirigem para o oceano.
 - 4- A presença da Mata Atlântica fornecendo madeiras (...) e também combustível para os engenhos.
 - 5- O mercado consumidor garantido, representado pela Europa.
 - 6- A presença do braço escravo."
- (Adas, 1976: 191)

Como podemos notar, são realçados os fatores naturais, contrariando inclusive toda a argumentação anterior de Adas; por outro lado, afirmar que o item 6 é um dos fatores do sucesso do empreendimento canavieiro no nordeste, é não levar em conta que ele é antes de tudo uma de suas consequências. Afinal, por que se levavam os africanos para lá e não para outros lugares?

A seguir, nas páginas 194 e 195, quando são abordadas as consequências o fato se repete. Dos oito fatores, vale a pena destacarmos o primeiro e o último, que são respectivamente:

- 1- Iniciou a colonização do Brasil; (...)
- 8- Despertou o interesse da Holanda, possibilitando o seu domínio." (Adas, 1976: 194/5)

- (15) A articulação dos títulos nessa unidade ficou assim configurada: "o extrativismo vegetal no Brasil; a agricultura brasileira; a criação de gado no Brasil; do extrativismo primitivo às atividades mineradoras modernas; as fontes de energia no Brasil; a importância das atividades industriais e sua distribuição espacial; a integração territorial brasileira e a importância dos sistemas de transportes; as relações comerciais com o exterior."
- (16) "investimentos produtivos": São os investimentos (aplicações de capital que aumentam a capacidade de produção de uma economia, tais como a compra de novas máquinas industriais ou agrícolas, a construção de novas fábricas, a expansão de empresas já existentes, etc." (Vesentini, 1987: 63)
- (17) (...) Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. (...)" (Marx, 1983: 149)
- (18) Conforme o sentido que o autor dá para esse termo, ou seja, o clima, o relevo etc., como já vimos anteriormente.
- (19) "(...) as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital." (Silva, 1976: 103).
- (20) "(...) El hombre instintivo, el savage, no se distingue de la naturaleza. El hombre conciente se distingue de ella; las categorías son etapas de este distinguirse, es decir, del conocer el mundo, puntos focales de la red, que ayudan a conocerlo y dominarlo." (Lenin, s.d.: 93).
- (21) "(...) El conocimiento es el reflejo de la naturaleza por el

hombre. Pero no es un reflejo simple, inmediato, completo, sino el proceso de una serie de abstracciones, la formación y el desarrollo de conceptos, leyes, etc. (pensamiento, ciencia = 'la idea lógica') abarcan condicionalmente, aproximadamente, el carácter universal, regido por leyes, de la naturaleza en eterno desarrollo y movimiento. Aquí hay en realidad, objetivamente, tres miembros: 1) la naturaleza; 2) la cognición humana = el cerebro (como el producto más elevado de esa misma naturaleza) y 3) la forma de reflejo de la naturaleza en la cognición humana, y esta forma consiste precisamente en conceptos, leyes, categorías, etc. El hombre no puede captar = reflejar = reflejar la naturaleza como un todo, en su integridad, su 'totalidad inmediata'; sólo puede acercarse eternamente a ello, creando abstracciones, conceptos, leyes, una imagen científica del mundo, etc., etc." (Lenin, s.d.: 174).

(22) "Só o conceito reflète verdadeiramente a essência, a lei, dum conjunto de fenômenos. No sentido preciso da palavra, só o conceito pode ser verdadeiro, isto é, só ele pode ser falso (não verdadeiro). Aliás, se, no seu conteúdo - na essência que reflecte -, o conceito é verdadeiro enquanto abstração separada e formalmente isolada, é igualmente falso. Neste sentido, portanto, é ao mesmo tempo verdadeiro e falso. Além disto, como abstração que é, o conceito reflecte também uma certa actividade humana, a actividade intelectual, que tem uma base social e prática. Esta actividade, enquanto actividade [especializada], corre riscos permanentes. Para penetrar no real é preciso afastarmo-nos dele, abandonarmos o imediato. Este desdobramento necessário torna possível o erro ideológico. A ideologia reflecte portanto as condições sociais e históricas, a separação do trabalho intelectual e do trabalho manual, as posições de classe - mas, ao mesmo tempo, tem a sua condição no processo de conhecimento." (Lefebvre, 1969: 122).

(23) "Lo [la apariencial] que aparece es la esencia en una de sus determinaciones, en uno de sus aspectos, en uno de sus momentos. La esencia parece ser precisamente eso. La apariencia es el manifestarse de la esencia en sí misma." (Lenin, s.d.: 129).

(24) "(...) el espacio y el tiempo no son simples formas de los fenómenos, sino formas objetivas y reales del ser. En el universo no hay más que materia en movimiento, y la materia en movimiento no puede moverse de otro modo que en el espacio y en el tiempo. (...) La mutabilidad de las representaciones humanas sobre el espacio y el tiempo no refuta la realidad objetiva de uno y otro (...)" (Lenin, 1975: 136/7).

(25) "(...) tempo e espaço precisam, para serem concretizados e

sentidos como 'coisas', de um sistemas de contrastes. Cada sociedade tem uma gramática de espaços e temporalidades para poder existir enquanto um todo articulado e isso depende fundamentalmente de atividades que se ordenem também em oposições diferenciadas (...) Não há dúvidas de que é isso que inventa o tempo e o espaço como categorias sociológicas e não mais como conceitos filosóficos dotados de conteúdo homogêneo e Único. (...)" (DaMatta, 1985: 39/40).

(26)"(...) cuando nos preguntamos por la espacialidad de formaciones reales concretas, tales como:

a) Un sistema planetario;

b) Un sistema orgánico, como el hombre;

c) Un sistema de producción social de valores de uso;

nos estamos preguntando por las configuraciones espaciales que adoptan los diversos elementos físicos de estos sistemas, por las posiciones relativas de unos respecto a otros, por sus movimientos, etc. (...) La respuesta a estas preguntas no está contenida en una especulación a partir de los momentos más abstratos de la espacialidad, sino que debe construirse a partir de las leyes específicas de organización y reproducción de estos sistemas. La lógica de la espacialidad de procesos específicos sólo puede descifrarse a partir de las leyes que regulan dichos procesos. (...)" (Coraggio, 1987: 23).

(27)"(...) a paisagem é a aparência (nível sensorio), e praticamente se confunde com a geometria do arranjo espacial. O espaço é a forma (nível subjacente ao imediatamente sensorio) da organização territorializada da sociedade. E a sociedade é o conteúdo oculto na forma do espaço e na aparência da paisagem. (...)" (Moreira, 1987: 178).

(28)"(...) E justamente dado haver uma relação entre paisagem/arranjo espacial/estrutura oculta da sociedade que podemos tomar a paisagem, não mais que o aqui e agora, como primeiro elemento de leitura. Não estavam errados de todo, pois, os 'geógrafos tradicionais' quando transformaram a paisagem e a descrição nas categorias do método. Errados estiveram em entendê-las como o concreto e quando tomaram-nas como fonte do seu repertório linguístico-conceitual. Certos estão os 'renovadores' quando ultrapassam pela crítica os limites acanhados desse empirismo. Mas errados ao reincidirem reiteradamente na obliteração do sujeito como quem tem o receio das implicações do seu nome e do conhecimento do seu rosto." (Moreira, 1989: 23).

(29)"(...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas

vas materiais. A totalidade destas relações forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política; e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (...) Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (...) é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção (...) e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. (...)" (Marx, 1974: 135/6).

(30) "Na esteira da física newtoniana, Locke desenvolveu uma concepção atomística da sociedade, descrevendo-a em termos de seu componente básico, o ser humano. Assim como os físicos reduziram as propriedades dos gases aos movimentos de seus átomos, ou moléculas, também Locke tentou reduzir os padrões observados na sociedade ao comportamento de seus indivíduos. Assim, ele passou a estudar primeiro a natureza do ser humano individual, e depois tentou aplicar os princípios da natureza humana aos problemas econômicos e políticos. (...)" (Capra, 1982: 64).

(31) "A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. (...)" (Marx, 1974: 122)

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA ESPECIFICA (didática)

- AARAO REIS, D.P. - "Geografia do Brasil". Rio de Janeiro, Zélio Valverde, s.d.
- ADAS, MELHEN - "Estudos de geografia". São Paulo, Moderna, 1974.
- - "Estudos de geografia do Brasil". São Paulo, Moderna, 1976.
- - "Panorama geográfico do Brasil". São Paulo, Moderna, 1980.
- - "Panorama geográfico do Brasil". São Paulo, Moderna, 1985.
- ANDRADE M.C. e SETTE, HILTON - "Geografia do Brasil". São Paulo, Brasil, 1968.
- - "Geografia geral". São Paulo, Brasil, s.d.
- ANDRADE, M.C. - "Geografia econômica". São Paulo, Atlas, 1976.
- ARANHA, J da SILVA - "Geografia geral". Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
- AZEVEDO, AROLDO DE - "Geografia humana". São Paulo, Nacional, 1934.
- - "Geografia". São Paulo, Nacional, 1941.
- - "Corografia do Brasil". São Paulo, Nacional, 1941.
- - "Geografia do Brasil". São Paulo, Nacional, 1958.
- - "Terra brasileira". São Paulo, Nacional, 1963.
- - "Os continentes". São Paulo, Nacional, 1964.
- - "O mundo em que vivemos". São Paulo, Nacional, 1968.
- - "O Brasil e suas regiões". São Paulo, Nacional, 1968.
- - "Geografia do Brasil". São Paulo, Nacional, 1973.
- AZEVEDO, GUIOMAR G. de. et ALII - "Geografia do mundo moderno" vols. 1 e 2. São Paulo, Atual, 1982.
- BELTRAME, Z.V. - "Geografia do Brasil". São Paulo, Atica, 1983.
- BERNARDES, N. - "Geografia" vol.1. Rio de Janeiro, Linceu, 1969.

- - "Geografia" vol.2. Rio de Janeiro, Linceu, 1969.
- - "Geografia" vol.3. Rio de Janeiro, Linceu, 1971.
- CABRAL, MARIO DA VEIGA - "Compêndio de chorographia". Rio de Janeiro, Jacintho, 1922.
- - "Curso de geographia geral". Rio de Janeiro, Jacintho, 1925.
- - "Geografia do Brasil". São Paulo, Francisco Alves, 1963.
- - "Geografia secundária". São Paulo, Francisco Alves, 1964.
- CARVALHO, C.M.DELGADO DE - "Geographia do Brasil". Rio de Janeiro, Graphico, 1923.
- - "Geographia do Brasil". São Paulo, Francisco Alves, 1931.
- - "Geografia humana, política e econômica". São Paulo, Nacional, 1935.
- CORTE, NELSON DE LA et ALII - "Geografia" telecurso 2o grau. São Paulo, Rio Gráfica, 1982.
- LUCCI, ELIAN A. - "Geografia geral". São Paulo, Saraiva, 1982.
- MARCIO, DAVID - "O mundo atual". Belo Horizonte, Bernardo Alvares, 1970.
- - "Geografia do Brasil- regional". Belo Horizonte, Bernardo Alvares, 1970.
- MOREIRA, IGOR A.G. - "O espaço geográfico". São Paulo, Atica, 1981.
- NADAI, E. et ALII - "Estudos Sociais". São Paulo, Saraiva, 1980.
- VESENTINI, JOSE WILLIAN - "Sociedade e espaço". São Paulo, Atica, 1983.
- - "Brasil- sociedade e espaço". São Paulo, Atica, 1986.
- - "Sociedade e espaço". São Paulo, Atica, 1987.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- AFANASSIEV, V.G. - "Fundamentos da filosofia". Moscou, Progresso, 1982.
- ALBUQUERQUE, M.M. - "Pequena história da formação social brasileira". Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- ALTHUSSER, LOUIS - "Aparelhos ideológicos de Estado". in "Posições" Nº 2, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- ANDERSON, JAMES - "Ideologia em geografia: uma introdução". in "Seleção de Textos" Nº 3, São Paulo, A.G.B., 1977.
- ANDRADE, M.C.DE - "O pensamento geográfico e a realidade brasileira". in "Boletim Paulista de Geografia" Nº 54, São Paulo, AGB, 1977.
- - "O livro didático de geografia no contexto da prática de ensino". in "Anais do II Encontro Nacional de Prática de Ensino, Recife, 1987.
- AZEVEDO, AROLDO DE - "A geografia em São Paulo e sua evolução". in "Boletim Paulista de Geografia" Nº 16, São Paulo, AGB, 1954.
- AZEVEDO, FERNANDO DE - "A cultura brasileira". Brasília, Un.B., 1963.
- BARAN, PAUL A. - "Economia política do desenvolvimento". Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BETTANINI, TONINO - "Espaço e ciências humanas". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BRAY, S.C. - "Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos". in "Boletim Paulista de Geografia" Nº 54, São Paulo, AGB, 1977.
- - "Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na geografia". in "Boletim de Geografia Teórica" Nº 10 (20), Rio Claro, 1980.
- - "Ideologia e ensino da geografia". mimeo. s/d.
- CANO, WILSON - "Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos". in "Desenvolvimento Capitalista no Brasil" Nº 2, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CAPRA, FRITJOF - "O ponto de mutação". São Paulo, Cultrix, 1982.
- CARDOSO, M.LIMOEIRO - "Ideologia do desenvolvimento: Brasil-JK/JQ". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- CARONE, EDGAR - "A segunda república (1930-1937)". São Paulo, Difel, 1978.
- CARVALHO, MARCIA S. - "Algumas reflexões acerca do método na geografia". in "Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos", São Paulo, AGB, 1984.
- CARVALHO, M.B. - "A natureza na geografia do ensino médio". in "Terra Livre" Nº 1, São Paulo, AGB, 1986.
- CLAVAL, PAUL - "Geografia do Homem". Coimbra, Almedina, 1987.
- COMTE, AUGUSTE - "Curso de filosofia positiva". in "Pensadores" XXXIII, São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- CORAGGIO, J.L. - "Territórios em transición". Quito, Ciudad, 1987.
- CORREA, ROBERTO L. - "Repensando a teoria das localidades centrais". in "Geografia: Teoria e Crítica", Petrópolis, Vozes, 1982.
- - "Enfoque locacional na geografia". in "Terra Livre" Nº 1, São Paulo, AGB, 1986.
- CURY, C.R.J. - "Ideologia e educação brasileira- católicos e liberais". São Paulo, Cortez, 1984.
- CUNHA, C.DA - "Educação e autoritarismo no Estado Novo". São Paulo, Cortez, 1981.
- CUNHA, L.A.- "Educação e desenvolvimento social no Brasil". Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- DAMATTA, ROBERTO - "A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil". São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DURKEIM, EMILE - "Da divisão do trabalho social". in "Pensadores" XXXIII, São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- - "As regras do método sociológico". in "Pensadores" XXXIII, São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- FARIA, A.L.G.de - "Ideologia no livro didático". São Paulo, Cortez, 1984.
- FAUSTO, BORIS - "A revolução de 30". in "Brasil em Perspectiva", São Paulo, 1977.
- FEBVRE, LUCIEN - "A terra e a evolução humana". Lisboa, Cosmos, 1955.
- FERREIRA C.C. e SIMÕES N.N. - "A evolução do pensamento geográfico". Lisboa, Gradiva, 1986.

- FONSECA, J.B.V. DA - "O ensino da geografia no Brasil". Rio de Janeiro, Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1956.
- FOOT, F e LEONARDI, V. - "História da indústria e do trabalho no Brasil". São Paulo, Global, 1982.
- FREITAG, B. - "Escola, Estado e Sociedade". São Paulo, Edart, 1978.
- GADOTTI, MOACIR - "Concepção dialética da educação". São Paulo, Cortez, 1983.
- GEORGE, PIERRE ET ALII - "A geografia ativa". São Paulo, Difel, 1966.
- GEORGE, PIERRE - "Panorama do mundo atual". São Paulo, Difel, 1970.
- - "A ação do homem". São Paulo, Difel, s.d.
- GONÇALVES, C.W.P. - "A geografia está em crise. Viva a geografia". in "Geografia- Teoria e Crítica", Petrópolis, Vozes, 1982.
- - "Paixão da terra". Rio de Janeiro, Rocco/SOCII, 1984.
- HARVEY, DAVID - "População, recursos e a ideologia da ciência". in "Seleção de Textos" Nº 7, São Paulo, AGB, 1981.
- LACOSTE, YVES - "Geografia do subdesenvolvimento". São Paulo, Difel, 1968.
- - "Os países subdesenvolvidos". São Paulo, Difel, 1970.
- - "Os países subdesenvolvidos". São Paulo, Difel, 1981.
- - "A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra". Campinas, Papirus, 1988.
- LACROIX, JEAN - "Kant e o kantismo". Porto, Rés, s.d.
- LEFEBVRE, HENRI - "O pensamento de Lenine". Lisboa, Moraes, 1969.
- - "Lógica formal/lógica dialética". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- - "O pensamento marxista e a cidade". Póvoa de Varzim, Ulisseia, 1972.
- - "Para compreender o pensamento de Karl Marx". Lisboa, Edições 70, 1981.

- LENIN, V.I. - "Materialismo y empiriocriticismo". Barcelona, Grijalbo, 1975.
- - "Cuadernos filosóficos". México, Akal, s.d.
- LUCAS, JOSE - "Não à teoria do subdesenvolvimento". São Paulo, Kairós, 1983.
- LUXEMBURGO, R. e BUKHARINE N. - "Imperialismo e acumulação de capital". Lisboa, Edições 70, 1976.
- MANDEL, ERNEST - "A formação econômica do pensamento de Marx". Coimbra, Centelha, 1978.
- MANTEGA, GUIDO - "A economia política brasileira". São Paulo, Polis/Vozes, 1984.
- MARINI, RUY MAURO - "Subdesarrollo y revolución". México, Siglo XXI, 1969.
- - "Dialéctica de la dependencia". México, Era, 1977.
- MARTINS, J. DE S. - "O cativo da terra". São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- MARX, KARL - "Para a crítica da economia política". in "Pensadores" XXXV, São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- - "A ideologia alemã". Lisboa, Presença, 1980.
- - "Teorias da mais-valia". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980a.
- - "O capital". São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MENDOZA, J.G. ET ALII - "El pensamiento geográfico". Madrid, Alianza, 1982.
- MONTEIRO, G.A.F. - "A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências". São Paulo, IG-USP, 1980.
- MORAES, A.C.R. - "Geografia: pequena história crítica". São Paulo, Hucitec, 1981.
- MOREIRA, RUY - "O que é geografia". São Paulo, Brasiliense, 1981.
- - "O movimento operário e a questão cidade campo no Brasil". Petrópolis, Vozes, 1985.
- - "O discurso do avesso". Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.
- - "Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil - 1978/1988)". Rio de Janeiro,

mimeo, 1989.

MOTA, C.G. - "Ideologia da cultura brasileira". São Paulo, Atica, 1980.

NAGLE, JORGE - "Educação e sociedade na primeira república". São Paulo, EDUSP, 1974.

NOSELLA, M.L.C.D. - "As belas mentiras- a ideologia subjacente aos textos didáticos". São Paulo, Moraes, 1980.

OLIVEIRA, F.DE - "Elegia para uma região". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

----- - "A economia da dependência imperfeita". Rio de Janeiro, Graal, 1977.

OLIVEIRA, A.U. DE - "O 'econômico' na obra 'geografia econômica' de Pierre George". in "Boletim Paulista de Geografia" No 54, São Paulo, AGB, 1977.

----- - "Espaço e tempo: compreensão materialista dialética". in "Novos rumos da geografia brasileira", São Paulo, Hucitec, 1982.

----- - "Agricultura e indústria no Brasil". in "Boletim Paulista de Geografia" No 58, São Paulo, AGB, 1984.

----- - "Modo capitalista de produção e agricultura". São Paulo, Atica, 1986.

ORTIZ, RENATO - "Cultura brasileira e identidade nacional". São Paulo, Brasiliense, 1985.

PEREIRA, DIAMANTINO A.C. - "O ensino escolar e a geografia que se ensina". in "Espaço/Sociedade", Rio de Janeiro, AGB, 1988.

----- - "Relatório de qualificação". São Paulo, mimeo., 1985.

PETRONE, PASQUALE - "Geografia humana". in "História das Ciências no Brasil" vol.1, São Paulo, EPU/EDUSP, 1979.

PRADO JR., CAIO - "A dialética do conhecimento". São Paulo, Brasiliense, 1980.

QUAINI, MASSIMO - "Marxismo e geografia". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

----- - "A construção da geografia humana". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

ROSENBERG, LIA - "O livro didático". in "Ande" No 1 (1). São

VESENTINI, J.W. - "A capital da geopolítica". São Paulo, Atica, 1986.

----- - "O livro didático de geografia para o 2º grau: algumas considerações críticas". in "Anais do 5º Encontro Nacional dos Geógrafos", Porto Alegre, IAGB, 1982.

----- - "Ensino de geografia e luta de classes". in "Orientação" No 5, São Paulo, IG-USP, 1984.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.